



21

CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA

BOLETIM TRIMESTRAL
JUNHO/2012

SEGPLAN

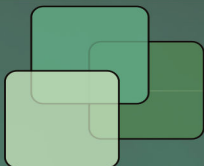
IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



GOVERNO DE
GOIÁS
NOSSO ESTADO CRESCE, VOCÊ CRESCE JUNTO



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Giuseppe Vecci

CHEFE DE GABINETE

Itamar Leão do Amaral

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

Otávio Alexandre da Silva

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICAS

Lillian Maria Silva Prado

CONSELHO EDITORIAL

Edson Roberto Vieira, Eduiges Romanatto,
Jeferson de Castro Vieira, Júlio Alfredo Rosa Paschoal,
Lillian Maria Silva Prado, Murilo José de Souza Pires,
Paulo Borges Campos Jr e Sérgio Duarte de Castro.

COORDENAÇÃO

Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais
Juliana Dias Lopes e Marcos Fernando Arriel

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Heloisa Mazzoccante Ribeiro

EQUIPE DE CONJUNTURA

Dinamar Maria Ferreira Marques, Eduiges Romanatto
Juliana Dias Lopes, Lillian Maria Silva Prado, Luciano Ferreira da Silva,
Marcos Fernando Arriel, Millades de Carvalho Castro e
Sueide Rodrigues de Souza Peixoto

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Ricardo Misael Arantes Nascimento

GRÁFICOS

Rafael Ramos Tavares

PUBLICAÇÃO VIA WEB

Vanderson Soares

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.
As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da
Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento.

Conjuntura Econômica Goiana, n. 21 (2004-).
Goiânia: Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás,
2012. 97 p. ; il.

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU : 338

SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

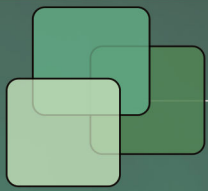
Av. República do Líbano nº 1945 - 3º andar – Setor Oeste
74115-030 – Goiânia – Goiás
Tel: (62) 3201-6695
3201-8481
Internet: www.imb.go.gov.br
e-mail: imb@segplan.go.gov.br

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

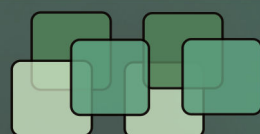
Conjuntura Econômica Goiana
Junho/2012 - nº 21





Sumário

Apresentação.....	02
Economia Goiana – primeiro trimestre de 2012.....	03
O grau de Desenvolvimento Rural dos Municípios Goianos.....	13
A relevância da agricultura familiar segundo dados do Censo Agropecuário de 2006: Uma análise comparativa entre Goiás e os Estados do Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul.....	26
Situação dos Aglomerados Subnormais em Goiás.....	35
Elos da Estratégia Nacional de CT&I 2012-2015 e a Reestruturação da Universidade Estadual de Goiás UEG.....	48
O Turismo Goiano - uma análise da renda e do emprego no setor hoteleiro.....	57
Análise da Gestão no APL Moveleiro da região Metropolitana de Goiânia.....	72
Financiamento agrícola: particularidades da Agricultura familiar sob a perspectiva dos produtores beneficiários e não beneficiários do PRONAF no município de Itapuranga – Goiás.....	85





Apresentação

O ano de 2012 tem se revelado bastante positivo para a área de estatísticas e estudos socioeconômicos de Goiás, e, sem dúvida, os fatos positivos refletirão nesta revista – Boletim de Conjuntura Econômica Goiana.

O fato mais notável foi a transformação da Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas (SEPIN) em Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. O IMB veio para fortalecer a atividade de produção de informações, pesquisas e estudos socioeconômicos e geográficos. Com essa ação, o governo de Goiás atendeu a uma demanda que começou a tomar corpo pela própria trajetória econômica do estado. Há alguns anos, Goiás integra o seleto grupo das dez maiores economias do país, passando, portanto, para um novo patamar de desenvolvimento e importância no cenário nacional. Com isso, tornou-se imperativo avançar em estudos e pesquisas, fortalecer o quadro de pesquisadores, enfim, criar uma unidade na estrutura administrativa do Estado com a missão de “pensar Goiás”.

O Instituto recebeu o nome de Mauro Borges em homenagem a um político de importância ímpar para o estado. Mauro Borges Teixeira foi governador dos goianos entre 1961 e 1964, quando foi afastado por intervenção federal, após o golpe militar. Entre seus grandes feitos, ressalta-se a criação da primeira Secretaria de Planejamento e Coordenação, iniciativa pioneira no país, que, por meio do 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico, conhecido como Plano MB, Goiás pode ser integrado no cenário econômico nacional.

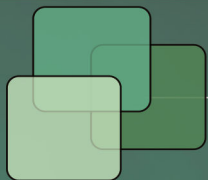
Outro importante acontecimento foi o desenvolvimento, pela “antiga” Sepin, da metodologia de cálculo do Produto Interno Bruto preliminar trimestral (desenvolvido no decorrer de 2011). É um ganho e tanto. São poucos os estados brasileiros que desenvolveram essa metodologia. Assim, o governo e a sociedade goiana passaram a acompanhar, desde março de 2012, o desempenho da economia em curto prazo.

Portanto, essa 21ª edição do Boletim Conjuntura Econômica Goiana, que sai já com a assinatura Instituto Mauro Borges, inova ao trazer em suas primeiras páginas a análise do PIB goiano referente ao 1º trimestre de 2012.

A publicação sai com nova capa para avivar o bom momento pelo qual passa a área de estatísticas, pesquisas e estudos em Goiás, sinalizando o início de um novo tempo.

Além da análise de conjuntura econômica do 1º trimestre de 2012, nesta 21ª edição do boletim o leitor terá à sua disposição sete artigos, que versam sobre temas referentes à produção agrícola, aglomerados subnormais, turismo e setor moveleiro. Como de praxe, os textos são fruto de contribuições de nossos parceiros nesse projeto, como também de economistas e pesquisadores da casa.

Com a finalização desta edição, o Instituto Mauro Borges disponibiliza ao público leitor novos textos, tendo por objetivo difundir informações e análises e, assim, fomentar a discussão acerca de temas sobre o desenvolvimento econômico e social em Goiás. Por fim, ficam registrados, mais uma vez, os agradecimentos aos que possibilitaram compor este número 21 do nosso Boletim, com a renovação do convite para que continuem prestigiando a revista.



Economia Goiana – primeiro trimestre de 2012

Equipe de Conjuntura - IMB^{*}

A deterioração recente da economia no cenário internacional inibiu a retomada consistente dos investimentos no Brasil, acarretando expansão moderada do PIB no começo de 2012, mantendo o ritmo lento de crescimento observado no final do ano passado. Os dados do PIB trimestral brasileiro, divulgados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram consistente aumento do consumo, mas queda dos investimentos.

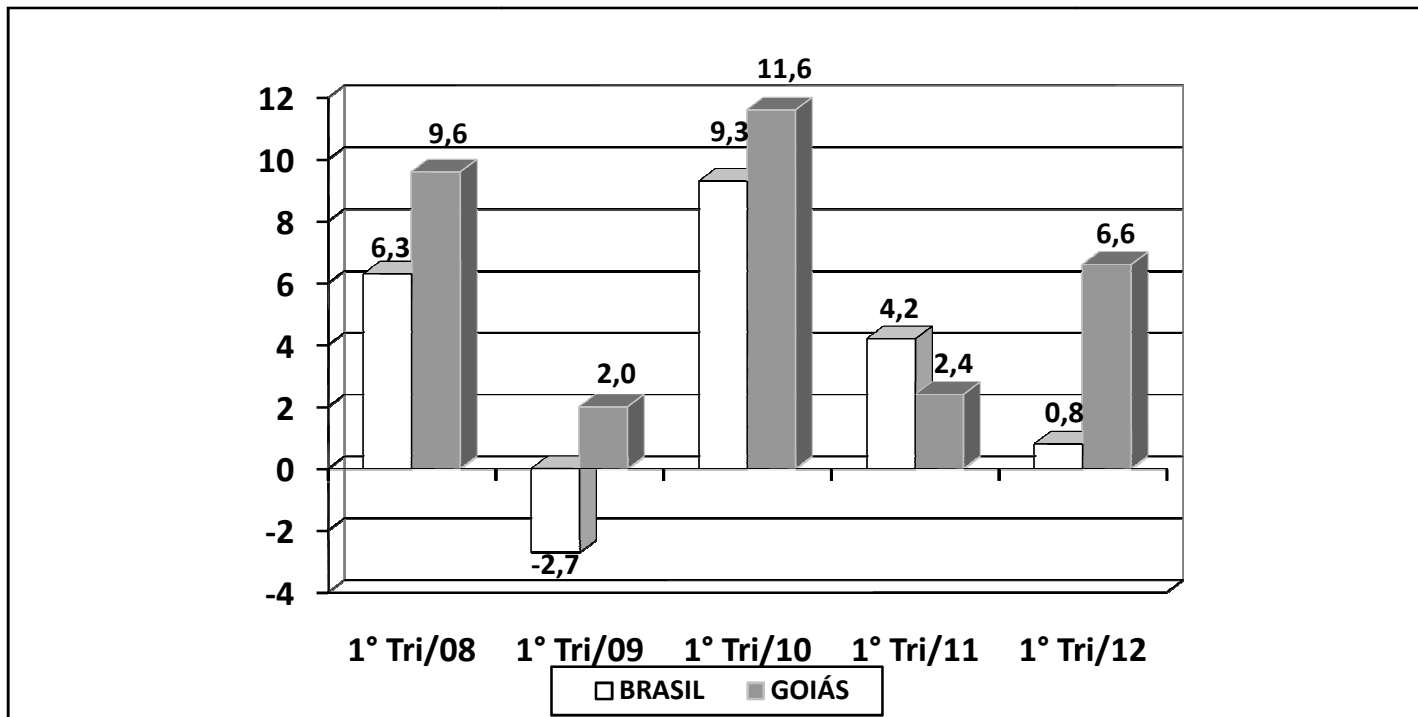
De acordo com o IBGE, o PIB brasileiro registrou expansão de 0,8% no primeiro trimestre de 2012, na comparação com o mesmo trimestre de 2011. Dentre os setores econômicos que contribuíram para a geração do valor adicionado, a atividade de serviços apresentou a maior taxa entre as demais atividades, com crescimento de 1,6%, sendo que todas as atividades que o compõem registraram taxas positivas. A indústria, que nesta base de comparação vinha apresentando trajetória de desaceleração na taxa de crescimento desde o segundo

trimestre de 2010, manteve-se praticamente estável (variação positiva de 0,1%). Já a agropecuária, que teve retração de 8,5% em relação a igual período do ano anterior, foi bastante afetada por problemas climáticos nas regiões Sul e Nordeste do país

No contexto de deterioração da economia internacional e fraco crescimento brasileiro, a economia goiana surpreendeu ao expandir 6,6% no primeiro trimestre, comparado ao primeiro trimestre do ano passado, segundo cálculos do Instituto Mauro Borges-IMB/SEGPLAN-GO (Gráfico 1). A forte expansão do PIB goiano pode ser creditada ao seu perfil produtivo, voltado em grande parte para o consumo interno do país, além da agropecuária não ter passado pelos problemas climáticos que afetaram alguns estados brasileiros. Os indicadores de emprego e operações de crédito, apresentados mais adiante, corroboram para o bom momento da economia goiana.

^{*} Dinamar Maria Ferreira Marques, Eduiges Romanatto, Juliana Dias Lopes, Luciano Ferreira da Silva, Marcos Fernando Arriel, Millades Carvalho de Castro, Sueide Rodrigues de Souza Peixoto.

Gráfico 1 – Comparativo trimestral – Goiás e Brasil
(Base: igual período do ano anterior) %



Fonte: IBGE/Segplan-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012.

Dentre as atividades que contribuíram para a formação do valor adicionado, no confronto do primeiro trimestre de 2012 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a

agropecuária registrou a maior variação, 9,7%, seguida pela atividade industrial, com 9,5%, e pelo setor de serviços, com expansão de 4,5%.

Tabela 1 - Estado de Goiás: Taxa trimestral
(Base: igual período do ano anterior) (%)

Períodos	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB
1º Trimestre/12	9,7	9,5	4,5	6,6
1º Trimestre/11	1,0	0,5	3,1	2,4
1º Trimestre/10	5,0	20,7	9,5	11,6
1º Trimestre/09	16,6	-5,7	1,1	2,0
1º Trimestre/08	23,7	5,6	7,2	9,6

Fonte: Segplan-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012.
Dados sujeito a revisão.

Agropecuária

Na agropecuária, o crescimento de 9,7% se deve principalmente aos incrementos observados nos cultivos das lavouras temporárias, que no comparativo trimestral (1º trimestre de 2012 em relação ao 1º trimestre de 2011)

cresceram 9,5%. Na mesma comparação, o setor pecuário apresentou crescimento de 3,8%.

A safra de grãos do estado de Goiás cresceu 10,3% em 2012, conforme Levantamento Sistemático da Produção

Agrícola (LSPA/IBGE), posição do mês de março de 2012. Tal resultado posiciona Goiás como o quarto maior produtor nacional, com participação de 10,3%, e de 26,6% no Centro Oeste. Contribuíram para este resultado o aumento na produtividade das principais culturas: soja (3,4%), milho (6,4%) e feijão (6,2%).

Ainda de acordo com o Levantamento, as projeções para o ano de 2012 apontam para a soja, principal cultura, crescimento de 7,4%. Em relação às demais culturas, destacam-se as previsões para o milho, com crescimento de 33,9%, e feijão, com 19,9%; em sentido contrário, a cana de açúcar e o sorgo deverão ter retração de 2,2% e 16,7%, respectivamente (Tabela 2).

Tabela 2 – Área, produção e rendimento médio de produtos agrícolas – 2011-2012

Produto	Março 2011 (1)				Março 2012 (1)			
	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/ha)	Área plantada ou a plantar (ha)	Área colhida ou a colher (ha)	Produção obtida ou esperada (t)	Rend. Médio obtido ou esperado (kg/ha)
Algodão herbáceo	110.780	110.780	425.826	3.844	104.417	104.417	393.737	3.771
Arroz	72.175	72.175	205.961	2.854	58.863	58.863	182.573	3.102
Cana de açúcar	811.370	691.130	55.151.025	79.798	797.089	677.186	53.915.572	79.617
Feijão	134.280	131.990	306.361	2.321	149.458	149.058	367.474	2.465
Girassol	8.430	8.430	12.087	1.434	15.769	15.769	24.398	1.547
Mandioca	23.120	17.040	294.914	17.307	23.370	17.290	295.184	17.073
Milho	960.775	960.775	5.719.370	5.953	1.208.827	1.208.827	7.659.640	6.336
Soja	2.566.420	2.561.320	7.698.139	3.006	2.661.208	2.661.208	8.269.915	3.108
Sorgo	268.125	268.125	814.754	3.039	224.228	224.228	678.302	3.025
Tomate de mesa	1.890	1.890	97.826	51.760	1.425	1.425	74.934	52.585
Tomate industrial	16.470	16.470	1.317.455	79.991	16.470	16.470	1.317.705	80.006
Trigo	9.615	9.615	49.138	5.111	8.300	8.300	45.670	5.502

Fonte: GCEA - Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias.

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012.

(1) Preliminar.

Indústria

Neste primeiro trimestre, a indústria goiana obteve crescimento de 9,5%, com destaque para o valor adicionado da indústria de transformação, que apresentou incremento de 9,9%.

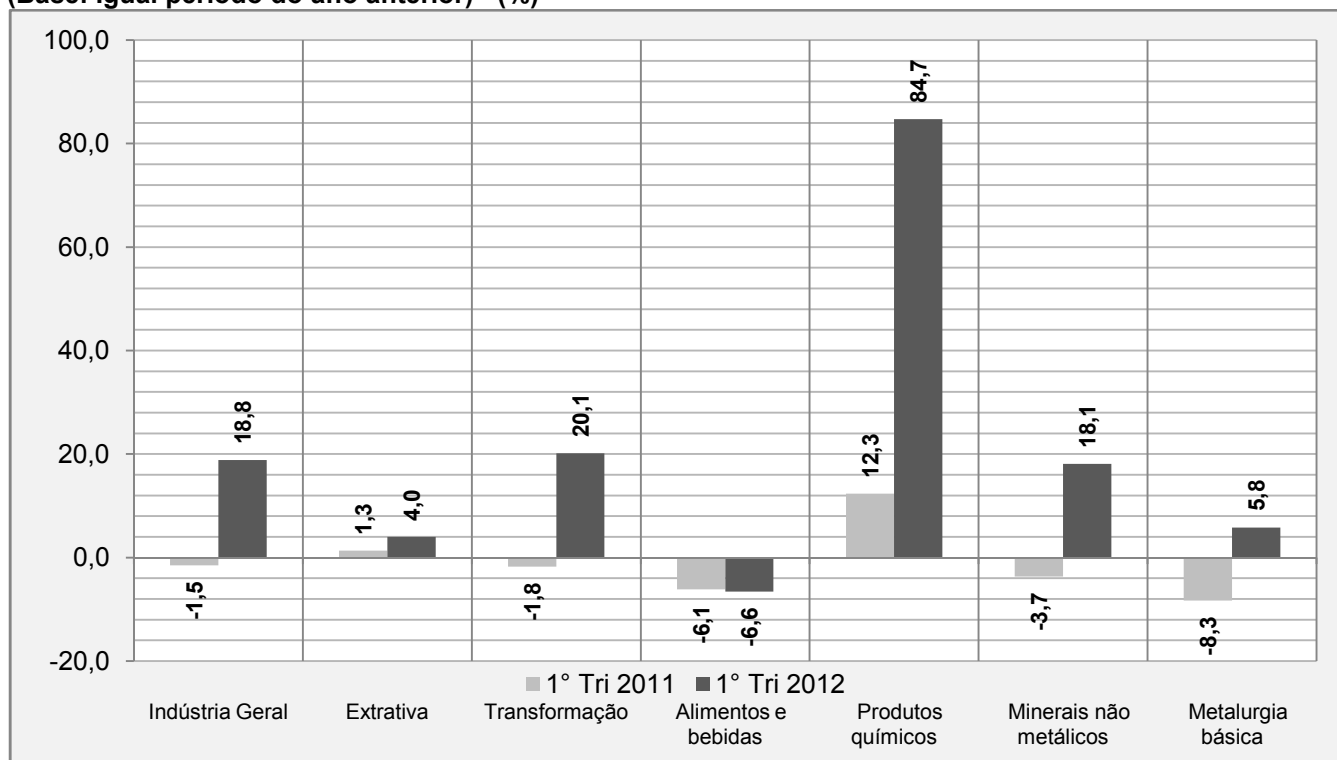
De acordo com dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF/IBGE), no primeiro trimestre de 2012 (Gráfico 2) houve crescimento na indústria de transformação e extrativa na ordem de 18,8%. A indústria

de transformação cresceu 20,1%, com ênfase na expansão da produção de produtos químicos (84,7%), graças a maior produção de medicamentos, e minerais não metálicos (18,1%), impulsionado pela expansão da produção de cimento. A indústria extrativa cresceu 4,0% no trimestre, favorecida pelo aumento da produção de amianto e níquel. Por outro lado, a indústria de alimentos e bebidas recuou 6,6%, sendo o único segmento a

apresentar taxa negativa neste tipo de comparação, pressionado pela menor produção de refrigerantes, leite em pó, cervejas, chope, maionese, molhos de tomates

preparados, milho doce e carnes bovinas frescas ou refrigeradas.

Gráfico 2 - Estado de Goiás: Pesquisa Industrial – 1º Trimestre/2012
(Base: Igual período do ano anterior) - (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria.
Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012.

Serviços

No primeiro trimestre de 2012, o setor de serviços apresentou crescimento de 4,5% em relação ao mesmo período de 2011. Colaboraram para essa expansão os segmentos de comércio, transportes e alojamento e alimentação. Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE),

o volume de vendas do comércio varejista cresceu 8,1% na comparação entre o primeiro trimestre de 2012 e o mesmo trimestre de 2011. A expansão do comércio está voltando aos patamares de 2007, antes da crise (Gráfico 2).

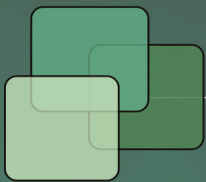
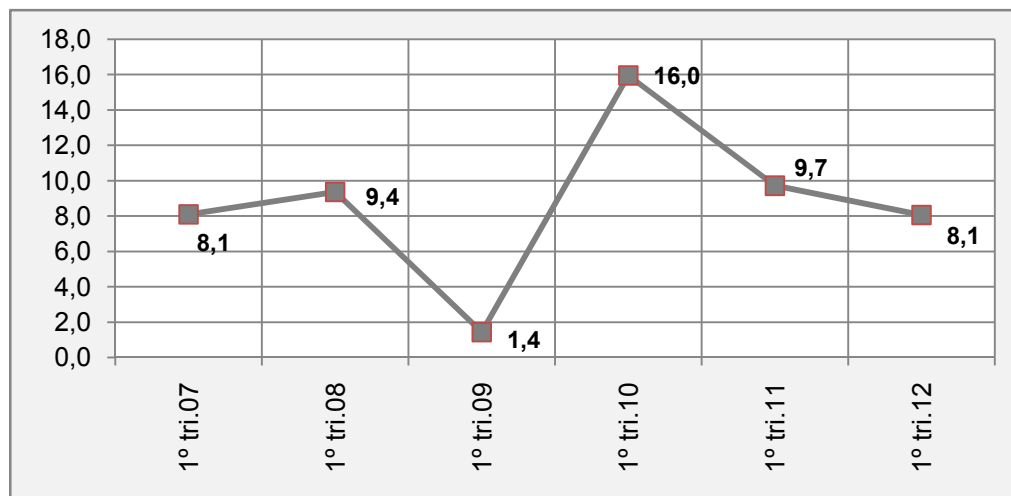


Gráfico 3 - Estado de Goiás: Pesquisa Mensal do Comércio
(Base: Igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio.
Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012.

As maiores contribuições positivas por segmento no trimestre foram: livros, jornais, revistas e papelaria (35,1%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (16,7%); Móveis e eletrodomésticos (14,5%); Hipermercados e supermercados (10,5%); e Material de construção (10,4%), conforme pode ser visto na tabela 3. Os bons resultados do comércio varejista em Goiás podem ser explicados pela melhora na renda do trabalhador em termos reais, refletindo em maior demanda por produtos de hipermercados e supermercados, de lojas de departamentos, móveis e eletrodomésticos e outros setores, como o de material de

construção que também expandiu influenciado pelas medidas governamentais de apoio à atividade.

A dinâmica no mercado de trabalho formal também contribuiu para essa variação positiva do comércio varejista goiano. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no primeiro trimestre de 2012, Goiás registrou um saldo positivo de 35.142 postos de trabalho com carteira assinada, sendo 3.323 na atividade de comércio e administração de imóveis. A leitura dos dados sinaliza que, uma maior quantidade de pessoas trabalhando, reflete no aumento do consumo das famílias.

Tabela 3 - Variação do volume de vendas no comércio varejista
(Base: Igual mês do ano anterior)

Segmento	1º Trimestre de 2012
Comércio Varejista Geral	8,1
Combustíveis e lubrificantes	-7,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	9,8
Hipermercados e supermercados	10,5
Tecidos, vestuário e calçados	-2,5
Móveis e eletrodomésticos	14,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos	12,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	35,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	0,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	16,7
Comércio varejista ampliado geral	5,2
Veículos, motocicletas, partes e peças	1,7
Material de construção	10,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio.
Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012.

O superávit da balança comercial do estado de Goiás atingiu US\$ 193,5 milhões no primeiro trimestre de 2012, elevando-se 470,6% em relação ao equivalente período do ano anterior, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (Tabela 4). As exportações fecharam o trimestre com US\$

1,4 bilhão e as importações, US\$1,2 bilhão. Em termos de taxa, as exportações cresceram 12,5%, as importações recuaram, ficando em -0,4%, e o fluxo de comércio avançou 6,2%. Isso aponta para uma maior inserção do Estado na conjuntura exportadora brasileira.

Tabela 4 - Estado de Goiás: Balança Comercial

Ano/Mês	Exportação	Importação	Saldo
1º Trimestre 2012	1.396.609	1.203.116	193.493
1º Trimestre 2011	1.241.467	1.207.555	33.912
1º Trimestre 2010	786.225	941.321	-155.096
1º Trimestre 2009	624.590	592.858	31.732
1º Trimestre 2008	620.498	577.495	43.003

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012.
Fonte: MDIC.

No primeiro trimestre de 2012, houve incremento na participação do agronegócio no total das exportações na faixa de 73,7%, ante 63,5% no primeiro trimestre de 2011. O principal item exportado neste primeiro trimestre foi o complexo soja, com 46,6% (Tabela 5). Em segundo lugar ficou o complexo carne, com 32,8% do total exportado, sendo que juntos eles representaram 79,4% da pauta do

agronegócio. Entretanto, outros segmentos vêm conquistando mercados, como é o caso do complexo sucroalcooleiro, cuja participação foi de 5,8% no primeiro trimestre de 2012, e de produtos do couro, que no período em análise representou 5,7% das exportações do setor, ambos ganhando peso no agronegócio goiano.

Tabela 5 - Goiás: Exportação dos principais produtos do agronegócio

Produto	Jan-Mar/2011		Jan-Mar/2012		Partic. (%)
	Valor (US\$)	Peso (kg)	Valor (US\$)	Peso (kg)	
GOIAS	787.775.527	1.029.203.780	1.026.858.076	1.382.524.043	100,0%
Carnes	292.895.906	100.139.651	336.954.589	107.934.244	32,81
Complexo Soja	363.791.042	739.463.440	478.617.025	1.007.592.792	46,61
Complexo sucroalcooleiro	43.627.024	61.037.054	59.098.724	93.561.175	5,76
Couro, produtos de couro/peleteria	30.397.722	8.077.776	58.112.314	13.352.162	5,66
Outros	57.063.833	120.485.859	94.075.424	160.083.670	9,16

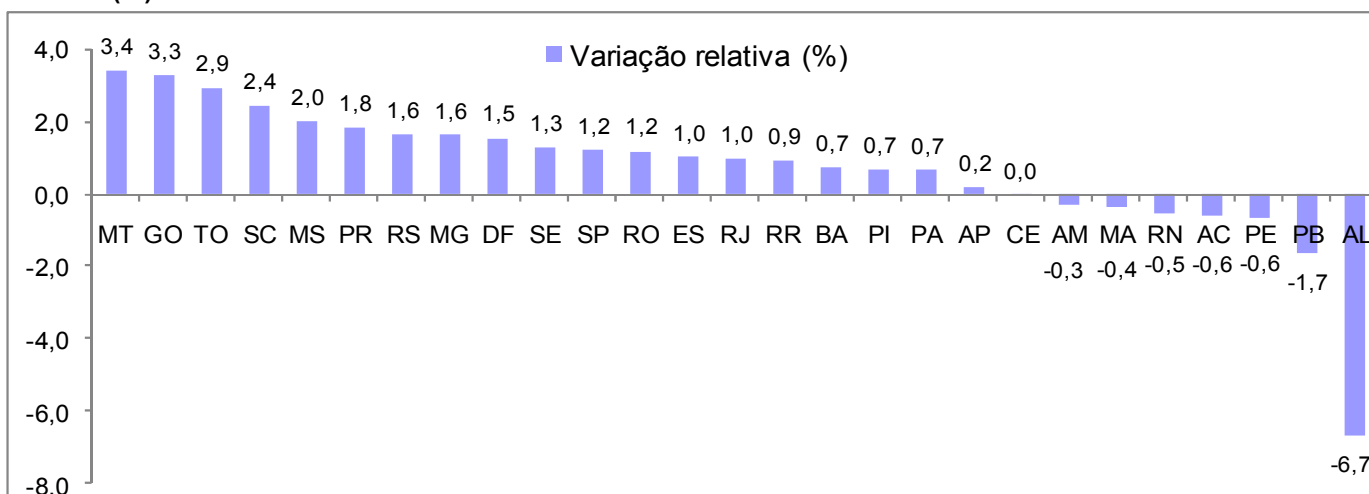
Fonte: MDIC.
Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012.

Emprego

Segundo o CAGED, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - do Ministério do Trabalho e Emprego, Goiás gerou 35.142 novas colocações com registro em carteira no primeiro trimestre de 2012 (ajustado com as declarações entregues pelas empresas fora do prazo). Com isso, o estado obteve o segundo melhor resultado da série histórica do CAGED para o trimestre (Gráfico 5), representando um acréscimo de 3,3% em relação ao final

do ano anterior, superior ao acréscimo nacional, que foi de 1,2%. Este expressivo resultado fez com que Goiás alcançasse, no primeiro trimestre de 2012, o 2º melhor desempenho em termos relativos, e o sexto lugar, em termos absolutos, dentre as vinte e sete unidades da Federação (Gráfico 4 e Tabela 6) (considerando a série ajustada com as declarações entregues pelas empresas fora do prazo).

Gráfico 4 - Evolução do emprego formal nas unidades da Federação – 1º Trimestre/2012 – Variação relativa (%)



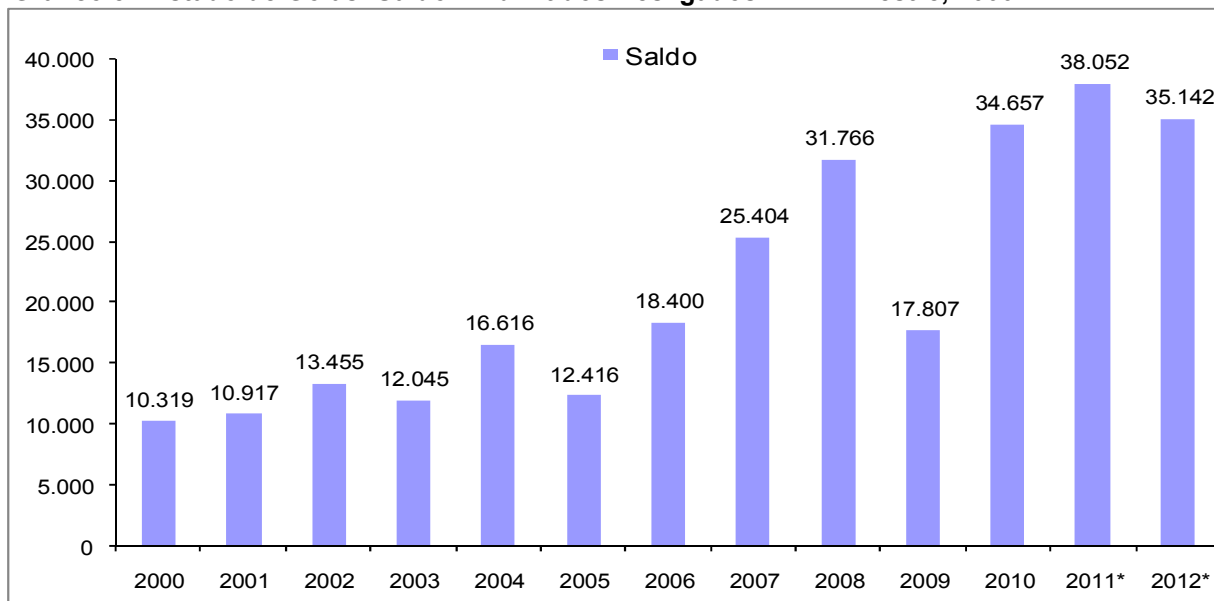
Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65.
Elaboração: Seoplan-GO/IMB/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2012.

Tabela 6 - Ranking dos estados: Evolução do emprego formal 1º Trimestre de 2012

Ranking	Estados	Vagas geradas
1º	SÃO PAULO	143.902
2º	MINAS GERAIS	64.824
3º	PARANA	45.472
4º	SANTA CATARINA	44.690
5º	RIO GRANDE DO SUL	41.212
6º	GOIÁS	35.142
7º	RIO DE JANEIRO	34.793
8º	MATO GROSSO	19.386
9º	BAHIA	11.809
10º	DISTRITO FEDERAL	11.044

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65.

Gráfico 5 - Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados – 1º Trimestre, 2000-12



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65.

* Ajustado com declarações entregues pelas empresas fora do prazo.

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2012.

No recorte setorial do emprego formal (período de janeiro a março/12), a indústria de transformação apresentou o maior saldo, com 10.175 vagas, cujos subsetores mais dinâmicos em termos de geração de emprego foram: produtos químicos, farmacêuticos e veterinários e produtos alimentícios e bebidas. O setor de serviços

registrou o segundo maior saldo de empregos do estado, com 9.286 postos, com destaque para o subsetor de comércio e administração de imóveis. A construção civil também contribuiu para a geração de novos postos de trabalho no estado, com a ocupação de 5.926 vagas e, por fim, o setor da agropecuária criou 5.872 novas vagas de trabalho no período.

Tabela 7 - Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados principais destaques - 1º trimestre 2012

Setores	No ano			Variação Estoque (%)
	Admitidos	Desligados	Saldo	
Extrativa mineral	899	509	390	4,64
Indústria de transformação	40.732	30.557	10.175	4,51
Químico, Produtos Farmacêuticos e Veterinários	8.869	4.892	3.977	9,4
Produtos Alimentícios e Bebidas	15.217	11.657	3.560	4,17
Serviço industrial de utilidade pública	926	440	486	4,97
Construção civil	29.189	23.263	5.926	6,53
Comércio	41.606	38.562	3.044	1,18
Serviços	58.545	49.259	9.286	2,49
Comércio e administração de imóveis	18.129	14.806	3.323	3,65
Alojamento, alimentação	22.244	20.002	2.242	1,57
Administração pública	162	199	-37	-0,13
Agropecuária	21.457	15.585	5.872	6,99
Total	193.516	158.374	35.142	3,26

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados Lei 4.923/65.

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2012.

Operações de Crédito

As operações de crédito do sistema financeiro registraram expansão menos acentuada que no trimestre, refletindo a moderação do nível de atividade econômica e a postura mais cautelosa das instituições financeiras na concessão de novos recursos para as famílias.

Com base nos dados do BACEN, em março, o saldo acumulado do total das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras atuantes em Goiás alcançou R\$ 62,2 bilhões, o equivalente à variação positiva de 5,0% em relação a dezembro de 2012, e 26,6% em relação a março do ano passado. Deste total apurado, R\$ 36,3 bilhões (58,3%) referem-se ao saldo das operações de crédito das pessoas físicas, com alta de 7,7% em comparação a dezembro de 2011, e 27,6% em relação ao mesmo mês do ano passado. Já o saldo das operações

de crédito realizadas pelas pessoas jurídicas, que foi de R\$ 26,0 bilhões (41,7% do total), apresentou aumento de 1,5% em relação a dezembro passado e uma elevação de 25,1% em relação ao final de março de 2011.

A taxa de inadimplência total do saldo das operações de crédito em Goiás atingiu a média de 4,1% em março, indicando um leve crescimento em relação ao final do ano de 2011, sendo 5,1% referentes às pessoas físicas e 2,7% às pessoas jurídicas. Essas baixas taxas de inadimplência refletem o comprometimento tanto das pessoas físicas quanto das jurídicas em honrarem seus contratos de crédito. Para o BACEN, a taxa de inadimplência é medida pela razão entre o saldo dos contratos em que há pelo menos uma prestação, integral ou parcial, com atraso superior a noventa dias e o saldo total das operações.

Tabela 8 - Estado de Goiás: Saldo das Operações de Crédito – 2011/12

Mês/Ano	Saldo das Operações de Crédito (R\$ bilhões)			Taxa de Inadimplência (%)		
	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
mar/11	28,4	20,8	49,2	4,0	2,1	3,2
abr/11	28,8	21,1	49,9	4,1	2,2	3,3
mai/11	29,3	21,2	50,6	4,2	2,2	3,3
jun/11	30,0	21,5	51,6	4,2	2,2	3,3
jul/11	30,4	21,7	52,1	4,3	2,3	3,4
ago/11	31,1	22,1	53,2	4,1	2,1	3,2
set/11	31,7	22,9	54,6	4,3	2,0	3,3
out/11	32,3	23,2	55,5	4,5	2,2	3,5
nov/11	33,0	23,2	56,2	4,8	2,4	3,8
dez/11	33,7	25,6	59,3	4,9	2,4	3,7
jan/12	34,5	25,4	59,8	4,8	2,6	3,9
fev/12	35,7	25,4	61,1	5,2	2,6	4,1
mar/12	36,3	26,0	62,2	5,1	2,7	4,1

Fonte: BACEN

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2012.

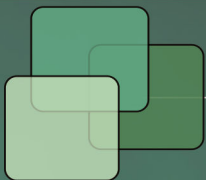
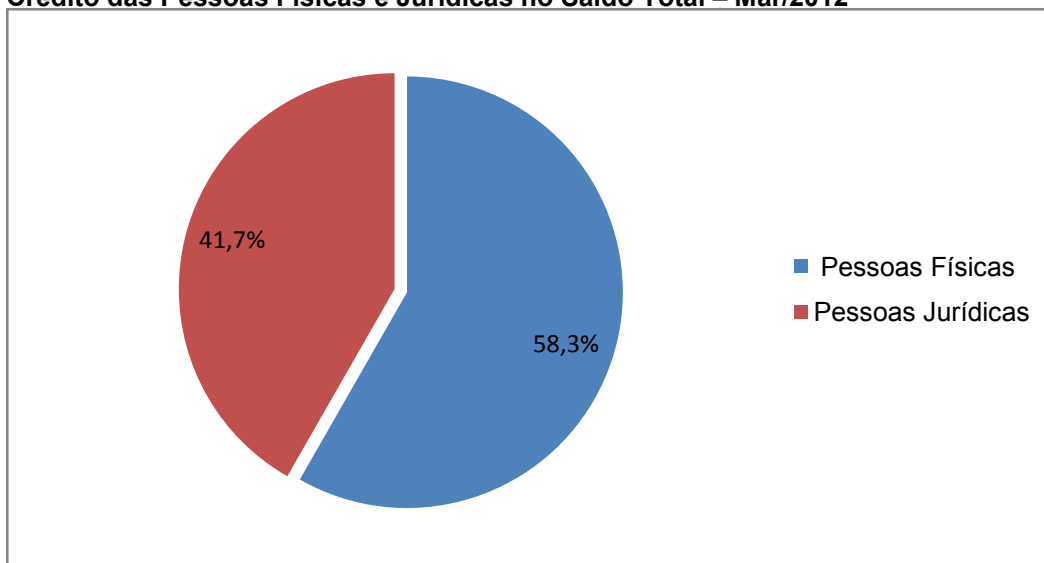


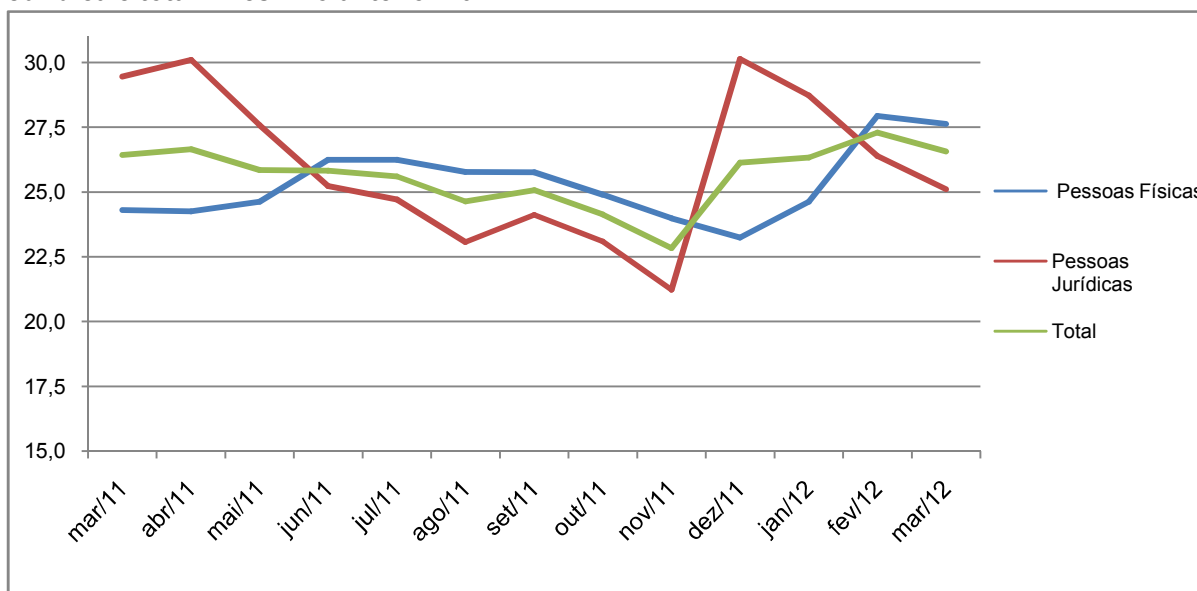
Gráfico 6 - Estado de Goiás: Participação dos Saldos das Operações de Crédito das Pessoas Físicas e Jurídicas no Saldo Total – Mar/2012



Fonte: BACEN

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Gráfico 7 - Estado de Goiás: Variação (%) do Saldo das Operações de Crédito Pessoa Física, Jurídica e total - Mês/Ano anterior 2011/12



Fonte: BACEN

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

O Grau de Desenvolvimento Rural dos municípios Goianos¹

Resumo: A finalidade desta investigação é calcular um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) para os municípios do Estado de Goiás, no interregno censitário 1996-2000. Para tanto, a idéia defendida é que o estado apresenta uma estrutura rural heterogênea, onde coexistem áreas com notável grau de desenvolvimento e, em contraste, outras que apresentam baixo dinamismo. Para a realização do objetivo proposto no trabalho, utilizou-se os recursos técnicos da pesquisa bibliográfica e documental e adotou-se o método analítico descritivo. Os resultados encontrados demonstram que, no período analisado, o estado apresentou, de modo, geral baixo nível de desenvolvimento rural. No entanto, percebe-se que a região Centro-Sul apresentou maiores valores para o IDR em comparação à região Centro-Norte, o que demonstra que o processo de modernização do campo aconteceu de forma mais efetiva nesta porção do território.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Desenvolvimento Rural, Goiás.

Introdução

Desde a crise econômica do final dos anos 20 do século XX, o Brasil vem passando por uma transformação em sua estrutura econômica que rompe com o padrão primário-exportador para constituir um novo padrão, enraizado em uma estrutura econômica e social alicerçada nos setores industriais e urbanos. Neste sentido, apesar de o Brasil apresentar, em 2000, uma população predominantemente urbana, na qual apenas 20% reside em áreas rurais (IBGE, 2000), a grande maioria do território nacional continua estruturada em bases rurais e agrícolas.



Edilson Gonçalves de Aguiar²
Dr. Murilo José de Souza Pires³

Após as transformações econômicas e financeiras que aconteceram no mercado internacional a partir de 1980, que ficaram conhecidas como globalização econômica e financeira, o rural passa a ter um novo papel na sociedade contemporânea. Neste novo contexto, este espaço deixa de ser visto apenas como fonte fornecedora de produtos agrícolas, ofertador de mão de obra e mercado para os produtos industriais, e adquire uma nova característica fundamental, isto é, passa a ser uma integração gradativa e contínua com os espaços urbanos, formando uma cadeia de interdependências, que torna-se o objeto central dos estudos rurais.

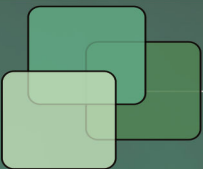
Este fenômeno se dá visto que uma das fases do desenvolvimento econômico volta-se exatamente nas transformações do setor rural da economia, onde este passa a absorver costumes urbanos e desenvolver características tipicamente 'não-rurais'. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender como o desenvolvimento rural se expandiu para os municípios goianos no interregno censitário 1996-2000.

Para classificar os municípios conforme seu grau de desenvolvimento rural, adotou-se a metodologia desenvolvida por Kageyama (2004) e adaptada por Correa, Silva & Neder (2007) para municípios do NE e S do Brasil. Este método busca abranger, se não a totalidade, pelo menos a maioria das características definidoras do desenvolvimento de cada região, abarcando características populacionais, de bem-estar

¹ Artigo produzido baseado na monografia homônima ganhadora do Prêmio de Monografia Leopoldo de Bulhões, promovido pelo Conselho Regional de Economia 18ª Região – CORECON/GO.

² Economista e Mestrando em Agronegócios pela Universidade Federal de Goiás – UFG.

³ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.



social, desenvolvimento econômico e do meio ambiente. A importância que o Estado de Goiás adquiriu no cenário nacional, principalmente após a década de 1970/80, quando a política econômica nacional voltou-se para a exportação de suas principais culturas, reitera a necessidade de tal estudo. Outrossim, compreender o desenvolvimento rural goiano é essencial para oferecer subsídios teóricos e empíricos aos formuladores de políticas para este Estado, que “tem se inserido no contexto nacional com um padrão agrícola que estimula a consolidação de uma agricultura moderna e empresarial com fortes vínculos com os mercados nacionais e internacionais” (PIRES, 2008, p.2).

1 – O Desenvolvimento para o Rural

A ideia de desenvolvimento rural abarca em si as características de um processo geral, o desenvolvimento, aplicadas a um contexto específico, o espaço rural. Seguindo a proposta de Veiga (2000 *apud* KAGEYAMA 2004), que busca entender o lado “rural” do desenvolvimento, esta parte do estudo visa mostrar, sem maiores pretensões e em linhas gerais, como está configurado o pensamento acerca do desenvolvimento rural no Brasil, e demonstrar as mudanças ocorridas no modo de inserção das áreas rurais na economia.

O espaço rural, a partir das novas tendências vividas, pode ser qualificado em um novo momento na sua longa evolução. A dicotomia campo-cidade, que deveria terminar com a completa urbanização dos territórios rurais, aponta para a emergência de uma nova ruralidade (WANDERLEY, 2000). Entretanto, este novo rural adquiriu características próprias, em consequência das mudanças que vem ocorrendo nos últimos anos no meio urbano.

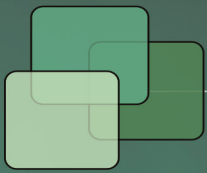
Analisando as alterações no espaço rural no Brasil, Kageyama (2004, p. 2) pode perceber que “a grande propriedade já não reina absoluta, a agricultura se modernizou, a população rural passou a obter rendimentos nas adjacências das cidades e a própria

indústria penetrou nos espaços rurais”. Estas novas características atraíram intensa modificação para as estruturas da atividade rural e trouxeram à tona a necessidade de se redefinir o nível de desenvolvimento desses espaços.

Assim, Kageyama (2004) defende que o desenvolvimento rural deve ser caracterizado como i) “multi-nível”, ou seja, deve ser considerado num nível global pela relação agricultura-sociedade; intermediário, sendo adotado como um modelo para o setor agrícola; e “micro”, por demonstrar as formas de alocação do trabalho familiar na empresa individual; ii) “multi-atores”, pois depende das relações locais e entre as localidades e a economia global, tendo, portanto, vários atores envolvidos e iii) “multi-facetado”, pois necessidades como a conservação da natureza, agro-turismo, agricultura orgânica, administração da paisagem, produção de especialidades regionais e vendas diretas adquiriram um novo contorno nos últimos anos (KAGEYAMA, 2004, p. 3).

De acordo com Corrêa, Silva & Neder (2008), existe um consenso entre os diversos pesquisadores: i) o “rural” não é sinônimo de “agrícola”; ii) o “rural” deve conter o aspecto da pluriatividade; iii) o espaço “rural” pode exercer as funções ambiental, ecológica e social (multifuncionalidade); iv) deve haver a compreensão de que não existe um isolamento absoluto entre os espaços rurais e urbanos, visto que se estabelecem em redes mercantis, sociais e institucionais entre o “rural” e as vilas adjacentes; v) áreas rurais possuem densidade populacional baixa.

Observa-se que nos últimos anos foram sendo criados novos usos para o rural, em que encantos como paisagens silvestres ou cultivadas, ar puro, água limpa, silêncio, tranquilidade, etc., passaram a ser associados à necessidade de melhoria na qualidade de vida da população. Portanto, “os espaços rurais deixariam de ser prioritariamente *produtivos* para se tornarem *espaços de consumo*, voltados em especial para as atividades relacionadas às funções de residência e de lazer” (WANDERLEY, 2000, p. 8), onde deixam de ser



percebidos com interesse apenas para o agricultor e passam a ser “patrimônios” da sociedade.

O efeito disto é um padrão de crescimento demográfico que não mais aponta para o esvaziamento do campo, mas até para a situação inversa, pessoas – principalmente aquelas com elevado poder aquisitivo – deixando as áreas urbanas para residir em áreas rurais. Este movimento se dá em grande parte com o avanço da infra-estrutura e das possibilidades de comunicação, atraindo sobretudo profissionais liberais e idosos em busca de amenidades e lazer.

Outro enfoque apresentado pelo rural, nos últimos anos, tem se voltado principalmente para a diversidade de atividades que são desenvolvidas no campo. Na análise do rural, é preciso sempre se considerar os diversos matizes desta diversidade, especialmente porque, a cada dia, novas funções são absorvidas nas suas estratégias de produção. Por isto se observa um crescimento da pluriatividade, que combina atividades agropecuárias com atividades não-agrícolas em diversos ramos, tanto dentro como fora de seu estabelecimento, como prestação de serviços pessoais, lazer, turismo, etc. “O part-time não é mais o fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 5).

Neste sentido, há um processo de desconcentração espacial da indústria e da urbanização, até mesmo em regiões onde a estrutura agrária é altamente concentrada. No entanto, é importante ressaltar que o desenvolvimento rural em si, por ocorrer numa estrutura de economia subdesenvolvida, cria duas regiões distintas no mundo rural: uma moderna e outra atrasada. As regiões modernas apresentam grande dinamismo e, como tal, possuem grande parte das características demonstradas

pelo desenvolvimento rural. As regiões atrasadas, por estarem à margem desse processo de desenvolvimento, podem apresentar poucas ou nenhuma das características que definem este novo momento.

2 – Desenvolvimento Rural em Goiás (1996 – 2000)

Os dados secundários utilizados para o cálculo dos indicadores que formam, por média simples, o Índice de Desenvolvimento Rural - IDR foram retirados basicamente de quatro bancos de dados. A primeira fonte foi o Censo Demográfico (2000), a partir do qual se utilizou dados da base “universo” e, em grande parte, dados do “Microdados”. Foram utilizados também os Microdados do Censo Demográfico (1991) para calcular a variação da população rural no período de estudo. Cabe ressaltar que estes valores foram devidamente ponderados segundo os pesos fornecidos pelo IBGE.

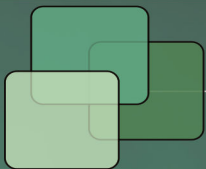
Foram utilizados, ainda, dados do Censo Agropecuário (1995-1996) e da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE – 1995), ambos disponíveis no site do IBGE⁴. Nesta última fonte, buscou-se principalmente dados secundários relacionados ao meio ambiente, como a produção de monoculturas, utilização de adubos e fertilizantes e itens relacionados à conservação do solo.

Os dados levantados foram compilados buscando a consolidação por município, abordando somente a “área rural”, segundo os critérios do IBGE⁵, mesmo considerando que esta definição *administrativa* não capta a totalidade do meio rural no Brasil. Para o efeito de não contaminação das análises descritivas e gráficas, foram retirados os municípios considerados como *outliers*, ou seja, aqueles criados posteriormente à realização do último Censo Demográfico e, portanto, ainda não codificados pelo IBGE⁶.

⁴ É importante ressaltar que os dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE não foram utilizados nesta investigação, pois não haviam sido divulgados no período de coleta de dados deste trabalho.

⁵ Segundo o IBGE, “rural é a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações de setor: rural de extensão urbana, rural-povoado, rural-núcleo, rural-outros aglomerados, rural-exclusive aglomerados” (CENSO DEMOGRÁFICO 2000, 2002, p. 66).

⁶ Desta forma, para as análises desenvolvidas no presente estudo, foram considerados 241 municípios, sendo, portanto, excluídos da análise os municípios de Campo Limpo de Goiás, Gameleira de Goiás, Ipiranga de Goiás e Lagoa Santa. Além destes, foi excluído o município de Valparaíso, pois o mesmo não possui população rural.



A metodologia adotada é baseada nos trabalhos de Corrêa, Silva e Neder (2008), os quais, adaptando uma metodologia criada por Kageyama (2004), construíram um indicador para levantar o nível de Desenvolvimento Rural de cada um dos municípios das regiões Nordeste e Sul do Brasil. Assim, conforme esta metodologia, o Índice de Desenvolvimento Rural é obtido a partir da média aritmética simples de quatro outros indicadores: Índice de População (IPOP), Índice de Bem-Estar Social (IBES), Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e Índice de Meio Ambiente (IMA).

O primeiro sub-indicador se refere a dados da população (IPOP), e procura mensurar o dinamismo populacional do município em estudo. Para compor o indicador, quatro variáveis foram utilizadas: a) densidade demográfica; b) variação da população entre 1991 e 2000; c) proporção da população rural em termos da população residente no município e; d) proporção da população rural que não morou sempre no município. Esta última variável busca evidenciar o poder de atração do município, sendo que, quanto maior a proporção de pessoas vindas de outro município, maior a capacidade de atração em termos de oportunidades.

Quadro 1: Descrição das variáveis – IPOP

Indicador	Descrição da Variável	Base de Dados Utilizada
Índice de População (IPOP) = $(a + b + c + d) / 4$	a) Densidade demográfica (padronizada)*	IBGE (Disponível no site)
	b) Variação da população rural entre 1991 e 2002 (padronizada)	Censos Demográficos IBGE (2000 e 1991) – Microdados
	c) Proporção da população rural no município	IBGE (Disponível no site)
	d) Proporção da população rural que não morou sempre no município (migração)	Censo Demográfico IBGE (2000) – Microdados

* a padronização foi utilizada para fazer uma transformação algébrica para que o índice varie entre zero e um. Esta transformação é quociente (valor da variável – mínimo)/(máximo – mínimo).

Fonte: Correa, Silva & Neder (2008).

O segundo sub-indicador é o Bem-Estar Social (IBES), que inclui indicadores que procuram levar aspectos referentes à educação (taxa de analfabetismo e média de anos de estudo) e outros indicadores que se referem às condições de infra-estrutura do domicílio. Para a

composição deste índice, utilizou-se: a) taxa de analfabetismo da população rural; b) média de anos de estudo da população (padronizada); c) proporção de crianças na escola, d) proporção de domicílios rurais com água encanada em pelo menos um cômodo e; e) proporção dos domicílios rurais com acesso a água.

Quadro 2: Descrição das variáveis - IBES

Indicador	Descrição da Variável	Base de Dados Utilizada
Índice de Bem-Estar (IBES) = $(e + f + g + h + i) / 5$	e) Taxa de analfabetismo	Censo Demográfico IBGE (2000) – Microdados
	f) Média de anos de estudo (padronizada)	Censo Demográfico IBGE (2000) – Microdados
	g) Proporção de crianças de 7 a 14 anos na escola	Censo Demográfico IBGE (2000) – Microdados
	h) Proporção de domicílios rurais com água encanada em pelo menos um cômodo	Censo Demográfico IBGE (2000) – Universo
	i) Proporção de domicílios rurais com acesso a água, ligada à rede geral de abastecimento	Censo Demográfico IBGE (2000) – Universo

Fonte: Correa, Silva & Neder (2008)

O terceiro sub-indicador demonstra informações sobre o Desenvolvimento Econômico (IDE). Este sub-índice procura mostrar o perfil do mercado de trabalho e do rendimento “médio” dos domicílios em cada um dos

municípios. Para tanto, formam este indicador variáveis como: a) renda domiciliar *per capita* e a b) proporção de ocupados rurais em atividades não-agrícolas.

Quadro 3: Descrição das variáveis – IDE

Indicador	Descrição da Variável	Base de Dados Utilizada
Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) = $(j + k) / 2$	j) Proporção de ocupados rurais em atividades não agrícolas**	Censo Demográfico IBGE (2000) – Universo
	k) Rendimento médio domiciliar <i>per capita</i> (exceto agregados, pensionistas e empregados domésticos) (padronizado)	Censo Demográfico IBGE (2000) – Universo

**Para detectar a questão dos ocupados foram considerados os códigos de ocupação que estivessem relacionados com atividades não-agrícolas (selecionados na variável v4462/CNAE) do Censo Demográfico 2000, microdados.

Fonte: Correa, Silva & Neder (2008).

O último indicador, de meio ambiente (IMA), refere-se principalmente às questões ambientais principalmente ligadas à preservação do meio rural. Neste indicador, procura-se contrapor a presença de efeitos nocivos do modelo de modernização agrícola com os efeitos compensadores das práticas de conservação do solo

(Kageyama, 2004). Este indicador é composto por outros três sub-índices: i) proporção de estabelecimentos que praticam ou adotam práticas de conservação do solo⁷; ii) proporção dos estabelecimentos que utilizam fertilizantes e adubos⁸ e iii) ausência de monoculturas⁹.

Quadro 4: Descrição das variáveis – IMA

Indicador	Descrição da Variável	Base de Dados Utilizada
Índice de Meio Ambiente (IMA) = $(l + m + n) / 3$	l) Proporção de estabelecimentos que adotam práticas de conservação do solo	Censo Agropecuário (1995-1996)
	m) Proporção de estabelecimentos que usam adubos e fertilizantes	Censo Agropecuário (1995-1996)
	n) Ausência de monocultura	Pesquisa Agrícola Municipal – PAM / SIDRA (IBGE)

Fonte: Correa, Silva & Neder (2008)

O primeiro sub-indicador procura mostrar a preocupação do agricultor em utilizar técnicas destinadas a garantir maior adequação dos solos à atividade agrícola, bem como prevenir contra os efeitos da mecanização, enquanto o segundo refere-se à utilização de fertilizantes e adubos, em que se associa o uso abusivo destas tecnologias químicas a possíveis danos ambientais. O último componente discorre acerca da ausência de monoculturas, que apresenta tendência à maior agressão

ambiental. Portanto, para o cálculo deste índice foi considerado o somatório das áreas dos principais produtos voltados para a exportação ou de maior grau de integração ao mercado, dividido pelo total das áreas das culturas cultivadas (permanentes e temporárias), disponibilizadas pelo IBGE. Deste resultado, que demonstra a existência de monocultura, foi subtraída uma unidade, buscando mostrar o inverso, ou seja, a ausência de monocultura.

⁷ Assim, verifica-se se o agricultor entende que atividades ligadas à agricultura familiar devem apresentar um maior índice de conservação do solo.

⁸ Entende-se que as lavouras intensivas em monocultura e altamente mecanizadas têm maior impacto ambiental. Por outro lado, na agricultura familiar o uso de adubos e fertilizantes é menos intenso.

⁹ Olivette (2003 *apud* KAGEYAMA, 2004) estudou as regiões mais produtivas de São Paulo e pode verificar que a especialização da produção nas culturas “modernas” são grandes consumidoras de agrotóxicos, poluidoras de ar e/ou empobrecedoras de solo.

Assim, obtém-se a formula abaixo:

$$\text{Ausência de Monocultura} = 1 - \frac{(\sum \text{das áreas as principais monoculturas selecionadas})}{(\sum \text{das áreas de culturas permanentes e temporárias})}$$

Para o Estado de Goiás, foram levadas em conta as principais monoculturas, segundo dados obtidos junto à Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás – SEPLAN/GO - (2009). As monoculturas selecionadas são: abacaxi, algodão herbáceo, alho, arroz, café, cana de

açúcar, feijão, laranja, milho, soja, sorgo granífero, tomate e trigo. Conforme a tabela abaixo, que compreende um período de 13 anos, estes produtos vêm se mantendo com maior nível de integração ao mercado.

Tabela 1 - Estado de Goiás: Produção dos principais produtos agrícolas – 1995, 2000, 2005 - 2008

Produto	1995	2000	2005	2006	2007	2008 (1)
Abacaxi (mil frutos)	19.728	54.495	39.242	38.549	41.249	52.184
Algodão herbáceo	157.031	254.476	432.045	202.914	296.553	286.750
Alho	7.838	10.206	12.593	12.277	22.707	23.330
Arroz (em casca)	419.871	294.629	374.627	229.716	249.008	238.565
Café	6.227	5.877	16.022	19.105	19.043	19.129
Cana-de-açúcar	7.690.407	10.162.959	15.642.125	19.049.550	22.387.847	33.359.559
Feijão (1ª 2ª e 3ª safra)	132.350	200.415	280.461	268.478	253.668	220.449
Laranja	97.174	102.063	113.040	111.270	113.600	127.466
Milho (1ª 2ª e 3ª safra)	3.476.900	3.659.475	2.855.538	3.297.193	4.155.599	5.101.543
Soja	2.146.926	4.092.934	6.983.860	6.017.719	5.937.727	6.604.805
Sorgo granífero	58.106	287.502	510.869	568.659	503.183	814.969
Tomate (mesa e industrial)	237.002	712.448	776.430	759.620	801.960	1.249.525
Trigo (sequeiro e irrigado)	3.613	8.509	49.885	47.918	48.018	86.465

Fonte: IBGE

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2009.

Assim, após a manipulação dos dados e calculados os quatro sub-índices, estes foram somados e divididos pela

quantidade de elementos (média simples), gerando o Índice de Desenvolvimento Rural - IDR.

$$\text{IDR} = (\text{IPOP} + \text{IBES} + \text{IDE} + \text{IMA}) / 4$$

A partir dos resultados obtidos através do cálculo dos sub-índices descritos anteriormente, obteve-se o valor dos Índices de Desenvolvimento Rural (IDR's) de cada um dos municípios do Estado de Goiás. Assim, os valores

para o IDR variam no intervalo entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento rural.

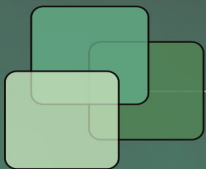


Tabela 2 - Tabela de resultado dos indicadores

Total de Municípios	Quartis	Classificação dos intervalos
Número de municípios	Até 1º quartil	"Muito Baixo"
	Até 2º quartil	"Baixo"
	Até 3º quartil	"Médio"
	Até 4º quartil	"Alto"

Fonte: Correa, Silva e Neder (2007).

Segundo demonstrado na Tabela 2, cada um dos municípios foi categorizado em quatro níveis de IDR: (i) "Muito Baixo": no qual estão contidos os municípios com valor abaixo do primeiro quartil; (ii) "Baixo": contendo os municípios com valores entre o 1º quartil e a mediana; (iii) "Médio": contendo os municípios com valores entre a mediana e o terceiro quartil e; (iv) "Alto": representando os municípios com valores entre o 3º quartil e o maior valor observado.

2.1 – Índice de População - IPOP

O Índice de População (IPOP), que busca mensurar o dinamismo populacional rural, apresentou valores muito baixos no período de análise. Considerando que, conforme a metodologia, quanto mais próximo de 1,00 for o resultado maior é o desenvolvimento da região, observa-se que o valor máximo deste indicador para os municípios goianos está situado em um nível muito baixo (0,42). Este resultado mostra o fraco dinamismo da população rural, e se dá em parte pela baixa densidade demográfica na maioria dos municípios do estado, aliado à heterogeneidade regional da população rural.

Tabela 3 - Distribuição do IPOP

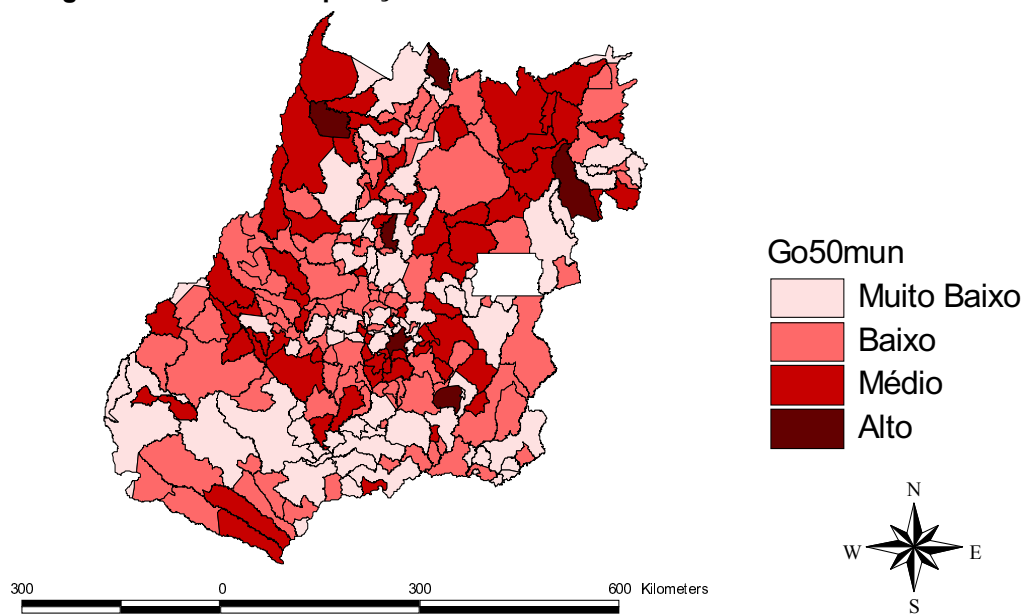
Total de Municípios	Quartis	Classificação dos intervalos	Intervalos de IPOP
241	Até 1º quartil	"Muito Baixo"	0.078 - 0.166
	Até 2º quartil	"Baixo"	0.166 - 0.221
	Até 3º quartil	"Médio"	0.221 - 0.297
	Até 4º quartil	"Alto"	0.297 - 0.420

Fonte: Tabulação própria, a partir dos dados gerados.

A classificação dos municípios segundo níveis de desenvolvimento auxilia no momento da análise dos resultados. Portanto, observa-se que a partir dos resultados percentis dos índices, a classificação para os

municípios ficou conforme demonstrado na Tabela 3, sendo que estes resultados podem ser visualizados no mapa abaixo.

Figura 1 - Índice de População – IPOP



Fonte: Elaboração do autor

Deste modo, na análise que versa sobre a densidade demográfica, os valores para os municípios de Goiás encontram-se no nível “muito baixo”, em praticamente todo o estado. As exceções ficam por conta da Região Metropolitana de Goiânia¹⁰ e Anápolis, além de algumas áreas do entorno de Brasília.

2.2 – Índice de Bem-Estar Social – IBES

O Índice de Bem-Estar Social (IBES), que abrange três aspectos referentes à educação (proporção de crianças

na escola, média dos anos de estudo e taxa de analfabetismo) e dois indicadores que abarcam a infraestrutura do domicílio apresentou, de modo geral, resultados satisfatórios. Considerando o nível máximo 1,00, conforme apresentado na metodologia, observa-se que o máximo calculado para este indicador no estado está situado a nível relativamente alto (0,76), ao mesmo tempo em que, o valor mínimo (0,27) não deve ser considerado como valor muito baixo.

Tabela 4 - Distribuição do IBES

Total de Municípios	Quartis	Classificação dos intervalos	Intervalos de IBES
241	Até 1º quartil	"Muito Baixo"	0.279 - 0.434
	Até 2º quartil	"Baixo"	0.434 - 0.488
	Até 3º quartil	"Médio"	0.488 - 0.546
	Até 4º quartil	"Alto"	0.546 - 0.764

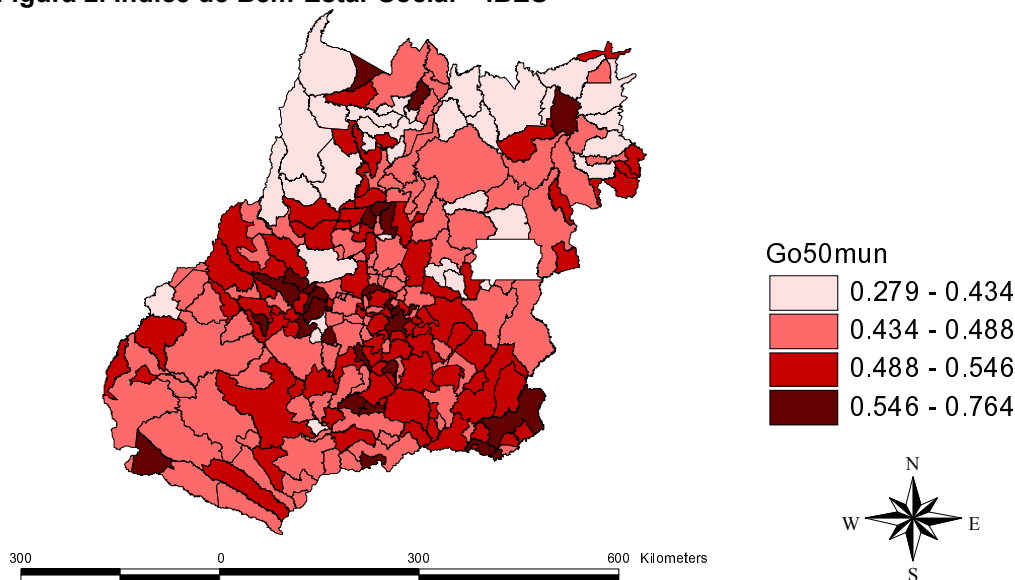
Fonte: Tabulação própria, a partir dos dados gerados.

¹⁰ Que compreende os municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianápolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade, conforme Lei Complementar nº 27 de 30 de dezembro de 1999.

Pelas informações contidas nas tabelas acima e do mapa abaixo, percebe-se que os municípios que apresentam menores taxas de analfabetismo tendem a ter um IDR mais elevado¹¹. No mesmo sentido, quanto maior for a IDR, isso demonstra os esforços de qualificação

empreendidos. Do mesmo modo, quanto maior for o valor da proporção das crianças nas escolas maior será o desenvolvimento rural, pois abarca os esforços da população no que concerne à educação básica.

Figura 2. Índice de Bem-Estar Social – IBES



Fonte: Elaboração do autor

Analisando os dados que compõem o IBES, conforme apresentado na metodologia, quando se observa os resultados da taxa de analfabetismo é possível perceber que a mesma se situa entre os níveis “muito baixo” e “baixo” em praticamente todo o território goiano. A exceção se dá em Santa Isabel, Nova Glória, Cachoeira Dourada, Nova Veneza e Buriti de Goiás que foram classificados no nível “alto”. Quando se verifica a quantidade de crianças de 7 a 14 anos que residem no meio rural freqüentando a escola percebe-se que

praticamente todo o estado apresenta níveis “baixo” ou “muito baixo”, onde a exceção fica por conta de alguns municípios do norte e leste goianos, que estão situados na região Centro-Norte.

2.3 – Índice de Desenvolvimento Econômico

O Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) procura mostrar o perfil do mercado de trabalho e do rendimento “médio” dos domicílios rurais em cada um dos municípios.

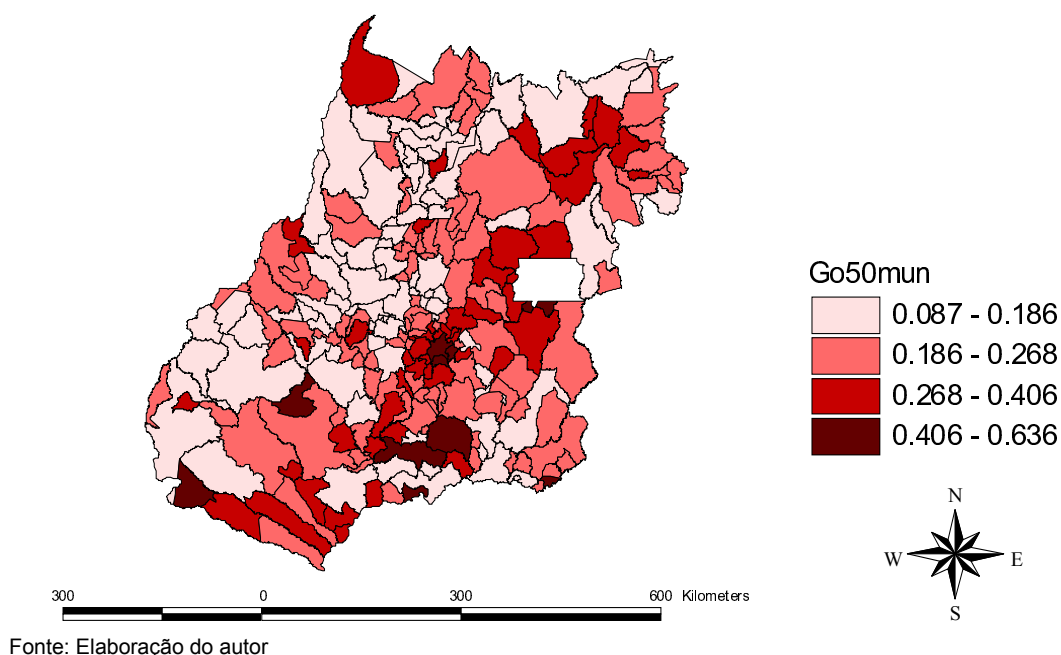
Tabela 5 - Distribuição do IDE

Total de Municípios	Quartis	Classificação dos intervalos	Intervalos de IDR
241	Até 1º quartil	"Muito Baixo"	0.087 - 0.186
	Até 2º quartil	"Baixo"	0.186 - 0.268
	Até 3º quartil	"Médio"	0.268 - 0.406
	Até 4º quartil	"Alto"	0.406 - 0.636

Fonte: Tabulação própria, a partir dos dados gerados.

¹¹ Esta afirmação se dá pois, conforme a metodologia de cálculo do indicador, existe uma razão direta de proporcionalidade entre o valor dos sub-índices e o valor do IDR.

Figura 3 - Índice de Desenvolvimento Econômico – IDE



Fonte: Elaboração do autor

Os resultados obtidos com o cálculo deste índice apresentaram valores relativamente baixos se comparados ao valor máximo que pode ser obtido (1,00). Ainda de acordo com esta tabela, o valor máximo do IDE (0,63) está bastante distanciado do nível máximo possível (1,00), o que demonstra que o estado ainda apresenta baixo nível de dinamismo no mercado de trabalho.

2.4 – Índice de Meio Ambiente

O Índice de Meio Ambiente (IMA) apresentou resultados satisfatórios, já que o valor máximo obtido pelo Índice de Meio Ambiente (0,79) pode ser considerado um resultado fortemente positivo. Isso ocorre, pois, conforme a metodologia, quanto mais próximo de 1 for o valor encontrado, maior será o desenvolvimento da região.

Tabela 6 - Distribuição do IMA

Total de Municípios	Quartis	Classificação dos intervalos	Intervalos de IMA
241	Até 1º quartil	"Muito Baixo"	0 - 0.133
	Até 2º quartil	"Baixo"	0.133 - 0.259
	Até 3º quartil	"Médio"	0.259 - 0.389
	Até 4º quartil	"Alto"	0.389 - 0.708

Fonte: Tabulação própria, a partir dos dados gerados.

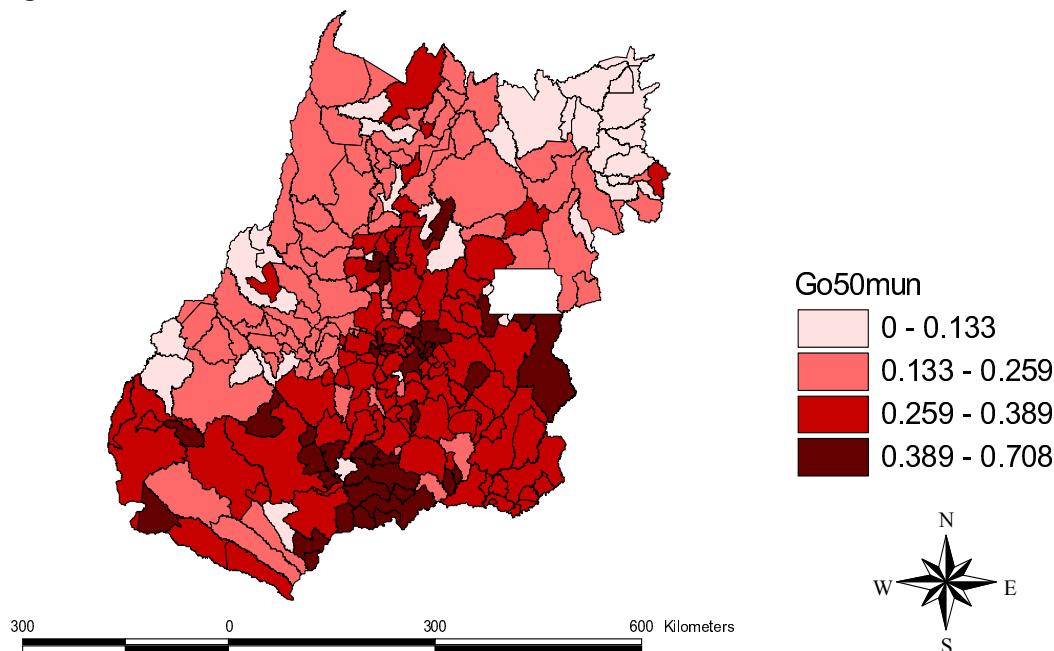
Deste modo, entende-se que atividades ligadas à agricultura familiar devem apresentar um maior índice de conservação do solo, e a ideia implícita neste indicador é mostrar que lavouras intensivas em monoculturas altamente mecanizadas geram maior impacto ambiental. Este argumento está baseado nos estudos desenvolvidos

por Olivette (2003 *apud* KAGEYAMA, 2004), que defende que a especialização da produção nas culturas “modernas” são grandes consumidoras de agrotóxicos, poluidoras de ar e/ou empobrecedoras de solo. Com efeito, entende-se que a exigência de técnicas que agridam o meio ambiente tende a ser relativamente

menor para as atividades que são desenvolvidas no “novo rural”. Portanto, a expectativa é que exista maior presença da agricultura familiar nas regiões onde o Desenvolvimento Rural esteja num grau mais elevado.

Assim, quanto maior o IMA, menor a tendência de monocultura, e maior tende ser a utilização de práticas de conservação do solo.

Figura 4 - Índice de Meio Ambiente – IMA



Fonte: Elaboração do autor

De modo geral, verifica-se que nas regiões onde houve maior incorporação de progresso técnico na agricultura, existe também maior preocupação no que concerne à adoção de práticas de conservação do solo e adequação dos solos à atividade agrícola. Isso ocorre porque a existência destas grandes propriedades rurais colabora fortemente para a exploração agrícola no regime de monocultura, enquanto as áreas com agricultura familiar tendem a apresentar maior diversificação nas atividades (CORREA, SILVA e NEDER, 2008).

2.5 - Índice de Desenvolvimento Rural

O Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) abrange dados sobre a população, domicílios, mercado de trabalho e modo de cultivo das áreas rurais para, através da quantificação, definir o grau de desenvolvimento rural para os municípios do estado. A partir da análise dos resultados obtidos, verifica-se que o Estado de Goiás ainda apresenta um nível muito baixo de desenvolvimento rural. Tomando por referência o valor máximo considerado na metodologia (1,00) e o valor máximo apresentado pelos resultados (0,50), percebe-se que o desenvolvimento rural ainda não está fortemente incorporado aos ambientes rurais do estado.

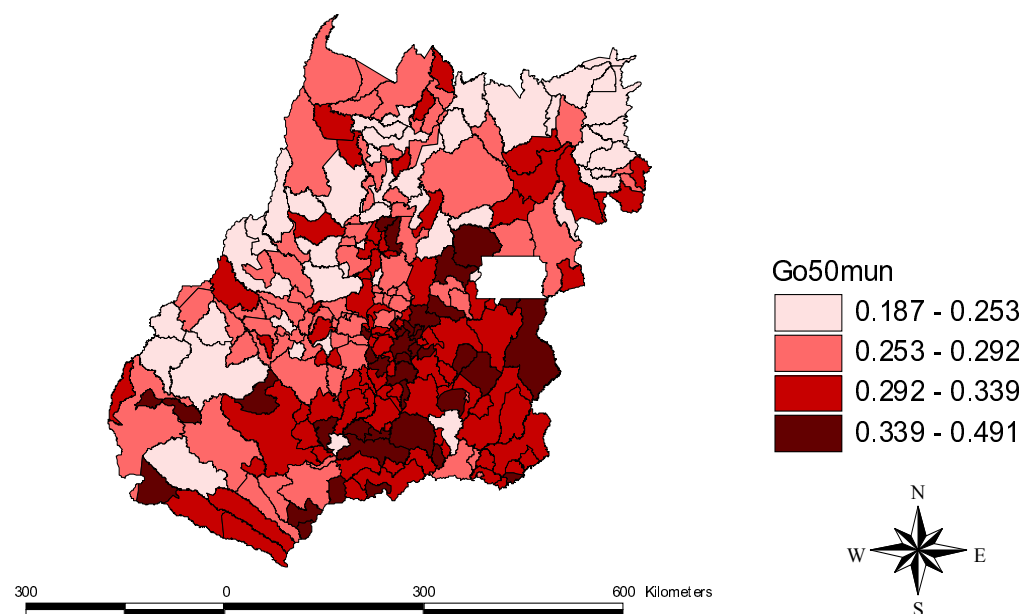
Tabela 7 - Distribuição do IDR

Total de Municípios	Quartis	Classificação dos intervalos	Intervalos de IDR
241	Até 1º quartil	"Muito Baixo"	0.187 - 0.253
	Até 2º quartil	"Baixo"	0.253 - 0.292
	Até 3º quartil	"Médio"	0.292 - 0.339
	Até 4º quartil	"Alto"	0.339 - 0.491

Fonte: Tabulação própria, a partir dos dados gerados.

O que se percebe neste estudo é a necessidade de ações pontuais do Estado como forma de dinamizar os fatores de desenvolvimento rural no território goiano.

Figura 5 - Índice de Desenvolvimento Rural



Fonte: Elaboração do autor

Deste modo, conforme resultados apresentados existem alguns municípios que tiveram menor incorporação do progresso técnico nas atividades agrícolas. Portanto, apresentam fortes indícios de que a sua exploração agropecuária permanece baseada nos métodos tradicionais, utilizando-se de mão de obra familiar, baixa incorporação de inovações químicas e mecânicas, além do manejo de culturas voltadas para o consumo interno. No entanto, deve ser ressaltado que, por não ser objeto

deste estudo, este item não foi abordado, visto que demandaria outras pesquisas.

Por outro lado, outros municípios voltam-se, sobretudo, para culturas de “exportação” (setor agroindustrial do mercado interno e externo) com crescente incorporação de progresso técnico, utilizando-se de fertilizantes, defensivos agrícolas e intensa mecanização da atividade agrícola, apresentando melhores indicadores para o desenvolvimento rural.



Considerações Finais

Como foi destacado anteriormente, o intuito deste trabalho foi verificar como se objetivou o desenvolvimento rural dos municípios goianos no interregno censitário 1996-2000. Os resultados encontrados demonstram que, em Goiás, as características do “novo rural” são principalmente decorrentes do processo de modernização da agricultura que ocorreu a partir de 1970 e criou uma estrutura onde coexistem atividades ‘modernas’ e ‘atrasadas’. Devido a diferentes níveis de incorporação do progresso técnico, existem algumas regiões que foram influenciadas com menor intensidade por esta modernização e, conseqüentemente, não incorporaram efetivamente o desenvolvimento nas suas estruturas. As regiões modernas apresentam grande dinamismo e, como tal, possuem grande parte das características demonstradas pelo desenvolvimento rural. As regiões atrasadas, por estarem menos incorporadas a este processo de desenvolvimento, podem apresentar poucas ou nenhuma das características que definem este novo momento.

Referências Bibliográficas

CENSO AGROPECUÁRIO 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível no *site*: <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em Janeiro de 2006.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. **Documentação dos Dados Universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. **Documentação dos Microdados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. CD-ROM.

CORRÊA, V. P.; SILVA, F. F & NEDER, H. D. **Construção de um Índice de Desenvolvimento Rural – Resultados para as regiões Nordeste e Sul do Brasil**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER. XLVI Congresso da SOBER. Rio Branco – AC, 20 a 23 de Julho de 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse preliminar censo demográfico**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 1-1 – 5-5, 2000.

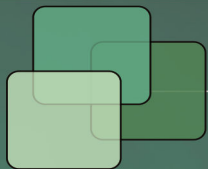
KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília. v. 21 n. 3, p 379-408, set/dez, 2004.

PIRES, M. J. de S. **As implicações do processo de modernização conservadora nas atividades agropecuárias na região centro-sul de Goiás**. Universidade de Campinas – UNICAMP. Campinas, São Paulo, 2008.

SCHNEIDER, S.. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil**. Rev. Estudos Sociedade e Agricultura, 16, abril 2001: 164-184.

SIDRA . **Produção Agrícola Municipal (PAM)** / IBGE. Rio de Janeiro. Disponível no *site*: <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

WANDERLEY, M. de N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Rev. Estudos Sociedade e Agricultura, n 15, outubro 2000: 87-145.



A relevância da agricultura familiar segundo dados do Censo Agropecuário de 2006: Uma análise comparativa entre Goiás e os estados do Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul

Karine Diniz Xavier¹
Dinamar Maria Ferreira Marques²
Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida³

Resumo: A agricultura familiar é base de diversas cadeias produtivas e um dos mais importantes pilares da agropecuária brasileira. Dada a escassez de estudos que retrate a realidade da agricultura familiar no estado de Goiás, bem como a ausência de pesquisas que possibilitem comparar a diversidade da categoria, a pesquisa estabelece comparações entre Goiás e um estado de cada região do país: Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Especificamente, buscou-se discorrer sobre a relevância da agricultura familiar nos estados considerados. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica. Para o diagnóstico dos dados, utilizou-se o Censo Agropecuário de 2006, como subsídio à análise comparativa entre os estados. A pesquisa evidenciou a dinamicidade dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul e São Paulo, já nos demais estados, grande parte dos agricultores familiares está totalmente fora dos mercados.

Palavras-chave: agricultura familiar, estados brasileiros, análise comparativa.

Introdução

O desenvolvimento econômico do agronegócio brasileiro está intimamente relacionado à consolidação de uma categoria que se desenvolveu e que hoje é base de diversas cadeias produtivas do país: a agricultura familiar. Frente ao extenso cenário do agronegócio nacional, esta categoria representa um dos mais importantes pilares para o desenvolvimento socioeconômico de diversas regiões do país. Devido à sua importância, desenvolveu-se uma série de instrumentos públicos buscando dar suporte ao que hoje é considerado uma das principais fontes de produção de alimentos no meio rural.

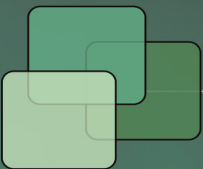
As raízes históricas do Brasil retratam a prioridade dada à grande propriedade rural, voltada para a monocultura de exportação, e a marginalização da pequena propriedade familiar. Mais recentemente, o reconhecimento por parte do governo da importância do agricultor familiar para o desenvolvimento social e econômico do Brasil fez emergir uma série de políticas de apoio, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as diversas linhas do PRONAF e o Brasil Sem Miséria. Tais programas ainda demandam aperfeiçoamento, capacidade técnica e recursos para conseguirem atender efetivamente aos produtores emergentes.

Em linhas gerais, a agricultura familiar pode ser representada pelos produtores rurais que administram e trabalham diretamente na própria propriedade, com ou sem a contratação de terceiros. Para Lamarche (1993), agricultura familiar é um termo em constante evolução, porém fortemente atrelado às raízes históricas da categoria. Segundo o autor, esse é um novo grupo conhecido pelas sociedades capitalistas desenvolvidas, em que a propriedade da terra e o trabalho estão intimamente ligados à família. Alguns grupos ainda apresentam características arcaicas, mas não se pode vincular a categoria à pobreza rural e à ineficiência na utilização dos fatores produtivos, ao contrário, a agricultura familiar tem sido essencial ao desenvolvimento

¹ Bacharel em Gestão do Agronegócio pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Aluna do Programa de Pós-graduação em Agronegócios – Mestrado (UFG). karinedx10@yahoo.com.br

² Economista. Aluna do Programa de Pós-graduação em Agronegócios – Mestrado (UFG). dinamarmfm@gmail.com

³ Coordenador do Mestrado em Agronegócios da EA/UFG. Professor Adjunto 2 da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás — Pesquisador Colaborador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Centro Universitário de Araraquara – UNIARA - Doutor em Sociologia - Faculdade de Ciências/Universidade Estadual de Araraquara. manoel77@yahoo.com.br



da agropecuária, possibilitando a inserção do pequeno produtor em uma economia de mercado, ainda que em variados casos a baixa renda e pouca escolaridade sejam fatores relevantes.

Com o intuito de estudar a agricultura familiar em Goiás e estabelecer uma análise comparativa entre estados das cinco regiões brasileiras, bem como discorrer sobre a importância de políticas públicas que favoreçam o agricultor familiar, questiona-se: quais as peculiaridades desse ator social, o agricultor familiar, nas cinco regiões do país?

Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo estabelecer comparações entre Goiás e um estado de cada região do Brasil: Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, no que diz respeito às características da agricultura familiar em cada localidade. Para tanto, foi importante discorrer sobre a relevância da agricultura familiar nos respectivos estados, analisar a abrangência econômica da agropecuária em cada estado e no Brasil, além de apontar as principais particularidades da agricultura familiar nos estados em questão.

Dada a escassez de estudos que retratem a realidade da agricultura familiar no estado de Goiás e a ausência de trabalhos que possibilitem comparar a diversidade desta categoria nas várias regiões do país, a presente pesquisa pôde demonstrar a importância da agricultura familiar para a agropecuária dos cinco estados estudados, de forma a contribuir para o fomento de programas e eficiência de políticas públicas direcionadas à categoria ora analisada.

1 – A consolidação da agricultura familiar como categoria de relevância no agronegócio brasileiro

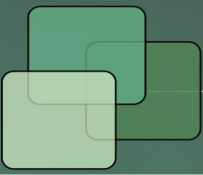
O termo agricultura familiar ganhou relevância quando da implantação, pelo governo federal, do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, assim como com a Lei 11.326/2006, que estabeleceu as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar. No meio acadêmico, diversas são as reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Para

alguns teóricos, a agricultura familiar é considerada uma categoria nova, já outros defendem que a agricultura familiar tem raízes históricas e está em evolução. O fato é que se deve estudar as categorias, ou seja, procurar entender a agricultura familiar e o campesinato a partir das relações econômicas e sociais com o mercado, de modo a compreender as particularidades deste segmento social.

Nazaré (1999) afirma que em algumas regiões do Brasil a agricultura familiar é mantida e reconhecida como a única forma social de produção capaz de satisfazer às necessidades essenciais da sociedade como um todo. Em outras localidades brasileiras, ela é excluída do desenvolvimento, podendo até mesmo chegar a ser eliminada. O sistema sócio-político, as formações sociais ou as evoluções históricas em todos os países onde o mercado organiza as trocas têm assegurado a produção agrícola por meio da exploração familiar - em maior ou menor grau -, em contextos nos quais a família participa diretamente da produção. Em certos lugares, a exploração familiar é ponta de lança ao desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado, em outros, ela permanece arcaica, atuando como economia de subsistência.

Para Abromovay (1992), o agricultor familiar difere do camponês, considerando-se que o primeiro constitui uma profissão, estando ele totalmente integrado ao mercado e não apresentando quaisquer conflitos relacionados ao desenvolvimento do capitalismo, além disso, a atividade apresenta inovação na forma de produzir. Ao passo que campesinato corresponde a um modo de vida e está parcialmente integrado aos mercados não consolidados, ou seja, incompletos. Portanto, para o teórico, a agricultura familiar é muito distinta da agricultura camponesa e se desenvolve a partir da inserção do produtor no mercado.

Ao se referir à agricultura familiar no Brasil, Lamarche (1993) chama atenção para as transformações sofridas nas últimas décadas, no que se refere à modernização agrícola. A exclusão de uma importante parcela de



pequenos produtores do processo de modernização da agricultura conduziu a que estes ficassem a mercê do desenvolvimento. Frente a esse histórico, percebe-se o quanto é essencial a intervenção do Estado, por meio de políticas que assegurem a sobrevivência dos agricultores familiares, de maneira a lhes garantir a prática de uma agricultura sustentável e moderna. A atenção a este importante segmento, carente de incentivos públicos, resulta em benefícios sociais, ainda mais em localidades em que a agricultura familiar é composta por uma população de baixa renda.

2 – Metodologia

Neste trabalho, procurou-se fazer uma conceituação da categoria agricultura familiar, sob o ponto de vista de diferentes teóricos, bem como estabelecer comparações entre a categoria, no estado de Goiás, e a mesma categoria em cinco estados brasileiros, sendo um em cada região do país: Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, a fim de apontar as suas principais peculiaridades. Para realizar esta análise comparativa, foram utilizados dados do Censo Agropecuário de 2006.

3 – Apresentação dos dados e análise dos resultados

Para estabelecer comparações entre o Estado de Goiás e os Estados do Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, foram adotadas características de análise correspondentes aos aspectos da agricultura familiar em cada Estado, apresentados a seguir (dados do Censo Agropecuário de 2006).

Em primeiro lugar, com o fim de mensurar a relevância da agropecuária em termos de Valor Adicionado (VA)⁴, tanto para a economia de cada estado quanto para o Brasil, a Tabela 1 apresenta a importância desse setor. A primeira coluna da Tabela 1 expõe o peso adquirido pelo setor agropecuário no país, demonstrando que a maior representatividade ficou com o estado de São Paulo, com 13,1% da agropecuária nacional; seguido do Rio Grande do Sul, com 11,3%; Goiás, com 4,6%; Pará, com 3,3%; e Pernambuco com 2,2%.

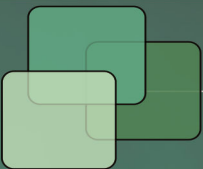
Quando se faz uma análise do peso da agropecuária em relação (VA) em cada estado, Goiás se destaca frente aos demais, com 10,3% de representatividade. O desempenho da agropecuária goiana pode ser atribuído as suas várias características favoráveis, como boas condições geomorfológicas, proximidade a grandes centros consumidores, abundância em recursos hídricos, investimentos em pesquisas, grande aparato tecnológico, disponibilidade de créditos, entre outros.

Tabela 1: Representação da atividade agropecuária no VA - 2006 (%)

Estados selecionados	Peso da agropecuária no Brasil	Peso da agropecuária no Estado
Pará	3,3	9,2
Pernambuco	2,2	5,2
São Paulo	13,1	2,2
Rio Grande do Sul	11,3	9,3
Goiás	4,6	10,3

Fonte: IBGE/ Contas Regionais do Brasil 2005-2009.

⁴ Maior detalhamento Contas Regionais do Brasil - 2005-2009
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2009/contasregionais2009.pdf>



Quanto ao número de estabelecimentos rurais familiares e não familiares, é possível verificar a predominância da agricultura familiar na maioria das localidades analisadas. Como pode ser verificado na Tabela 2, o estado de Goiás representa o menor número de estabelecimentos familiares quando comparado aos demais. Em Goiás, apenas 65% dos estabelecimentos são de produtores familiares, enquanto 35% são de produtores não familiares. O maior número de estabelecimentos familiares se encontra em Pernambuco e no estado do Pará (90% e 88%, respectivamente), onde a agricultura familiar é a base de diversas cadeias produtivas, como a do leite e da mandioca, em Pernambuco, e da mandioca e do arroz, no Pará.

A justificativa para o reduzido número de estabelecimentos familiares em Goiás, quando comparado aos outros estados, está na própria história. A economia agrícola surge em Goiás como transição entre a mineração e a atividade pecuária para exportação. A pecuária extensiva contribuiu para a formação de grandes propriedades rurais durante o regime de sesmarias, tendência que prosseguiu com a política de terras em Goiás (1893). Esta beneficiou os grandes proprietários e foi assentada basicamente na pecuária extensiva. Em períodos mais recentes, a justificativa está na ocupação do cerrado para fins agrícolas, com a abrangência de grandes propriedades, o que é explicado pelas próprias características naturais do bioma, que exigia moderna aplicação de tecnologia e aporte de capital, em meio a uma estrutura fundiária fortemente concentrada.

Tabela 2: Proporção de estabelecimentos familiares e não-familiares

Estados selecionados	Familiar	Não Familiar
Goiás	65%	35%
São Paulo	66%	34%
Rio Grande do Sul	86%	14%
Pernambuco	90%	10%
Pará	88%	12%

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2006

A Tabela 3 apresenta o valor da produção agropecuária, considerando as duas categorias de análise, produtores familiares e não familiares. Em Goiás, é possível verificar que apenas 16% do valor da produção provêm da agricultura familiar, enquanto 84% é gerado pela agricultura não familiar; semelhante situação é verificada no estado de São Paulo. Esta questão pode ser justificada pelo número de estabelecimentos familiares, que é inferior nos dois estados, e pelo volume produzido pela agricultura familiar, significativamente menor do que o produzido pela não familiar. Aqui, a justificativa pode estar na agregação de valor, já que, conforme apresentado na Tabela 5, o que é produzido pela

agricultura não familiar, tanto em Goiás como em São Paulo, tem maior valor agregado do que aquilo que é produzido pela agricultura familiar.

Nos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Pará, o valor da produção agropecuária é mais elevado na agricultura familiar. Conforme verificado na Tabela 2, nestes a agricultura familiar é significativamente mais relevante do que a não familiar. No estado do Pará, por exemplo, quase 70% do valor da produção são provenientes da agricultura familiar. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2011), a agricultura familiar nesse estado é responsável por 93% da produção de mandioca e 84% da produção de arroz.

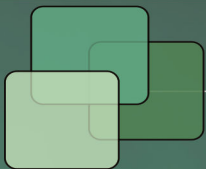


Tabela 3: Participação do valor da produção agropecuária

Estados selecionados	Familiar	Não Familiar
Goiás	16%	84%
São Paulo	16%	84%
Rio Grande do Sul	54%	46%
Pernambuco	52%	48%
Pará	69%	31%

Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário 2006

Na Tabela 4, observa-se que as receitas obtidas com a agropecuária nos estados de Goiás e São Paulo são, em grande proporção, provenientes da agricultura não familiar. No Rio Grande do Sul, Pernambuco e Pará, a

maior parte das receitas é originada da agricultura familiar, acompanhando a significativa representatividade da produção agropecuária nesses estados, como exposto na Tabela 3.

Tabela 4: Participação das receitas obtidas

Estados selecionados	Familiar	Não Familiar
Goiás	14%	86%
São Paulo	15%	85%
Rio Grande do Sul	50%	50%
Pernambuco	49%	51%
Pará	69%	31%

Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário 2006

A Tabela 5 apresenta o percentual de agroindústrias localizadas no meio rural, ou seja, propriedades rurais que beneficiam seus produtos. A existência de agroindústrias no meio rural, capazes de agregar valor e aumentar a competitividade dos produtos agropecuários, é um dos determinantes para o desenvolvimento rural. A

agroindústria, tanto no estado de Goiás quanto em São Paulo, está mais concentrada em propriedades não familiares, enquanto nos demais estados (Rio Grande do Sul, Pernambuco e Pará) o beneficiamento de produtos agropecuários é feito predominantemente em propriedades de base familiar.

Tabela 5: Participação da agroindústria - agregação de valor

Estados selecionados	Familiar	Não Familiar
Goiás	43%	57%
São Paulo	28%	72%
Rio Grande do Sul	65%	35%
Pernambuco	68%	32%
Pará	88%	12%

Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário 2006

Para analisar a condição do produtor rural em relação à ocupação da terra, foram consideradas as seis modalidades listadas pelo IBGE: proprietário, assentado, arrendatário, parceiro, ocupante e produtor sem área. A

Tabela 6 mostra que os cinco estados se assemelham quanto às condições dos produtores e que a grande maioria deles se caracteriza como proprietário da terra.

Tabela 6: Condição do produtor em relação à ocupação da terra

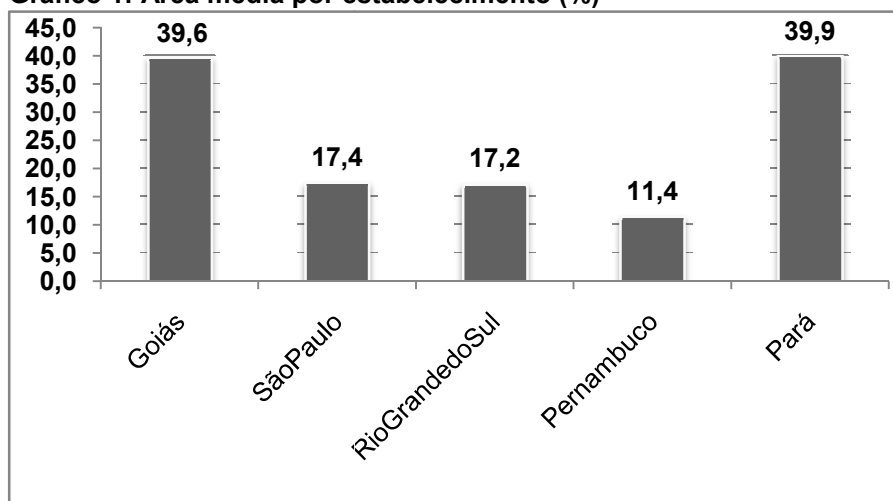
Estados Selecionados	Proprietário	Assentado	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
Goiás	84%	7%	3%	1%	3%	2%
São Paulo	84%	4%	7%	1%	3%	1%
Rio Grande do Sul	84%	2%	6%	2%	5%	1%
Pernambuco	73%	3%	3%	2%	12%	7%
Pará	77%	5%	1%	2%	7%	8%

Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário 2006

O tamanho médio da propriedade rural é de grande importância para a caracterização da agricultura familiar. No Gráfico 1, é possível observar a grande diferença nas áreas médias das propriedades entre Goiás e Pará, na comparação com os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco. As propriedades rurais de base familiar em Goiás e Pará possuem área média de aproximadamente 40 hectares, enquanto nos demais

estados a área não ultrapassa 18 hectares. Tal questão remete mais uma vez às origens da agropecuária no estado de Goiás, em que a ocupação se deu em grandes propriedades. Quanto ao estado do Pará, o tamanho das propriedades se explica, em parte, pelo baixo valor pago pela terra, o que contribuiu para a sua concentração nas mãos de um menor número de produtores.

Gráfico 1: Área média por estabelecimento (%)



Fonte de dados: IBGE/ Censo Agropecuário 2006

A Tabela 7 expõe a proporção em que se dá a propriedade da terra, conforme as categorias analisadas no presente trabalho, ou seja, o percentual de propriedade de posse dos produtores familiares e dos

produtores não familiares em cada estado. No caso de do Estado de Goiás, a proporção de agricultores familiares é menor entre os estados analisados (13%), enquanto no Estado de Pernambuco é maior, com 47%.

Tabela 7: Proporção da propriedade da terra

Estados selecionados	Familiar	Não Familiar
Goiás	13%	87%
São Paulo	15%	85%
Rio Grande do Sul	31%	69%
Pernambuco	47%	53%
Pará	31%	69%

Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário 2006

Quanto à gestão das atividades exercidas nos estabelecimentos, a tabela a seguir mostra que em todos os estados há predominância de homens na gerência das propriedades rurais. A maior proporção de mulher na direção do estabelecimento foi registrada no estado de Pernambuco (19%). Essa predominância da força de

trabalho masculina tem uma forte relação com as características do trabalho, que necessita de força ou resistência física. As relações de gênero e a divisão entre os sexos na agricultura familiar, ainda privilegiam os homens, faz parte de um processo cultural.

Tabela 8: Produtor por sexo na direção dos trabalhos do estabelecimento

Estados selecionados	Homens	Mulheres
Goiás	89%	11%
São Paulo	90%	10%
Rio Grande do Sul	90%	10%
Pernambuco	81%	19%
Pará	89%	11%

Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário 2006

As informações sobre educação na agricultura familiar revelam grandes avanços desta categoria. A Tabela 9 apresenta o percentual de pessoas ocupadas (P.O.) no meio rural que sabem ler e escrever. De acordo com os dados apresentados, nos estados de Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul esse percentual é significativamente superior àquelas que não têm qualquer nível de instrução escolar. Vale lembrar que a educação no campo é fator

de extrema importância para indicar o desenvolvimento rural.

No entanto, quando se analisa a realidade dos estados de Pernambuco e Pará, verifica-se grande quantidade de pessoas com baixo ou nenhum grau de instrução. Em Pernambuco, 51% dos produtores familiares não sabem ler e escrever, o mesmo acontece no Estado Pará, onde 63% dos produtores familiares não tiveram acesso à educação. Essa situação é bastante preocupante, devendo ser foco de programas governamentais.

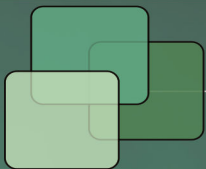


Tabela 9: Grau de instrução - Pessoal Ocupado na Agricultura Familiar que sabem ler e escrever

Estados selecionados	Pessoal ocupado sabe ler e escrever
Goiás	74%
São Paulo	82%
Rio Grande do Sul	86%
Pernambuco	51%
Pará	63%

Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário 2006

Considerações Finais

O presente artigo buscou analisar o perfil da agricultura familiar em cinco estados brasileiros, um em cada região. Todos os estados escolhidos possuem diferentes históricos de ocupação territorial, bem como diferentes níveis de urbanização e industrialização, porém, quando se analisa o meio rural em cada localidade, percebe-se a presença marcante de agricultores familiares, muitos deles já consolidados economicamente, como é o caso do Rio Grande do Sul.

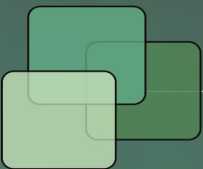
A literatura sobre o assunto é imensa. Procurou-se situar a agricultura familiar na visão de alguns teóricos como: Lamarche, Nazaré e Abromovay. A agricultura familiar nessas regiões, com níveis diferentes de desenvolvimento, encontra explicação no próprio processo histórico, que é diferenciado. A agricultura familiar faz parte de um projeto de desenvolvimento, sendo uma categoria econômica e social muito importante, que indica a necessidade de que os governos atuem de forma concertada no enfrentamento dos diversos problemas que afetam esse grupo social.

Segundo o recorte metodológico adotado, Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar em Goiás representa 65% dos estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área média de 39,6 hectares, sendo responsável por 13% das propriedades rurais e de 67% do pessoal ocupado. No ano de 2006 o setor da agropecuária em Goiás (familiar e não familiar) representou 10,3% do valor adicionado (VA) da agropecuária nacional. Apreende-se, por meio desses

números, a grande importância dos estabelecimentos familiares na geração de empregos no campo, sendo representativa sua participação na riqueza gerada na atividade agropecuária goiana. Segundo dados do último Censo Agropecuário, a agricultura familiar em Goiás tem capacidade para agregar valor na produção em 47% de seus produtos agropecuários, ou seja, é significativo o volume beneficiado pela categoria em estudo.

Com as informações apresentadas, ficou claro que a agricultura familiar nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo caracteriza-se por sua integração aos mercados e o nível de capitalização, de outro lado, a agricultura familiar em Pernambuco, Pará e Goiás se identifica pela presença de agricultores com baixo poder monetário, muitos deles totalmente fora dos mercados e das políticas públicas. O fato interessante é a presença da agricultura familiar em todos os estados pesquisados, ainda que se verifique heterogeneidade entre eles, sendo esta categoria de extrema importância para o desenvolvimento econômico e social de um grande grupo de produtores emergentes.

O estudo, ainda observou que a agricultura familiar tem sua importância na geração de renda e empregos para os pequenos agricultores que não possuem muitas oportunidades de conseguir vagas no mercado de trabalho nas cidades. Também, a agricultura familiar mantém as famílias trabalhando no campo com uma quantidade menor de capital financeiro, além de fixar as famílias no meio rural, ampliar o capital social, nas formas



de associativismo, de cooperativas que incentiva a produção, o beneficiamento e comercialização de produtos artesanais, resgatados da cultura local.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992.

ANJOS, F; GODOY,W; CALDAS,N; GOMES, M. **Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul**. Revista de Economia e Sociologia Rural vol.42 nº 03 Brasília Jul/Set 2004.

BAUMEL, A.; BASSO, L.C. **Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural**. Paraná: Unicentro, 2004.

Censo Agropecuário 2006. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

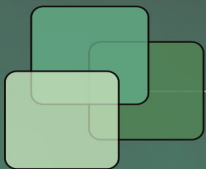
GASQUES, J.G; CONCEIÇÃO, J.C. **As Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Brasília, 2001.

LAMARCHE, Hugues, **A Agricultura Familiar comparação Internacional Uma Realidade Multiforme**. Campinas São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=1923>>. Acesso em 14 de Novembro de 2011.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em 12 Dez 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61



Situação dos Aglomerados Subnormais em Goiás

Juliana Dias Lopes¹
Marcos Fernando Arriel²
Mônica Martins da Costa³

Resumo: A partir de um recorte da publicação do IBGE “Aglomerados Subnormais: primeiros resultados”, este artigo busca retratar a distribuição dos aglomerados subnormais nas regiões brasileiras e, especificamente, demonstrar qual a situação desses aglomerados em Goiás. Foram identificados 6.329 aglomerados subnormais, em 323 municípios. Na região Centro-Oeste apenas nove municípios possuem aglomerados subnormais. Os dados mostram que a maior parte deles está localizada nas regiões metropolitanas por serem polos de atração de migrantes. Vários são os critérios utilizados para caracterizar os aglomerados subnormais, sendo um deles a precariedade de serviços essenciais (serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica). Os dados demonstram que, em Goiás, a maior parte desses serviços são satisfatórios e adequados, sendo o fornecimento de esgoto o maior prejudicado em assistência.

Palavras-chave: Aglomerados Subnormais, serviços essenciais, Brasil, Goiás.

Introdução

Nas décadas de 1960 a 1980, o Brasil vivenciou a maior migração de pessoas das áreas rurais para as urbanas. O principal motivo da migração em massa foi a expansão da fronteira agrícola, em consequência da modernização técnica do trabalho rural com a substituição do homem pela máquina. O modelo de urbanização, naquele período, incentivava o crescimento das cidades, criando oportunidades de empregos que atraíam os moradores do campo. Segundo o IBGE (2011), parte desse contingente de pessoas que se deslocava para as cidades não encontrava acesso a moradias adequadas. Assim, como estratégia de sobrevivência, essa população passou a ocupar lugares preteridos pela urbanização formal.

Hoje há diversos assentamentos irregulares nas cidades brasileiras. Na tentativa de localizá-los e realizar estudos comparativos, foi criado o conceito de aglomerados subnormais, que abarca a diversidade desses assentamentos irregulares. A publicação Aglomerado Subnormal, divulgada em dezembro de 2011, elaborada a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 e também por meio de pesquisa – Levantamento de Informações Territoriais (2009) –, identifica a distribuição espacial dos aglomerados subnormais para o conjunto do país, grandes regiões, unidades da federação e municípios. Com isso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) buscou compreender as variáveis que compõem um espaço para que ele seja caracterizado como aglomerado subnormal e demonstrar as diferenças regionais desse tipo de assentamento.

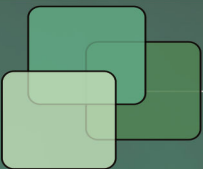
1 – Conceito de aglomerado subnormal

Segundo o IBGE, no Censo de 1991 foi utilizado, pela primeira vez, o termo aglomerado subnormal, tendo permanecido no Censo Demográfico de 2010. O termo “possui certo grau de generalização de forma a abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no País, conhecidos como: favela, invasão, grotá, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros” (IBGE, 2011, p.26).

¹ Graduada em Economia e servidora da SEGPLAN-GO/SEPIN (juliana-dl@segplan.go.gov.br).

² Economista, Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, servidor da SEGPLAN-GO/SEPIN e Conselheiro efetivo do CORECON-GO (marcosarriel@ig.com.br).

³ Mestranda em Geografia e servidora da SEGPLAN-GO/SEPIN (monica-mc@segplan.go.gov.br).



O IBGE (2011, p. 19) define aglomerados subnormais da seguinte forma:

É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e
- b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características:
 - urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou
 - precariedade de serviços públicos essenciais.

As precariedades dos serviços essenciais (serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica) levam em conta somente a existência do serviço ou não, de forma que não considera a qualidade desses serviços (frequência na coleta de lixo, qualidade da água e frequência no fornecimento de energia).

Em vários pontos do país, encontram-se aglomerados subnormais em que serviços essenciais de coleta de lixo,

abastecimento de água, de energia, esgoto, entre outros são ineficientes, quando não inexistentes. Nas regiões do Brasil, os aglomerados apresentam características distintas. Para melhor caracterizá-los, foi necessário padronizar elementos que melhor definem a situação. De acordo com o IBGE (2011), foram utilizadas na pesquisa as características do domicílio, dos serviços urbanos, dos padrões urbanísticos, da localização da área, da densidade de ocupação e da situação fundiária e legal.

É importante ressaltar que para se ter um conceito comparativo entre as regiões brasileiras, perde-se, muitas vezes, as especificidades locais, o que ocorre principalmente devido à diversidade dos municípios e regiões. Em razão disso, em diversos locais onde se verifica a carência de prestação de serviços não foram identificados como aglomerados subnormais, conforme os critérios estabelecidos pelo IBGE.

2 – Aglomerados Subnormais no Brasil

No país, foram identificados 6.329 aglomerados subnormais, em 323 municípios. Destes, 145 se localizam na região Sudeste, 70 na região Nordeste, 51 na região Sul, 48 na região Norte. Na região Centro-Oeste, em apenas 9 municípios foram localizados esses aglomerados. Isso pode ser visualizado no cartograma elaborado pelo IBGE (Figura 1).

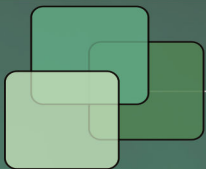


Figura 1 - Cartograma Brasil: Municípios com aglomerados subnormais identificados



Fonte: IBGE, Aglomerados Subnormais, 2011.

É fundamental destacar a diversidade, por exemplo, em termos de tamanho do aglomerado subnormal, ou seja, quantos domicílios particulares os aglomerados abarcam, e como fica o tecido urbano com essas ocupações. Têm-se, como demonstração dessa diversidade, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro que, segundo o IBGE, são as duas localidades onde ocorrem as maiores concentrações de aglomerados subnormais do país. Dessa forma, em São Paulo predominam áreas menores com menos de 1.000 domicílios (69,5%), enquanto no Rio de Janeiro predominam aglomerados com 1.000 ou mais domicílios (57,8%).

Na região Norte, a maioria dos aglomerados subnormais está concentrada no interior dos estados do Amazonas, Pará e Amapá, sendo formados em áreas ribeirinhas, sujeitas a inundações periódicas. Na região Nordeste, a sua localização está nas regiões metropolitanas. Já as

regiões Sudeste e Sul apresentam padrões semelhantes, com a maioria localizada em regiões metropolitanas. Na região Centro-Oeste, é no Distrito Federal que se encontra o maior número de aglomerados subnormais identificados nessa região (IBGE, 2011).

Verifica-se uma correlação entre as áreas metropolitanas e a concentração dos aglomerados subnormais nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Segundo o IBGE (2011), as metrópoles são polos de concentração dos aglomerados subnormais, de forma que as dinâmicas econômica, demográfica e territorial devem ser compreendidas de maneira conjunta, não devendo analisar isoladamente cada município componente da região metropolitana. Nas regiões metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes estavam localizados 88,2% dos domicílios em aglomerados subnormais, e apenas 11,8% encontravam-se em municípios isolados

ou regiões metropolitanas com menos de 1 milhão de habitantes.

Em 2010, foram identificados no país 3.224.529 domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, com uma população de 11.425.644 de habitantes. A média nacional de pessoas morando em aglomerados subnormais é de 6,01%, sendo na região Norte onde se encontra a maior porcentagem de habitantes vivendo em tais condições (11,69%), apesar de ser a segunda região com menor número de aglomerados subnormais identificados (467). A região Sudeste é a que concentra o maior número de

aglomerados subnormais (3.954), ou seja, 62,47% do total, com um quantitativo de 5.580.869 de pessoas, o que representa 48,85% da população que reside em aglomerados subnormais no país. No entanto, em termos relativos, a região Sudeste possui apenas 6,98% de sua população residindo nesses aglomerados, não distanciando muito da média nacional. Na região Centro-Oeste encontra-se a menor quantidade de aglomerados subnormais identificados no país (70), assim como o menor número de domicílios (57.286) e apenas 1,48% de sua população residindo em aglomerados subnormais, ou seja, muito abaixo da média nacional (Tabela 1).

Tabela 1 – Brasil e Grandes Regiões: aglomerados subnormais

Brasil e Grandes Regiões	Número de aglomerados subnormais	Aglomerados por região %	Domicílios particulares ⁴ ocupados		Domicílios em aglomerados subnormais %	População residente ⁵ em domicílios particulares ocupados		População da região em aglomerados subnormais %
			Total	Em aglomerados subnormais		Total	Em Aglomerados subnormais	
Brasil	6 329	100,00	57 427 999	3 224 529	5,61	190 072 903	11 425 644	6,01
Norte	467	7,38	3 988 832	463 444	11,62	15 820 347	1 849 604	11,69
Nordeste	1 349	21,31	14 957 608	926 370	6,19	52 986 438	3 198 061	6,04
Sudeste	3 954	62,47	25 227 877	1 607 375	6,37	79 990 551	5 580 869	6,98
Sul	489	7,73	8 904 120	170 054	1,91	27 274 441	590 500	2,17
C-Oeste	70	1,11	4 349 562	57 286	1,32	14 001 126	206 610	1,48

Fonte: IBGE, Aglomerados Subnormais, 2011.

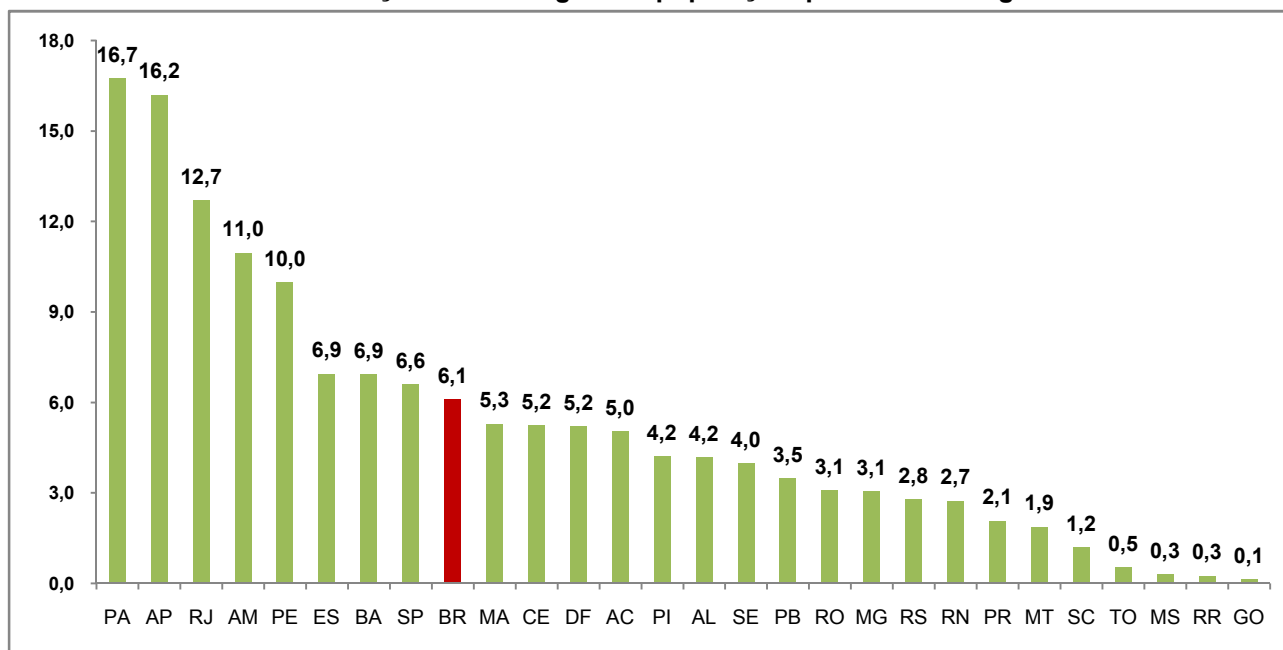
Assim, em termos relativos, é na região Norte que se observa a maior quantidade de população em aglomerados subnormais. O estado do Pará é o que possui a maior porcentagem da população residindo

nessas condições (16,7%), seguido por Amapá (16,2%). Em terceira posição está o Rio de Janeiro, na região Sudeste, com 12,7% de sua população residindo em aglomerados subnormais (Gráfico1).

⁴ Domicílio onde o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência.

⁵ A população residente é constituída pelos moradores em domicílios na data de referência.

Gráfico 1 – Estados da Federação: Porcentagem da população que reside em aglomerados subnormais



Fonte: IBGE, Aglomerados Subnormais, 2011.
Elaboração: Segplan – GO/ Sepin.

3 – Aglomerados subnormais em Goiás

De acordo com o IBGE (2010), foram identificados 70 aglomerados subnormais na região Centro-Oeste, distribuídos em apenas 9 municípios. A maior parte desses aglomerados concentra-se no Distrito Federal

(36), seguido por Mato Grosso (14), Goiás (12) e Mato Grosso do Sul (8). Assim, Goiás é o segundo estado da região a possuir o menor número de aglomerados subnormais, de domicílios particulares ocupados e população residindo nesses aglomerados (Tabela 2).

Tabela 2 – Brasil, Centro-Oeste, Estados e Municípios: aglomerados subnormais

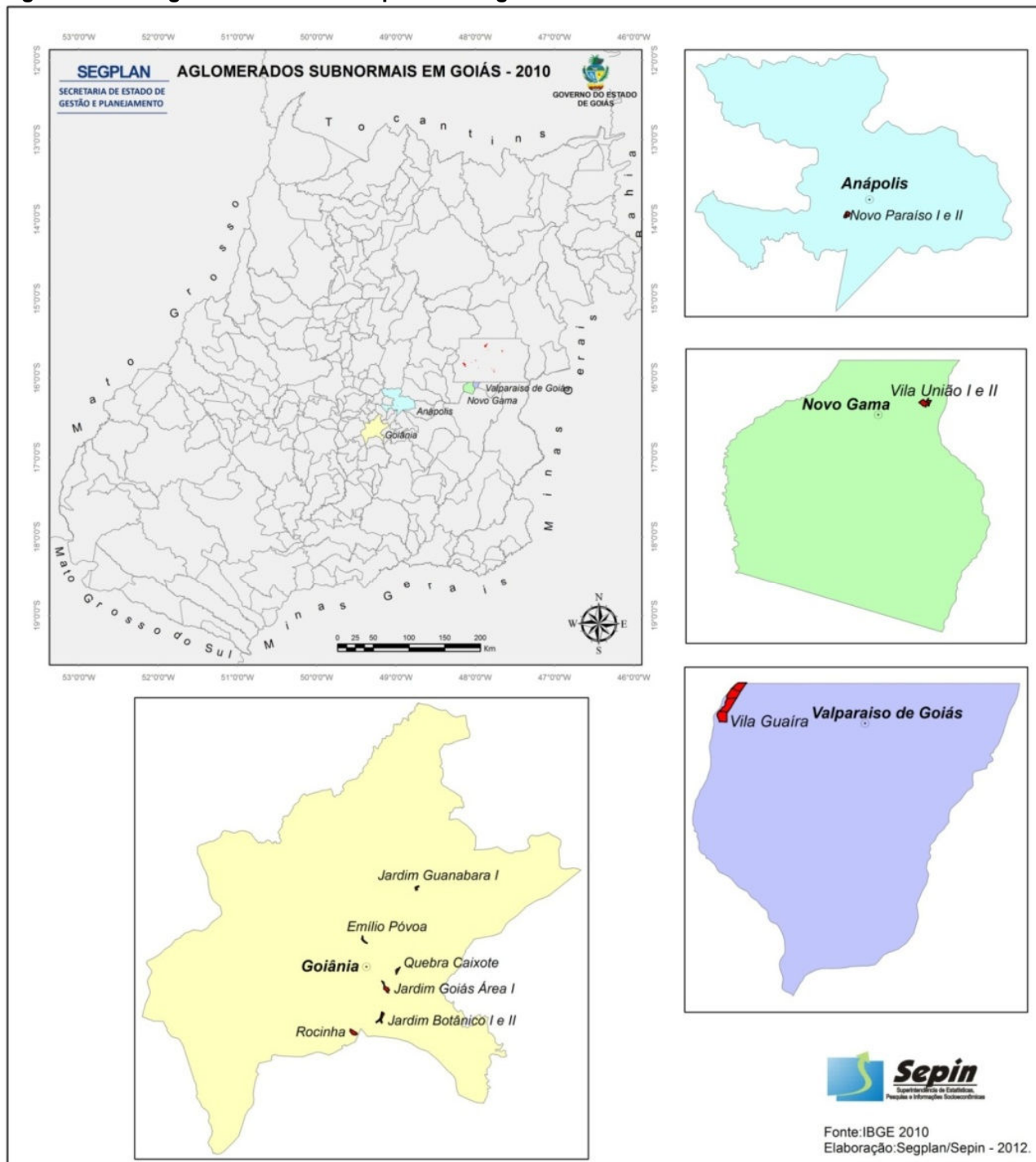
Brasil, Centro-Oeste, Estados e Municípios	Número de aglomerados subnormais	Domicílios particulares ocupados		População residente em domicílios particulares ocupados	
		Total	Em aglomerados subnormais	Total	Em aglomerados subnormais
Brasil	6 329	57 427 999	3 224 529	190 072 903	11 425 644
Centro-Oeste	70	4 349 562	57 286	14 001 126	206 610
Distrito Federal	36	774 922	36 504	2 558 865	133 556
Brasília	36	774 922	36 504	2 558 865	133 556
Mato Grosso	14	918 559	16 472	3 020 113	56 982
Cuiabá	10	165 888	14 789	548 042	51 057
Várzea Grande	4	74 752	1 683	252 332	5 925
Goiás	12	1 892 385	2 431	5 985 111	8 823
Anápolis	2	104 419	513	333 645	1 812
Goiânia	7	423 297	1 066	1 300 383	3 495
Novo Gama	2	26 541	425	95 005	1 607
Valparaíso de Goiás	1	39 439	427	132 808	1 909
Mato Grosso do Sul	8	763 696	1 879	2 437 037	7 249
Campo Grande	3	250 621	463	782 100	1 482
Corumbá	5	27 777	1 416	102 973	5 767

Fonte: IBGE, Aglomerados Subnormais, 2011.

Em Goiás, dos 12 aglomerados subnormais identificados, 7 estão localizados na capital, Goiânia; seguida por Anápolis, com 2; e pelos municípios do Entorno de

Brasília, Novo Gama (2) e Valparaíso de Goiás (1), conforme pode ser visualizado na figura 2.

Figura 2 – Cartograma Goiás: Municípios com aglomerados subnormais identificados



Fonte: IBGE 2010.
Elaboração: Segplan – GO / Sepin

Nos 2.431 domicílios ocupados em aglomerados subnormais em Goiás vivem 8.823 pessoas, sendo 4.339 homens e 4.484 mulheres, observando-se, assim, uma paridade. No aglomerado Vila Guaíra, em Valparaíso de Goiás, encontra-se o maior número de pessoas residindo

em tais aglomerados (1.909), seguido pelo aglomerado Novo Paraíso II (1.219), em Anápolis. Já em Goiânia os aglomerados são menores, sendo Quebra-Caixote o maior deles, com 851 pessoas (Tabela 3).

Tabela 3 – Brasil, Goiás, Municípios e Aglomerados: população residente em domicílios particulares em aglomerados subnormais

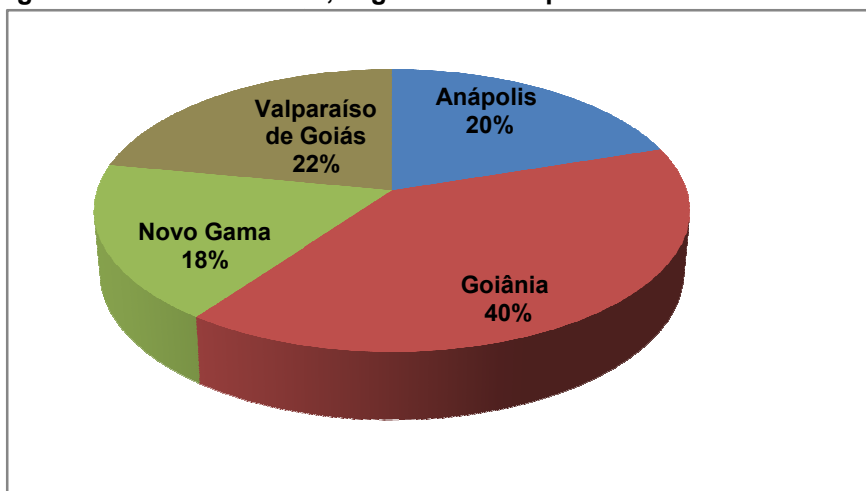
Brasil, Goiás, Municípios e Setores	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil	11 425 644	5 572 240	5 853 404
Goiás	8 823	4 339	4 484
Anápolis	1 812	929	883
Novo Paraíso I	593	300	293
Novo Paraíso II	1 219	629	590
Goiânia	3 495	1 693	1 802
Emílio Póvoa	341	161	180
Jardim Botânico I	249	119	130
Jardim Botânico II	515	263	252
Jardim Goiás Área I	508	243	265
Jardim Guanabara I	733	344	389
Quebra Caixote	851	409	442
Rocinha	298	154	144
Novo Gama	1 607	778	829
Vila União	504	257	247
Vila União II	1 103	521	582
Valparaíso de Goiás	1 909	939	970
Vila Guaíra	1 909	939	970

Fonte: IBGE, Aglomerados Subnormais, 2011

Do total da população residente em aglomerados subnormais (8.823), 40% está em Goiânia, 20% em Anápolis, 22% em Valparaíso de Goiás e 18% em Novo Gama. Dessa forma, é na capital do estado que se

encontra a maior quantidade de pessoas residindo nesses aglomerados, o que pode ocasionar a formação de espaços periféricos decorrentes de um crescimento não planejado.

Gráfico2 – Distribuição percentual da população residente em aglomerados subnormais, segundo municípios

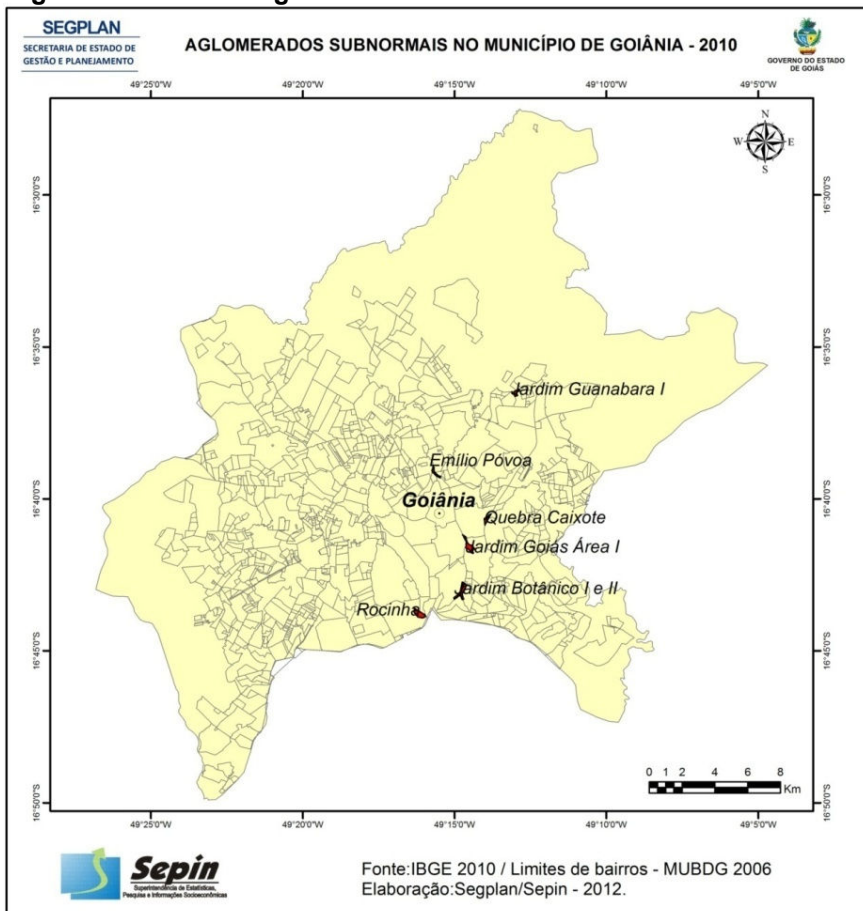


Fonte: IBGE, Aglomerados Subnormais, 2011.
Elaboração: Segplan-GO/Sepin.

Na figura 3 são identificados os aglomerados subnormais em Goiânia: Quebra Caixote (Leste Universitário), Jardim Goiás Área I (Jardim Goiás), Jardim Botânico I e Jardim

Botânico II (Santo Antônio), Rocinha (Parque Amazônia), Emilio Póvoa (Criméia Leste), Jardim Guanabara I (Jardim Guanabara).

Figura 3 – Goiânia: Aglomerados Subnormais



Fonte: IBGE 2010 / Elaboração: Segplan- GO/Sepin.

No estado de Goiás, embora não tenha sido identificado um número expressivo de aglomerados subnormais, não significa que a pobreza seja inexpressiva, pois especialmente as características não estão visualizadas de forma acentuada. Goiânia, por exemplo, não possui relevo acentuado (morros), nem encostas íngremes, fatores que fazem diferença na organização e localização dos aglomerados no espaço da cidade.

3.1 – Caracterizações dos aglomerados subnormais em Goiás

3.1.1 – Forma de abastecimento de água

Quanto à forma de abastecimento de água, 88,93% dos domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais, em Goiás, possuem abastecimento de água adequado por rede geral de distribuição (Gráfico 3). Nos aglomerados Jardim Goiás Área I e Emílio Póvoa, 100% de seus domicílios possuem forma de abastecimento de água adequada por rede geral de distribuição. Já na Rocinha, essa porcentagem é de apenas 42,86%, sendo comum nesse aglomerado, como forma de abastecimento de água, a utilização de poço ou nascente na propriedade (57,14%) (Tabela 4).

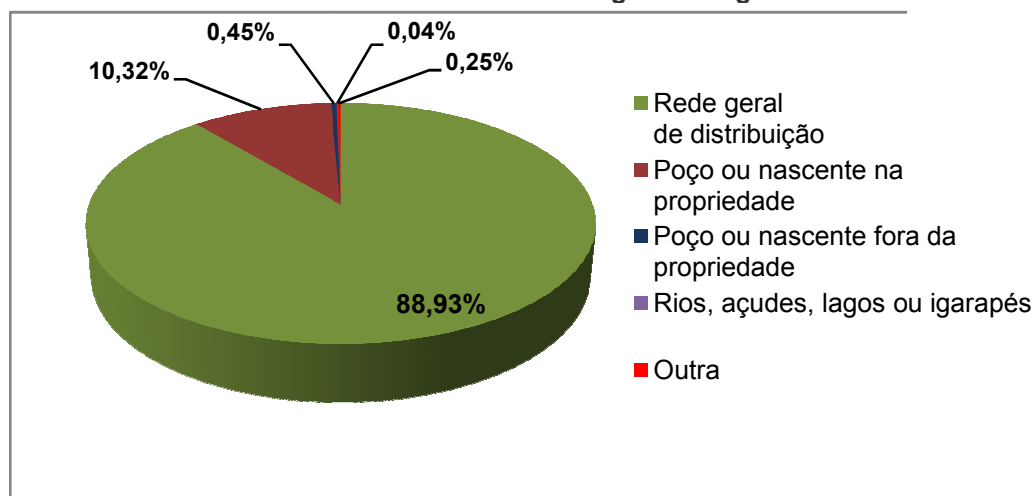
Tabela 4 – Brasil, Goiás, Municípios: forma de abastecimento de água nos aglomerados subnormais

Brasil, Goiás, Municípios e Aglomerados Subnormais	Domicílios particulares permanentes ⁶ em aglomerados subnormais								
	Total	Forma de abastecimento de água							
		Rede geral de distribuição	Poço ou nascente na propriedade	Poço ou nascente fora da propriedade	Carro-pipa	Água da chuva armazenada em cisterna	Água da chuva armazenada de outra forma	Rios, açudes, lagos ou igarapés	Outra
Brasil	3 220 713	2 845 157	189 961	117 782	7 501	862	1 123	3 835	54 492
Goiás	2 431	2 162	251	11	-	-	-	1	6
Anápolis	513	461	46	-	-	-	-	-	6
Novo Paraíso I	161	132	24	-	-	-	-	-	5
Novo Paraíso II	352	329	22	-	-	-	-	-	1
Goiânia	1 066	875	181	10	-	-	-	-	-
Emílio Póvoa	109	109	-	-	-	-	-	-	-
Jardim Botânico I	67	60	5	2	-	-	-	-	-
Jardim Botânico II	170	110	53	7	-	-	-	-	-
Jardim Goiás Área I	160	160	-	-	-	-	-	-	-
Jardim Guanabara I	224	164	60	-	-	-	-	-	-
Quebra Caixote	252	236	15	1	-	-	-	-	-
Rocinha	84	36	48	-	-	-	-	-	-
Novo Gama	425	403	20	1	-	-	-	1	-
Vila União	133	112	20	1	-	-	-	-	-
Vila União II	292	291	-	-	-	-	-	1	-
Valparaíso de Goiás	427	423	4	-	-	-	-	-	-
Vila Guaira	427	423	4	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Aglomerados Subnormais, 2011

⁶Construído para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.

Gráfico3 – Goiás: forma de abastecimento de água nos aglomerados subnormais



Fonte: IBGE, Aglomerados Subnormais, 2011.
Elaboração: Segplan-GO/Sepin.

3.1.2 – Tipos de esgoto sanitário

Em Goiás, 53,48% dos domicílios permanentes em aglomerados subnormais possuem tipo adequado de esgotamento sanitário, sendo 31,10% por rede geral de esgoto ou pluvial, e 22,38% por fossa séptica (Gráfico 4).

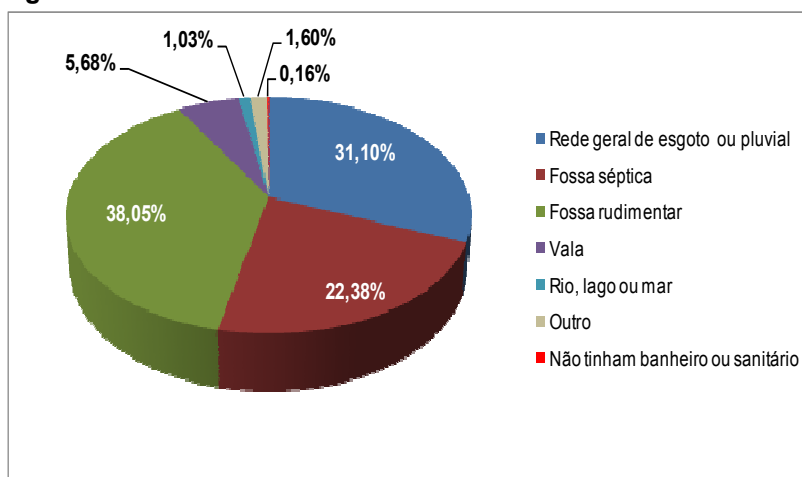
Nos aglomerados Jardim Goiás Área I e Vila União II, em 100% dos domicílios foram verificados tipo de esgoto adequado, enquanto no aglomerado Novo Paraíso II, apenas 1,42% possuem tipo de esgoto adequado, sendo comum o uso de fossa rudimentar (98,58%).

Tabela 5 – Brasil, Goiás, Municípios: forma de abastecimento de água em aglomerados subnormais

Brasil, Goiás, Municípios e Aglomerados Subnormais	Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais							
	Total	Tipo de esgotamento sanitário						Não tinham banheiro ou sanitário
		Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro	
Brasil	3 220 713	1 814 323	352 351	512 580	199 016	255 925	53 772	32 746
Goiás	2 431	756	544	925	138	25	39	4
Anápolis	513	14	2	495	-	1	-	1
Novo Paraíso I	161	9	2	148	-	1	-	1
Novo Paraíso II	352	5	-	347	-	-	-	-
Goiânia	1 066	734	33	96	138	24	39	2
Emílio Póvoa	109	71	3	-	-	-	35	-
Jardim Botânico I	67	15	-	31	-	20	-	1
Jardim Botânico II	170	4	26	1	138	1	-	-
Jardim Goiás Área I	160	158	2	-	-	-	-	-
Jardim Guanabara I	224	214	2	1	-	3	4	-
Quebra Caixote	252	236	-	15	-	-	-	1
Rocinha	84	36	-	48	-	-	-	-
Novo Gama	425	-	415	10	-	-	-	-
Vila União	133	-	123	10	-	-	-	-
Vila União II	292	-	292	-	-	-	-	-
Valparaíso de Goiás	427	8	94	324	-	-	-	1
Vila Guaíra	427	8	94	324	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Aglomerados Subnormais, 2011

Gráfico 4 – Goiás: Tipos de esgotamento sanitário em aglomerados subnormais



Fonte: IBGE, Aglomerados Subnormais, 2011.
Elaboração: Seqplan-Go/Sepin.

3.1.3 – Destino do lixo

Dos domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais em Goiás, 93,67% possuem destinação do lixo adequada (Gráfico 5). Em vários aglomerados, 100%

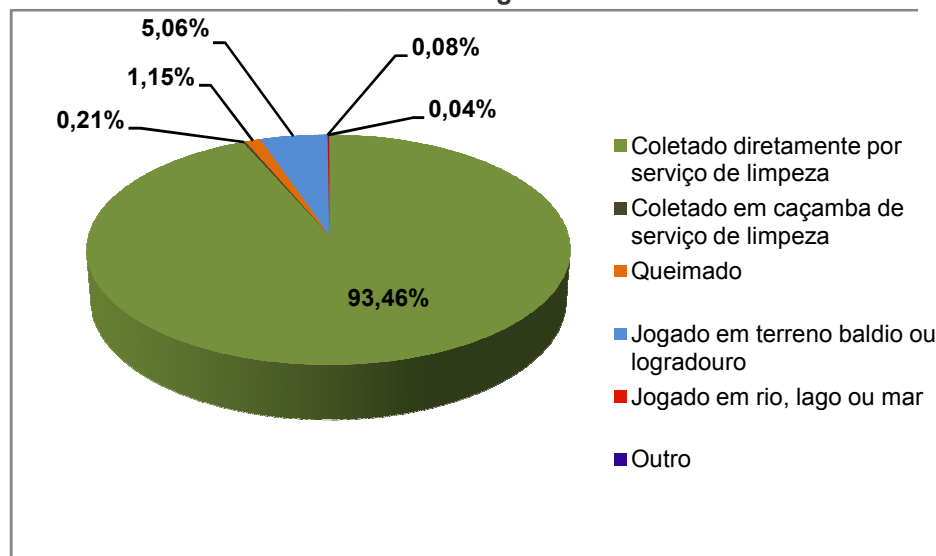
de seus domicílios possuem esse serviço de forma adequada. No entanto, verificou-se, no aglomerado Novo Paraíso II, a adequação desse serviço em apenas 65,63% dos domicílios (Tabela 6).

Tabela 6 – Brasil, Goiás, Municípios: destino do lixo em aglomerados subnormais

Brasil, Goiás, Municípios e Aglomerados Subnormais	Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais									
	Total	Destino do lixo							Jogado em rio, lago ou mar	Outro
		Coletado			Queimado	Enterrado	Jogado em terreno baldio ou logradouro			
		Total	Diretamente por serviço de limpeza	Em caçamba de serviço de limpeza						
Brasil	3 220 713	3 072 121	2 452 147	619 974	44 143	1 834	83 452	10 511	8 652	
Goiás	2 431	2 277	2 272	5	28	-	123	2	1	
Anápolis	513	381	381	-	26	-	103	2	1	
Novo Paraíso I	161	150	150	-	11	-	-	-	-	
Novo Paraíso II	352	231	231	-	15	-	103	2	1	
Goiânia	1 066	1 066	1 061	5	-	-	-	-	-	
Emílio Póvoa	109	109	109	-	-	-	-	-	-	
Jardim Botânico I	67	67	67	-	-	-	-	-	-	
Jardim Botânico II	170	170	169	1	-	-	-	-	-	
Jardim Goiás Área I	160	160	160	-	-	-	-	-	-	
Jardim Guanabara I	224	224	221	3	-	-	-	-	-	
Quebra Caixote	252	252	251	1	-	-	-	-	-	
Rocinha	84	84	84	-	-	-	-	-	-	
Novo Gama	425	403	403	-	2	-	20	-	-	
Vila União	133	112	112	-	1	-	20	-	-	
Vila União II	292	291	291	-	1	-	-	-	-	
Valparaíso de Goiás	427	427	427	-	-	-	-	-	-	
Vila Guaíra	427	427	427	-	-	-	-	-	-	

Fonte: IBGE, Aglomerados Subnormais, 2011

Gráfico 5 – Goiás: destino do lixo em aglomerados subnormais



Fonte: IBGE, Aglomerados Subnormais, 2011.
Elaboração: Segplan-Go/Sepin.

3.1.4 – Existência de energia elétrica

Em relação ao serviço de energia elétrica, em Goiás, 82,81% dos domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais possuem o fornecimento de

forma adequada (Gráfico 6). Nos aglomerados Novo Paraíso I e Novo Paraíso II, esse serviço atinge 95,03% e 95,45% de seus domicílios, respectivamente. Já no aglomerado Emílio Póvoa, apenas 55,96% dos domicílios possuem esse serviço de forma adequada.

Tabela 7– Brasil, Goiás, Municípios e Aglomerados Subnormais: energia elétrica

Brasil, Goiás, Municípios e Aglomerados Subnormais	Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais							Não tinham
	Total	Existência de energia elétrica						
		Tinham						
		Total	De companhia distribuidora			Sem medidor	De outra fonte	
Total	C/ medidor de uso exclusivo do domicílio		C/ medidor comum a mais de um domicílio					
Brasil	3 220 713	3 211 170	3 097 104	2 335 201	285 318	476 585	114 066	9 543
Goiás	2 431	2 427	2 427	2 013	353	61	-	4
Anápolis	513	510	510	489	17	4	-	3
Novo Paraíso I	161	159	159	153	3	3	-	2
Novo Paraíso II	352	351	351	336	14	1	-	1
Goiânia	1 066	1 065	1 065	757	255	53	-	1
Emílio Póvoa	109	109	109	61	19	29	-	-
Jardim Botânico I	67	67	67	52	15	-	-	-
Jardim Botânico II	170	170	170	114	56	-	-	-
Jardim Goiás Área I	160	160	160	133	27	-	-	-
Jardim Guanabara I	224	224	224	143	81	-	-	-
Quebra Caixote	252	251	251	199	28	24	-	1
Rocinha	84	84	84	55	29	-	-	-
Novo Gama	425	425	425	365	60	-	-	-
Vila União	133	133	133	120	13	-	-	-
Vila União II	292	292	292	245	47	-	-	-
Valparaíso de Go.	427	427	427	402	21	4	-	-
Vila Guaira	427	427	427	402	21	4	-	-

Fonte: IBGE, Aglomerados Subnormais, 2011

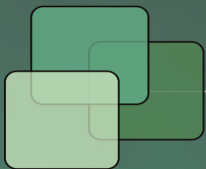
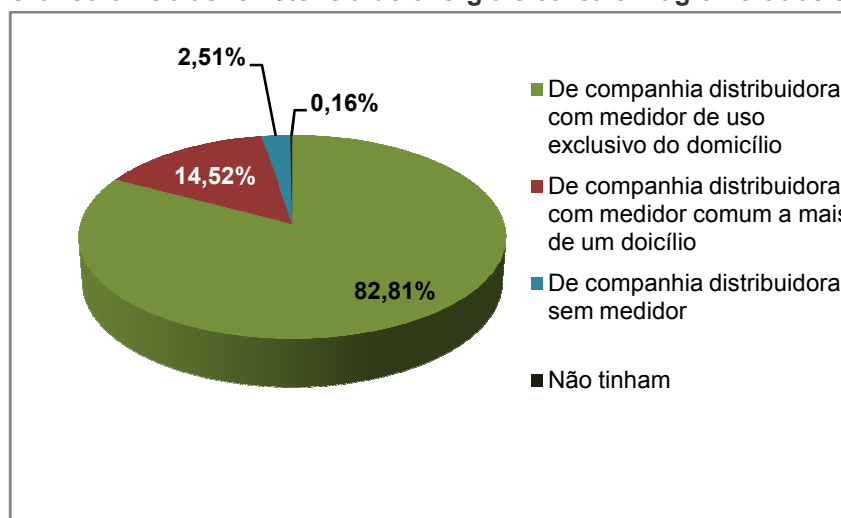


Gráfico 6– Goiás: existência de energia elétrica em aglomerados subnormais



Fonte: IBGE, Aglomerados Subnormais, 2011.
Elaboração: Segplan-GO/SePin.

Considerações Finais

O presente estudo buscou conhecer os aglomerados subnormais no Brasil, nas regiões e nas unidades federativas, assim como analisar a situação específica desses aglomerados identificados no estado de Goiás e as variáveis que caracterizam a prestação de serviços públicos nesses locais.

No país, foram identificados 6.329 aglomerados subnormais, distribuídos em 323 municípios. Segundo os critérios definidos pelo IBGE (2011), para ser considerado aglomerado subnormal é necessário no mínimo 51 unidades habitacionais, em sua maioria carente de serviços públicos essenciais, além da disposição de forma desordenada e densa, com urbanização fora dos padrões vigentes e tendo a ocupação ilegal da terra com construções em propriedades alheias (no momento atual ou tendo a obtenção do título há 10 anos ou menos).

Constatou-se que a região Centro-Oeste se encontra em uma posição privilegiada frente às outras regiões geográficas brasileiras, sendo Goiás o Estado que possui

o menor número, em termos relativos, de sua população residindo em aglomerados subnormais. No entanto, é preciso analisar essa informação com ressalvas, pois o conceito estabelece critérios de identificação dos aglomerados subnormais, de forma que o não enquadramento de determinados locais não significa a ausência da situação de pobreza no estado.

No que se refere aos serviços essenciais, em Goiás verifica-se que o esgoto sanitário é o serviço que possui a menor porcentagem de domicílios atendidos de forma adequada (53,48%). Quanto ao abastecimento de água, distribuição de energia e coleta de lixo, 88,93%, 82,81 e 93,67% dos domicílios, respectivamente, possuem esses serviços de maneira considerada adequada.

Referencial Bibliográfico

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico: 2010 Aglomerados Subnormais Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro, 2011.

Elos da Estratégia Nacional de CT&I 2012-2015 e a Reestruturação da Universidade Estadual de Goiás (UEG)



Kedma Batista Duarte¹

Resumo: A sociedade deste início de século tem avançado na direção de uma economia onde o conhecimento é o principal fator de produção. No cenário internacional, países passaram a se preocupar com políticas públicas em CT&I e desenvolvê-las através de planos de ação. No Brasil, o Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI) apresentou o plano “Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012–2015”. O estado de Goiás, através da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sectec), tem proposto ações estratégicas neste sentido, dentre elas, o “Relatório de Reestruturação da UEG”, um estudo acerca da inserção da Universidade Estadual de Goiás no processo de desenvolvimento do Estado. Relacionar pontos de alinhamento entre os dois planos é o objetivo deste artigo.

Palavras-chave: Economia do Conhecimento, Ensino Superior, Gestão de CT&I, Universidade Pública, Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Introdução

Fenômenos econômicos e sociais impulsionados, principalmente, pelas tecnologias de informação e comunicação têm abalado a sociedade contemporânea com mudanças expressivas. No cenário observa-se a passagem de século, a ascensão dos países conhecidos como “emergentes”, a crise americana de 2008, agravada nos anos posteriores, a Europa atingida pela crise americana, a queda de governos do mundo árabe, como o Egito e Líbia, cujas manifestações tiveram a colaboração das redes sociais.

Tais movimentos levantam a discussão que alguns pensadores chegam a chamar de “crise geral da humanidade”. Mas em outro ângulo, projeta-se uma nova ordem social motivada pelo saber. Uma economia criativa, empreendedora, voltada às boas práticas de gestão, livre, sem fronteiras, estimulada pela ciência,

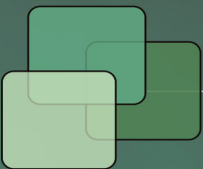
tecnologia e inovação: a Economia do Conhecimento.

No sistema econômico contemporâneo, o conhecimento é o principal fator de produção. Os produtos possuem cada vez mais inteligência incorporada e isto não está vinculado ao valor do material utilizado, ou ao trabalho e capital envolvido no processo de sua fabricação, mas ao valor do conhecimento agregado. E neste momento de mudanças ambientais, impõe-se a pergunta: como fazer para adentrar à Economia do Conhecimento? “Uma sociedade dentro deste contorno necessita de ações políticas que tenham cunho nacional, regional e local, desenvolvendo estratégias para todas as áreas” (ABDI, 2007, p.19).

A *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD) desenvolveu um indicador composto para acompanhar o Investimento em conhecimento, incluindo: investimento em P&D, investimento em educação, investimento em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Estados Unidos, Finlândia, Coreia do Sul e Japão foram identificados como países de alto investimento em conhecimento. Austrália, França e Reino Unido foram categorizados como países de médio investimento em conhecimento. E países como Espanha, Nova Zelândia e Irlanda, como baixo investimento em conhecimento (ABDI, 2007, p.23).

A partir dos anos 90, conforme ABDI (2007), governos, como os dos países citados, passaram a desenvolver políticas públicas em planos, relatórios, leis e ações efetivas, com foco no conhecimento como fator

¹ Kedma Batista Duarte é mestre em Engenharia da Computação(UFG), professora licenciada do curso de Sistemas de Informação na Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Gestora de Tecnologia da Informação no Governo do Estado de Goiás. kedmaduarte@gmail.com.



econômico. Alguns desses planos foram: *Convergencia Y Empleo - Programa Nacional de Reformas de España* (Espanha em 2005), *NIS – National Innovation Sytem* (Finlândia em 1990), *Lambert Review of Business-University Collaboration* (Reino Unido em 2003), *National Innovation Initiative* (Estados Unidos em 2004), *Knowledge Innovation Program* (China em 2001), *Science and Technology Framework Act* (Coréia do Sul em 2001), *New Economic Growth Strategy* (Japão em 2006), *The MSC Malaysia Vision: from here to 2020* (Malásia em 1996).

É interessante citar o caso da Malásia, com indicadores de P&D e número de patentes depositadas, abaixo de países como a Coréia, Alemanha e Holanda, porém, a política do governo foi muito favorável na reversão desse quadro. A criação de institutos de pesquisa, universidades e vários programas que assistem a inovação nas indústrias foram passos importantes para a construção de uma economia voltada ao conhecimento. Além disso, a Malásia tem uma força de trabalho altamente qualificada, e um bom sistema público e privado de ensino superior (EVERS, 2001, p.10).

A primeira iniciativa em política pública de C&T, no Brasil, data de 1975, quando o Governo Federal instituiu o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Seguiram-se os Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, então administrados pelo CNPq. Essa configuração institucional manteve-se até 1985 quando foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), como órgão central do sistema federal de C&T. A harmonização entre as políticas dos diversos ministérios que também atuam na área tem sido assegurada pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Em 2007 foi apresentado o plano, *Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional - Plano de Ação 2007-2010* e em 2012, o plano, *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015* (MCT, 2007, p.7).

No estado de Goiás algumas iniciativas governamentais

podem ser destacadas na construção de sua política de ciência e tecnologia: Criação da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (Sectec), em 1997; Universidade Estadual de Goiás (UEG), em 1999; Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), em 2005; Lei Goiana de Inovação Tecnológica, em 2010. Em 2011, foi proposto pela Sectec, em uma de suas ações para a educação superior, a elaboração do Relatório de Reestruturação da UEG, um estudo acerca da inserção da Universidade Estadual de Goiás no processo de desenvolvimento do Estado.

Este artigo propõe uma análise entre a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 201–2015 (ENCTI) e o Relatório de Reestruturação da UEG, relacionando pontos de alinhamento entre os dois planos. O trabalho está sistematizado na seqüência: contextualização da ENCTI, UEG e Relatório de Reestruturação da UEG; Análise dos elos de alinhamento entre os planos; e Considerações finais.

1 – A Estratégia Nacional de CT&I – 2012-2015 (ENCTI)

Segundo o Senador Aluizio Mercadante (2011), então Ministro de Ciência e Tecnologia, à época da elaboração da ENCTI, “o principal desafio que o Brasil terá de enfrentar se quiser se transformar em um país efetivamente desenvolvido, com uma economia eficiente e competitiva, é preparar-se para a Sociedade do Conhecimento” (MCTI, 2011, p.9).

O plano foi lançado pelo MCTI, em março de 2012, pelo ministro Marco Antonio Raupp, segue as diretrizes estabelecidas no Plano de Ação 2007-2010 e tem como prioridade:

[...] traduzir o desenvolvimento científico e tecnológico em progresso material e bem estar social para o conjunto da população brasileira, o que passa pela convergência de dois macro movimentos estruturais: a revolução do sistema educacional e a incorporação sistemática ao processo produtivo, em seu sentido amplo, da inovação como mecanismo de reprodução e ampliação do potencial social e econômico do País. [...] esse é o caminho para transformar a ciência, a tecnologia e a inovação em eixo estruturante do desenvolvimento brasileiro (MCTI, 2011, p.12).

A ENCTI elege programas prioritários, para impulsionar a economia brasileira, sendo eles: tecnologias da informação e comunicação, fármacos e complexo industrial da saúde, petróleo e gás, complexo industrial da defesa, aeroespacial, e áreas relacionadas com a economia verde e o desenvolvimento social. Define, ainda, estratégias de consecução, metas e estimativas de financiamento para atingimento das metas (MCTI, 2011, p.13).

Cinco desafios principais constituem a motivação para as ações a serem empreendidas:

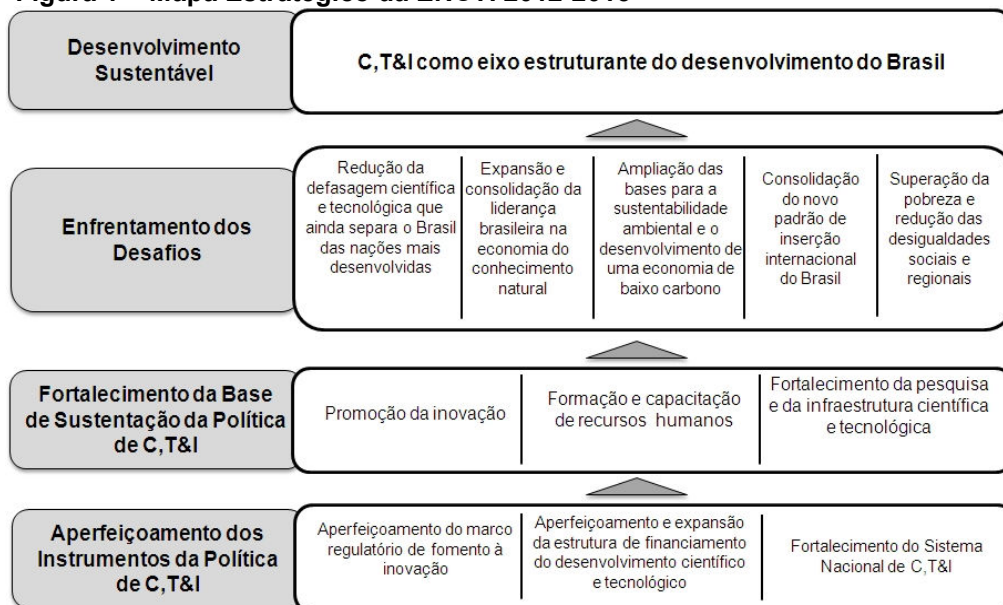
1. Redução da defasagem científica e tecnológica que ainda separa o Brasil das nações mais desenvolvidas;
2. Expansão e consolidação da liderança brasileira na economia do conhecimento da Natureza;
3. Ampliação das bases para a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono;
4. Consolidação do novo padrão de inserção internacional do Brasil;
5. Superação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais (MCTI, 2011, p.33-37).

A ENCTI também propõe o aperfeiçoamento da

Governança Pública (GP), apoiando o processo de modernização e dinamização da gestão estratégica do MCTI com instrumentos que garantam maior transparência e melhores resultados aos investimentos públicos em CT&I (MCTI, 2011, p.98).

Conforme (MCTI, 2011, p.31), o plano brasileiro, em geral, é semelhante aos planos de outros países. O fortalecimento da inovação empresarial continua a ser um objetivo comum. Nos países que já ocupam posição avançada, como nos casos da Coreia, do Japão e dos Estados Unidos, a atenção está concentrada nos investimentos em ciência básica, na pesquisa pública e na formação de recursos humanos. Nos países que precisam avançar nos esforços internos de inovação, caso do Brasil, os planos e/ou estratégias nacionais de CT&I dão especial ênfase ao desenvolvimento da capacidade institucional para dirigir ou gerenciar as políticas governamentais, para reforçar os laços entre a universidade e a indústria, e melhorar a qualidade do ensino superior e da pesquisa nacional. Particularmente, no Brasil, as tecnologias de pequena escala que contribuem para a inclusão social e a redução da pobreza assumem, também, posição de destaque. A figura a seguir apresenta o Mapa Estratégico da ENCTI 2012-2015.

Figura 1 – Mapa Estratégico da ENCTI 2012-2015



Fonte: Adaptado de (MCTI, 2011, p.40)

2 – A Universidade Estadual de Goiás (UEG)

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) foi organizada como uma universidade *multicampi*, oriunda de 28 instituições de ensino superior isoladas, das quais 13 se encontravam em pleno funcionamento, com cursos regularmente ofertados mediante processo seletivo. Estas instituições eram mantidas pelo poder público estadual, e foram incorporadas à Universidade Estadual de Anápolis (Uniana), posteriormente, a Uniana foi transformada na UEG. A expansão levou a presença da UEG a 49 municípios, considerando unidades, polos e extensões, sendo 42 unidades universitárias. A UEG atingiu seu

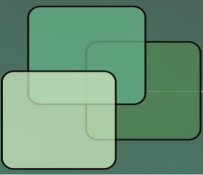
ponto máximo de matrículas em 2003, com 36.948 alunos, em virtude da criação de dois programas de graduação: O Projeto Emergencial de Licenciatura Plena Parcelada (LPP) e os Cursos Sequenciais de Formação Superior. Com a finalização desses programas, o foco passou a ser a Graduação Regular, que saltou de 8.891 alunos em 1999, para 19.304 alunos em 2010 (GOIÁS, 2011, p.75-76).

A concentração de campus avançados (unidades universitárias) da UEG, no estado de Goiás, pode ser visualizada na figura a seguir, conforme mapa da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem).

**Figura 2 – Brasil – Unidades da Federação – Abruem – 2011
Instituições Estaduais e Municipais de Ensino**



Fonte: Adaptado de (ABRUEM, 2012)



Pode-se observar na Figura 2, que o estado de Goiás é um dos estados com maior concentração de campus avançados de instituições estaduais e municipais. Este fato reflete a intenção de interiorização do ensino superior, pois segundo relato em (GOIÁS, 2011, p.77), “O desenvolvimento regional, com foco nas vocações municipais e a qualificação dos profissionais docentes de Goiás, nortearam, a princípio, a criação dos cursos de graduação e o mapeamento das unidades universitárias que integram a UEG”. Porém, a UEG tem vivenciado certo distanciamento do perfil dos cursos em relação à vocação do município e aos objetivos iniciais, sendo algumas possíveis causas observadas na análise da situação dos cursos de graduação na UEG, conforme (GOIÁS, 2011, p.73), “o aumento da procura de cursos de bacharelado em detrimento das licenciaturas, a baixa densidade populacional do município, ou mesmo, a disposição geográfica das unidades”.

Considerando o perfil da UEG voltado às vocações municipais, vale citar Lopes (2003), que em seu estudo sobre a universidade pública e desenvolvimento local, chama a atenção sobre a importância de um desenvolvimento dentro das particularidades de cada lugar:

[...] O “desenvolvimento local” procura definir com clareza o potencial de cada região, para um desenvolvimento endógeno. [...] Para que esse processo seja alcançado, é necessário criar um ambiente ótimo e sustentado, seja pela atração de novas atividades econômicas, seja pela exploração e atualização de atividades já existentes. [...] O desenvolvimento local é também condicionado por fatores exógenos, que servem de balizas para reposicionar e reestruturar as forças produtivas internas de cada região (LOPES, 2003, p.46-47).

Outra reflexão importante de Lopes (2003) é o caso da universidade pública, que possibilita o retorno de recursos através de repasses governamentais ao município. No caso da UEG, com grande representatividade nos municípios goianos, torna-se de relevante importância para a economia goiana o balizamento entre as ações do governo (fatores exógenos) e aquelas próprias da UEG em cada unidade universitária (fatores endógenos).

[...] as instituições de ensino, especialmente as universidades e escolas técnicas têm um papel fundamental a desempenhar no desenvolvimento da economia local. [...] são captadoras de recursos consideráveis, permanentemente injetados na economia do município: bolsas de estudo, custeios para pesquisa, investimentos em instalações e equipamentos. [...] A universidade pública tem uma fonte de recursos que são os repasses governamentais. [...] é, portanto, um instrumento de reconcentração de recursos, os quais poderiam não retornar a determinado município caso não existisse ali tal instituição (LOPES, 2003, p.23-29).

É importante ressaltar outro fator que influencia diretamente o contexto vivenciado pela UEG, o de ser uma universidade academicamente jovem. A institucionalização da universidade no Brasil é relativamente nova, ocorrida apenas em meados do séc. XX. A CT&I é ainda mais recente. Iniciativas em políticas públicas vieram somente no final da década de 70. Em Goiás, as primeiras universidades têm cerca de 50 anos. A UEG completou em 16 de abril de 2012, apenas 13 anos de existência.

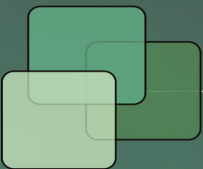
A ENCTI (2011, p.33) alerta ainda, que embora o crescimento em CT&I, observado entre 2000 e 2010, no Brasil, seja expressivo, “se a taxa de crescimento do investimento em P&D dos últimos anos, se mantiver, serão necessários cerca de 20 anos para se chegar ao patamar observado atualmente nos Países europeus”.

Neste cenário, a sociedade goiana tem presenciado através dos meios de comunicação, discussões acerca do processo de reestruturação da UEG, para que ela cumpra seu papel na promoção do desenvolvimento local e consequente inserção do estado de Goiás na Economia do Conhecimento.

3 – O Relatório de Reestruturação da UEG

O Relatório de Reestruturação da UEG foi entregue em setembro de 2011 ao Governo do Estado de Goiás, pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, que encomendou o estudo à comissão formada por representantes de cinco órgãos do governo estadual (Casa Civil, Sectec, UEG, Fapeg e Conselho Estadual de Educação).

Os estudos realizados pela comissão tomaram por base



as microrregiões econômicas do estado de Goiás, a definição dos arranjos produtivos locais, o plano do atual governo para Goiás, assim como, o desempenho dos cursos e das unidades da UEG, para apresentar a proposta de reestruturação ancorada em um único eixo - O Fortalecimento da UEG, com duas metas principais: Autonomia Universitária e Reestruturação Acadêmica.

Observa-se que a primeira meta, Autonomia Universitária, possui características das boas práticas de gestão da Governança Pública (GP). Conforme Martins (2011, p.37), “a GP busca integrar política e administração, gestão e políticas públicas. É colaborativa, requer determinadas capacidades e competências, é descrita em termos de alcance de metas, gestão para resultados e inovação institucional”.

Esta meta é composta por quatro ações que evidenciam a GP, sendo elas:

1. *Autonomia política*: enfatiza a importância de a universidade exercer seu papel político, juntamente com a adoção de critérios acadêmicos que assegurem a excelência de seus serviços, inclusive na definição da expansão de cursos e unidades, integrando, dessa forma, política e administração.
2. *Autonomia financeira*: os recursos financeiros estão previstos no cumprimento dos repasses de 2% em forma de duodécimos, fixados pelo Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, estabelecido na Constituição Estadual. Porém, a utilização do recurso, segundo a proposta, deve estar amparada na elaboração de legislação própria de responsabilidade fiscal e a criação de conselhos regulatórios e fiscalizadores.
3. *Autonomia de gestão*: estabelece a implantação dos contratos de gestão, com metas acadêmicas, política de pessoal e de investimentos definidos.
4. *Autonomia acadêmica*: busca a inovação institucional. Isto é proposto através da definição de

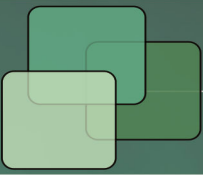
metas para uma política de qualificação do professor, buscando melhorar a qualidade do ensino, bem como, de publicações científicas nacionais e internacionais; adoção de critérios baseados em mérito acadêmico, e de políticas para fixação do docente no município; revisão da política de extensão da universidade, privilegiando sua articulação com as ações de ensino e pesquisa; fortalecimento de programas de incubadoras, escritórios modelos e empresas júnior, e a implantação de uma política de apoio estudantil.

Na segunda meta, *Reestruturação Acadêmica*, é perceptível a diretriz do plano do atual governo, que propõe fazer da UEG uma referência no ensino superior. A UEG é inserida como projeto estruturante do plano de governo para a educação em Goiás, e tem como uma de suas ações a reavaliação dos cursos e os projetos pedagógicos da UEG, adaptando-os as demandas vocacionais, regionais e municipais.

A reestruturação acadêmica propõe também em quatro ações, a criação de: Centros Universitários Regionais, Centros de Pesquisa e Inovação, Polos de Educação a Distância e ou Presencial Mediada por Tecnologia, e dos Institutos de Educação Superior Tecnológica.

A idéia da criação dos *Centros Universitários Regionais* é observada nas características do conceito de “cluster”, como forma de aglutinar recursos pedagógicos, de laboratórios, bibliotecas, equipamentos, pessoas e custos, de cursos similares oferecidos em unidades universitárias muito próximas, fortalecendo as economias locais conforme vocação socioeconômica do lugar. Nas teorias envolvendo tecnologia da informação “cluster” diz respeito a agrupamentos de objetos similares. Nas teorias econômicas, Lopes (2003) comenta sobre o conceito.

O *Cluster* é uma concentração geográfica de empresas, fornecedores, provedores de serviços, indústrias e instituições (como universidades, por exemplo), interligadas que operam em conjunto num determinado campo de negócios, que competem, mas também cooperam entre si. [...] a principal característica do “cluster” é o ganho de eficiência coletiva. [...] os *clusters* tem maior capacidade de sobreviver aos choques e à instabilidade do meio ambiente (LOPES, 2003, p.57-58).



A criação dos *Centros de Pesquisa e Inovação em Áreas Estratégicas*, segundo o Relatório, busca assegurar a presença significativa da UEG na produção científica do estado e do país, dentro das áreas estratégicas em CT&I definidas tanto pelo governo estadual quanto federal. A proposta é de fomentar o ambiente de pesquisa e inovação da UEG, com ações diretas para sediar programas de pós-graduação *stricto sensu* e pesquisa avançada, com transferência de conhecimento para o setor industrial, permitindo o avanço e o fortalecimento da universidade, necessário para sua efetivação como instituição de ensino superior com produção relevante no estado de Goiás.

Os *Polos de Educação a Distância e ou Presencial Mediada por Tecnologia* buscam adotar a educação à distância como metodologia de expansão de oferta de cursos e vagas no ensino superior, reaproveitando os espaços físicos, sem, contudo, ampliar a estrutura da universidade. Pela proposta, a educação a distância deixa de ser ação de uma única unidade e passa a ser assumida como ação de toda a universidade, seja no apoio aos cursos regulares de graduação, quando possível e necessário, ou na oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Os *Institutos de Educação Superior Tecnológica* visam à consolidação dos cursos superiores tecnológicos, bem como, a ampliação das possibilidades de ofertas de cursos tecnológicos nas diferentes áreas de desenvolvimento estratégico do estado de Goiás. Estes, de acordo com o Relatório, são cursos superiores voltados exclusivamente para a articulação da formação profissional e da inovação tecnológica com as demandas do desenvolvimento estratégico regional.

4 – Elos de Alinhamento

Para que as políticas de gestão logrem seus propósitos é, sobretudo interessante que haja alinhamento entre ações estratégicas dos planos governamentais, e que este alinhamento aponte para a geração de resultados de

desenvolvimento. Nesse contexto, pretende-se relacionar pontos de alinhamento entre a Estratégia Nacional de CT&I 2012-2015 (ENCTI) e o Relatório de Reestruturação da UEG, visando uma reflexão sobre oportunidades para a Universidade Estadual de Goiás dentro das políticas públicas nacionais de CT&I.

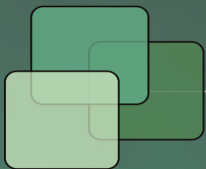
Inicialmente chama a atenção o alinhamento em relação à relevância do ensino superior e da CT&I nos planos de governo do estado de Goiás e do governo federal. A ENCTI destaca a CT&I como eixo estruturante do desenvolvimento do Brasil. O plano de governo para o estado de Goiás destaca a “UEG – Referência no Ensino Superior” como um de seus projetos estruturantes.

Considerando o papel da UEG, como instituição de ensino superior pública, no desenvolvimento da economia local, uma vez que ela é tanto captadora como fonte de recursos injetados na economia local, constata-se como um dos pontos mais fortes de ligação entre os dois planos, *o desafio de reduzir as desigualdades sociais e regionais*.

No relatório de reestruturação da UEG, este elo é proposto na segunda meta - *Reestruturação Acadêmica*, voltada inteiramente à reavaliação das unidades e cursos da UEG, adaptando-os as demandas vocacionais, regionais e municipais, através da criação dos *Centros Universitários Regionais, Centros de Pesquisa e Inovação, Polos de Educação a Distância e ou Presencial Mediada por Tecnologia e Institutos de Educação Superior Tecnológica*, como forma de equacionar a distribuição dos recursos da UEG, de pesquisa, extensão e ensino, fomentando as economias locais para um desenvolvimento endógeno.

Na Estratégia Nacional o apoio ao desenvolvimento local é evidenciado através das seguintes ações:

- Construção de agendas regionais de tecnologia e inovação alinhadas com as iniciativas federais, interiorização dos centros de pesquisa e de formação de recursos humanos e tratamento adequado das diferenças regionais na formulação e implementação de políticas nacionais.



- Reforço da pós-graduação e da infraestrutura de pesquisa nas regiões Norte, Nordeste e “Centro-Oeste”, somadas, por sua vez, às ações estaduais e articulações em estratégias regionais de CT&I, permitindo otimizar recursos financeiros e humanos a favor da superação das assimetrias regionais.
 - Fomento ao desenvolvimento tecnológico, à educação e à aceleração do Plano Nacional de Banda Larga, visando à regionalização e interiorização da infraestrutura de comunicação e colaboração em rede de alto desempenho para campi universitários e institutos de pesquisa em todo o Brasil.
 - Inclusão social através da promoção de atividades de extensão tecnológica, dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), unidades voltadas para a difusão de atividades de extensão tecnológica, com ênfase na implantação de laboratórios orientados para o apoio e desenvolvimento das vocações econômicas locais.
- A ENCTI propõe como fortalecimento da base de sustentação da política de CT&I, a promoção da inovação, a formação e capacitação de recursos humanos, e, o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica. O Relatório de Reestruturação da UEG se alinha à ENCTI, com as seguintes ações específicas:

- *Promoção da inovação*: observa-se o incentivo às parcerias com o Setor Produtivo, em inovações tecnológicas, através dos Centros de Pesquisa e Inovação; o fortalecimento de programas de incubadoras, escritórios modelos e criação de empresas juniores, dentro dos Centros Universitários Regionais e Institutos de Educação Superior Tecnológica.
- *Formação e capacitação de recursos humanos*: a proposta prevê a definição de metas para a qualificação do professor, melhoraria da qualidade do ensino, bem como, de publicações científicas nacionais e internacionais; adoção de critérios

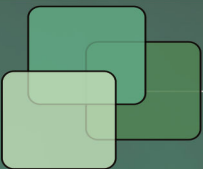
baseados em mérito acadêmico, e de políticas para fixação do docente; implantação de política de concursos públicos, com objetivo de atingir, até 2014, 70% de professores e servidores técnico-administrativos, efetivos, distribuídos equitativamente entre as unidades.

- *Fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica*: esta ação é proposta através da criação dos centros de pesquisa e inovação nas áreas estratégicas e dos centros universitários regionais, que devem contar com a implantação de bibliotecas e laboratórios compatíveis com os cursos e pesquisas.

A ENCTI também propõe o aperfeiçoamento da Governança Pública como apoio ao processo de modernização e dinamização da gestão estratégica do MCTI, com instrumentos que garantam maior transparência e melhores resultados aos investimentos públicos em CT&I. O Relatório de Reestruturação da UEG se alinha à GP através da meta “*Autonomia Universitária*”, que busca integrar política e administração, gestão e políticas públicas, através da autonomia política, financeira, de gestão e acadêmica. Estas ações são descritas em termos de alcance de metas, gestão para resultados e inovação institucional.

Considerações Finais

A reflexão sobre o alinhamento entre os planos: Estratégia Nacional de CT&I 2012-2015 e o Relatório de Reestruturação da UEG parte do princípio que a educação e a CT&I são questões de economia, de valores intangíveis (conhecimento) transformados em valores tangíveis (valores financeiros), de uma “*Economia do Conhecimento*”. Dentro dessa reflexão foi citada a experiência de países que nas últimas décadas vem elaborando planos voltados à educação, ciência e tecnologia, e, como o planejamento e investimento em CT&I tem sido significativos para a melhoria socioeconômica desses países.



O estudo procurou demonstrar que os dois planos, objetos da análise, relacionam-se em pelo menos três elos principais. O primeiro elo é o desenvolvimento regional e local. O segundo elo reúne elementos para o fortalecimento da base de sustentação da política de CT&I: a promoção da inovação, a formação e capacitação de recursos humanos, e o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica. O terceiro elo diz respeito à aplicação de boas práticas de políticas de gestão, defendidas pela Governança Pública.

O estudo contribui no sentido de explorar o planejamento estratégico aplicado na gestão de CT&I. Demonstra oportunidades para a Universidade Estadual de Goiás dentro das políticas públicas nacionais de ciência, tecnologia e inovação, em seu processo de reestruturação. E pode também, auxiliar em estudos prospectivos sobre políticas públicas voltadas à economia goiana na sociedade do conhecimento.

Referências Bibliográficas

ABDI, Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial. **Políticas mundiais para o desenvolvimento econômico baseadas em conhecimento e inovação**. Brasília: ABDI - ANPROTEC. 2007. 249 p.
http://www.egc.ufsc.br/observatorio/pdfs/Políticas_Mundiais_de_Development_Baseadas_em_Conhecimento_e_Inovacao_V_01.pdf. Acesso em: 15 março 2012.

ABRUEM, Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais. **O Papel Estratégico das Universidades Estaduais e Municipais dentro do Sistema de Ensino Superior**. Fórum Nacional - Consecti/Confap. Curitiba / março 2012. Acesso em: 10 março 2012.

EVERS, H.-D. **Towards a Malaysian Knowledge Society**. Third International Malaysian Studies Conference (MSC3), Bangi, 2001. 23 p.

<http://www.uni-bonn.de/~hevers/papers/Malaysian-Knowledge-Society.pdf>. Acesso em: 16 março 2012.

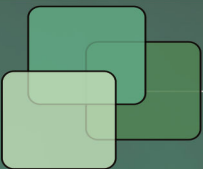
MCT, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional I- Plano de Ação 2007-2010**. Brasília, 2007. 73 p.
<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/66226.html>. Acesso em: 17 março 2012.

MCTI, Ministério da Ciência e Tecnologia. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015**. Brasília, 2012. 212 p.
http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218981.pdf. Acesso em: 02 março 2012.

GOIÁS, Governo do Estado de Goiás. **Relatório da Comissão de Estudos sobre a Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Diagnóstico e Proposta de Reestruturação**, vol I, Goiânia, 2011. 127 p.
<http://www.cdn.ueg.br/arquivos/legislacao/conteudoN/553/VOLI01.pdf>. Acesso em: 21 março 2012.

LOPES, R.P.M. **Universidade Pública e Desenvolvimento Local: uma abordagem dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**, Edições UESB, BA, 2003. 217 p.

MARTINS, H.F. **Um Composto de Governança Pública**, Revista Governança Social – IGS, Ano 4, Edição 10, Mai-Jul 2011.



O Turismo Goiano: uma análise da renda e do emprego no setor hoteleiro

Paula Andréa Marques do Valle¹
Ana Claudia Marques do Valle²
Fernando Rodrigues de Oliveira³
Miguel Fernandes Santos Barbosa⁴

Resumo: O turismo tem se apresentado como um importante elemento dinamizador da economia, não só do Brasil, mas também de muitos outros países que apresentam atrativos, sejam eles naturais ou artificiais. Com o objetivo de analisar o impacto na geração de renda do turismo no estado de Goiás - especialmente nas cidades de Caldas Novas, Rio Quente e Goiânia -, a discussão do presente artigo perpassará pela configuração apresentada pela atividade turística, assim como pelo apontamento da geração de renda e dos fatores que a explicam ou determinam. O presente trabalho aponta ainda a necessidade de vários outros estudos que venham a complementar a presente análise, inclusive estudos econométricos que permitam melhor avaliação dos fatores que explicam a renda.

Palavras-chave: Turismo, Goiás, Geração de renda.

Introdução

O Turismo possui várias definições e elas partem de diferentes enfoques, porém, a primeira definição advém de um economista austríaco, Hermman Von Schullern (1911 apud BARRETTO, 2008, p.9), em que “turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”.

Segundo o Ministério do Turismo, o segmento pode ser classificado em uma infinidade de tipos, entre estes, salientamos alguns:

- 1) Turismo de Aventura: envolve adrenalina.
- 2) Turismo Ecológico: também chamado de ecoturismo, está associado à apreciação da natureza.
- 3) Turismo Científico: que visa expandir horizontes, ocorrendo troca de experiências culturais e educativas.
- 4) Turismo de Consumo: onde o objetivo são as compras e, o foco, os produtos com apelo regional.
- 5) Turismo Cultural: associado ao patrimônio histórico das regiões.
- 6) Turismo Desportivo: a este se dedicam atletas e torcedores das mais variadas modalidades esportivas.

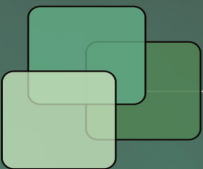
O turismo tem se apresentado como um importante elemento dinamizador da economia, não só do Brasil, mas também de muitos outros países que apresentam atrativos, sejam eles naturais ou artificiais. Seu potencial dinamizador decorre do fato de o arranjo produtivo turístico englobar diversas atividades características, como serviços de alojamento, de alimentação, de transporte e de lazer e o comércio em mercados conexos. Juntas, essas atividades respondem por expressivo impacto na geração de emprego e renda nas regiões

¹ Prof^a. de Economia da Universidade Federal de Goiás – UFG, doutoranda em Economia, pela UFU.

² Prof^a. Dra. da EEEC da Universidade Federal de Goiás - UFG.

³ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Goiás – UFG.

⁴ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Goiás – UFG.



abrangidas pelo arranjo, sendo responsáveis por um efeito multiplicador que se traduz em: aumento da urbanização; incremento das indústrias associadas à atividade; incremento da demanda de mão de obra para serviços; incremento da indústria de construção; aumento da demanda dos produtos locais, desde hortifrutigranjeiros até artesanato.

Além disso, ele gera divisas e arrecadação – de impostos diretos das empresas privadas e de taxas cobradas dos turistas – para o governo. São, portanto, inúmeros os benefícios de natureza econômica e social propagados pela atividade turística. Contudo, para que esta se desenvolva, não basta a existência de atrativos, sendo imprescindível a disponibilidade de uma gama de serviços de acesso e de infraestrutura.

Com o objetivo de analisar o impacto na geração de renda do turismo no estado de Goiás - especialmente nas cidades de Caldas Novas, Rio Quente e Goiânia -, a discussão do presente artigo perpassará pela configuração apresentada pela atividade turística, assim como pelo apontamento da geração de renda e dos fatores que a explicam ou determinam.

1– Turismo em Goiás

Goiás é um estado de dimensões amplas, onde se situam municípios guarnecidos de diferentes atrativos, que motivam diferentes modalidades de turismo. Sejam naturais e/ou artificiais, tais atrativos potencializam a existência de um dinâmico mercado turístico, apto a satisfazer as necessidades de diferentes perfis de clientes em busca de lazer, aventura, contato com a natureza ou com patrimônios históricos, ou ainda encontros de interesse profissional - afinal, o estado é um pólo agropecuário - institucional, de caráter técnico, científico ou social.

De um modo geral, os atrativos do estado estão ordenados em quatro destinos turísticos: Caminho do Sol (Aruanã, Aragarças e Luís Alves); Caminho das Águas (Caldas Novas e Rio Quente); Caminho do Ouro (Cidade

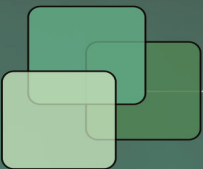
de Goiás, Corumbá e Pirenópolis) e Caminho da Biosfera (Alto Paraíso, Cavalcante e Formosa).

Outros municípios, por sua vez, apresentam grandes possibilidades ao desenvolvimento de modalidades de turismo ligadas à natureza, tais como o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo rural, que também permitem estimular a produção material e imaterial das comunidades locais e o fomento da diversificação da economia.

Tais atividades requerem equipamentos, logística, transportes específicos e guias especializados, tornando-as interessantes pontos de propagação de renda. Cidades como Pirenópolis (um dos campos rupestres com maior diversidade de flora do Brasil), São Domingos, Alto Paraíso, Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional das Emas e Serranópolis (esta apresenta o segundo maior sítio arqueológico do Brasil) são alguns dos principais pontos de atratividade das modalidades ligadas à natureza.

Teoricamente, como colocado por Carvalho (2007), o ecoturismo deveria utilizar, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando a sua conservação. No contexto goiano, seria então o ecoturismo um empreendimento engajado na preservação do Cerrado. Entretanto, os fatos, tão veiculados pelos meios de comunicação, demonstram que esse bioma está sob risco de desaparecimento.

Um fator preponderante apontado por Oliveira (2010) seria o isolamento de parques e reservas do espaço público, inclusive para populações locais, motivando a desvalorização de tais patrimônios pelo corte de vínculos com o lugar, "E o que não é valorizado dificilmente é preservado"(Oliveira, 2010, p.55). No tocante ao aspecto econômico e social, a prática do ecoturismo tende a perpetuar desigualdades sociais, pois diferentes interesses separam as elites que estão habilitadas a promovê-lo dos trabalhadores rurais e populações tradicionais que se relacionam com as áreas onde é praticado.



Na verdade, em muitas situações o turismo pode promover o agravamento social das comunidades locais, mediante consequências negativas, tais como as destacadas por Silva, Ramiro e Teixeira (2009): desestruturação da cultural local, vazamentos de renda, descaracterização dos ambientes naturais, especulação imobiliária e exclusão territorial de residentes.

Coriolano (2003) enfatiza que o desenvolvimento por meio do turismo só acontece quando todas as pessoas são beneficiadas e a atividade pode ser vinculada ao desenvolvimento social. Em outras palavras, não existe desenvolvimento turístico sem a participação das populações locais no usufruto dos benefícios gerados pelo processo.

Segundo Silva, Ramiro e Teixeira (2009), o fomento ao turismo de base comunitária seria uma forma eficaz de corrigir ou evitar a concentração desordenada do capital produtivo e social, de modo a promover o acesso a bens e serviços públicos, bem como a integração com outros setores. Este tipo de organização se baseia na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor.

Segundo Nogueira (2008, p.3):

“O que torna um lugar turístico cada dia mais apreciado pelo turista é sua singularidade. Não há como perceber singularidade em shopping centers, se são todos iguais em qualquer cidade, ao contrário de outros lugares, como igrejas, parques, cuja imagem fica guardada na memória, pela sua história, pela sua beleza arquitetônica, que, vez por outra, se materializa em desejos e em sensações rememoradas”. (NOGUEIRA, 2008)⁵.

Aliado a esta idéia, existe o turismo cultural, que também tem espaço em alguns municípios do estado. A Cidade de Goiás, por exemplo, atrai visitantes com seus sobrados coloniais e igrejas de arquitetura barroca, assim como Pirenópolis, onde é realizada uma das tradições culturais mais importantes do estado, as Cavalhadas – uma encenação das lutas entre cristãos e mouros.

No auge da estiagem, de junho a setembro, a queda do nível das águas do rio Araguaia faz emergir várias praias, atraindo milhares de visitantes a vários pontos da região Centro-Oeste, mais concentrados no estado de Goiás. Um aspecto ligado a este fato é que o período de estiagem compreende as férias, responsáveis pelo pico sazonal de receptividade turística.

A presumível importância representada pela atividade turística no estado torna-se mais certa quando se visualizam dados obtidos a partir da RAIS⁶, que contempla as seguintes categorias da atividade: hotel, pousada, serviço social de alojamento, serviço social sem alojamento, serviço de alimentação, serviço de bebida, restaurante e agência de viagem.

Essas estatísticas, concernentes ao estado como um todo, representam a participação do turismo na geração de empregos formais, no período de 1999 a 2008. Em nove anos, o turismo dobrou sua participação no total de empregos formais em Goiás, como ilustra o gráfico 1.

O crescimento médio anual no número de empregos formais no estado - em sua totalidade - durante o período considerado, foi de 7,2%, enquanto no setor turismo foi de 16,8%. Ou seja, a média anual de crescimento do setor turístico foi mais de duas vezes acima da média do estado como um todo, o que explica o incremento da participação do turismo.

⁵ NOGUEIRA M.F.M. Turismo e Cultura em Goiás *Comunicação&Informação*, Goiânia, Vol.11 nº 1, 2008.

⁶ RAIS – Relação Anual de Informações Sociais-, do Ministério de Trabalho.

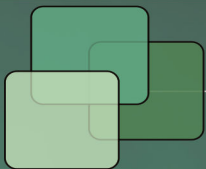
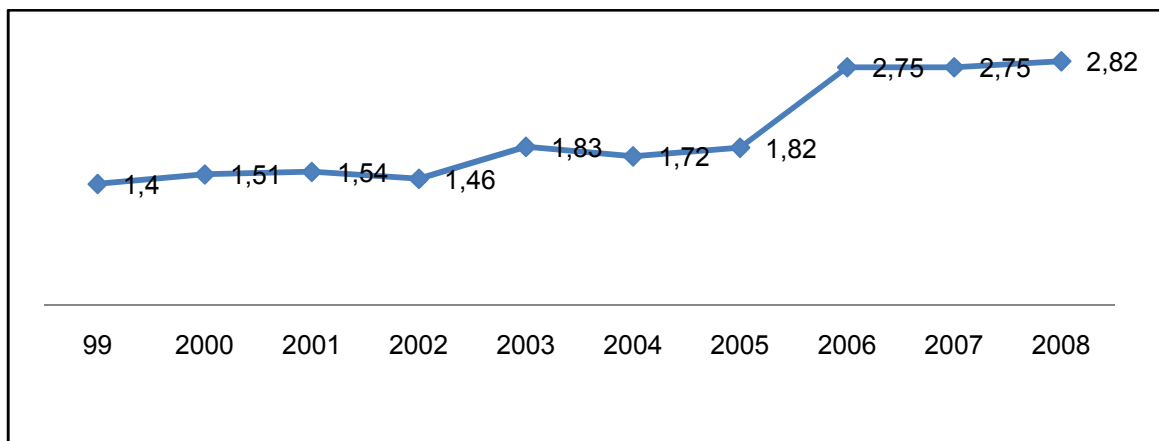


Gráfico 1 – Participação do Turismo na Geração de Empregos Formais, por ano



Fonte: IPTUR

Mais chamativos são os números que se referem ao crescimento do número de empregos formais em alguns

municípios goianos, cujos nomes estão listados abaixo, com suas respectivas taxas:

Tabela 1 – Crescimento do número de empregos formais na atividade de serviços de hospedagem, restaurantes e bares por município – 1999/2008

Cidades	Crescimento
Alto Paraíso	347%
Aragarças	400%
Anápolis	185%
Aruanã	167%
Britânia	400%
Goiânia	567%
Caldas Novas	174%
Cidade de Goiás	210%
Formosa	946%
Itumbiara	292%
Jataí	488%
Nova Crixás	275%
Lagoa Santa	733%
Piranhas	1600%
Rio Quente	81%
Pirenópolis	272%

Fonte: IPTUR (dados RAIS)

Esses dados, divulgados pelo IPTUR⁷, evidenciam a evolução do número de empregos gerados pelos serviços de hospedagem, restaurantes e bares, entre 1999 e 2008. De forma agregada – incluindo municípios não

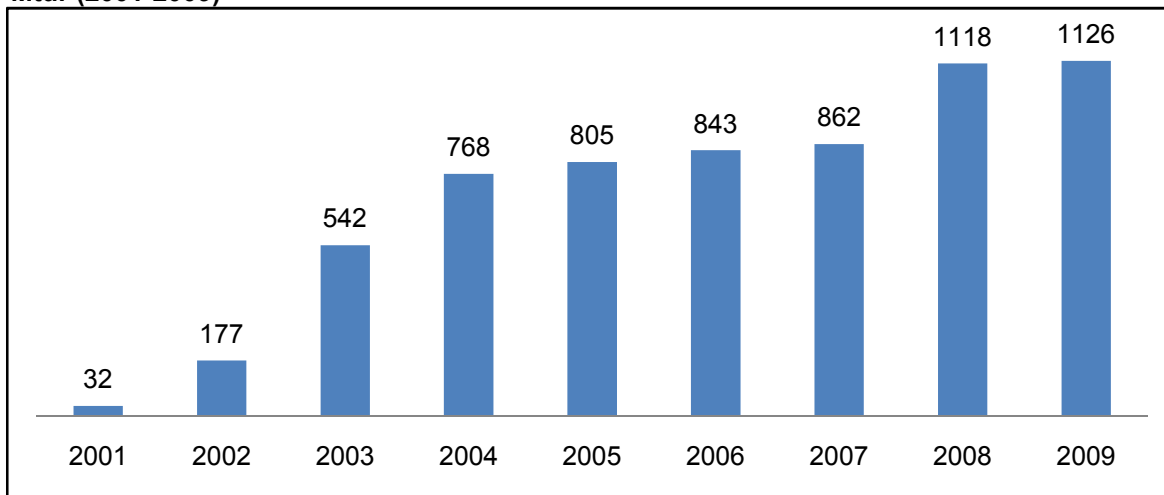
mencionados -, houve incremento de 432% no número de empregos, 248% na quantidade de serviços de alojamento e 161% de alimentos e bebidas em 2008 em relação a 1999.

⁷ Instituto de Pesquisas Turísticas do Estado de Goiás.

Outro número interessante disponibilizado pelo IPTUR é o crescimento de 3500% na quantidade de empreendimentos turísticos com cadastros regulares no

MTur⁸ entre 2001 e 2009. O gráfico abaixo evidencia o número de cadastros efetuados, conforme os seus respectivos anos.

Gráfico 2 - Estado de Goiás: Empreendimentos Turísticos com Cadastros Regulares no Mtur (2001-2009)



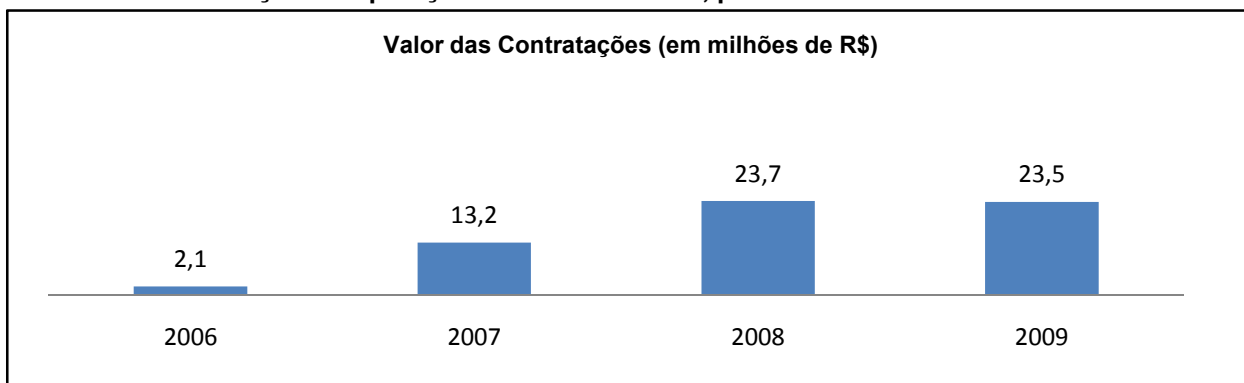
Fonte: SAGET/CADASTUR – Mtur

Hoje, Goiás ocupa a 8ª posição no *ranking* nacional em relação ao número de prestadores de serviços turísticos cadastrados, acima de estados tradicionais no turismo nacional, como Ceará e Pernambuco.

Outros indicadores que reforçam a importância da atividade turística no estado se referem à quantidade de contratações e operações do FCO⁹ turismo. Trata-se de um fundo de crédito com o objetivo de promover o

desenvolvimento econômico e social do centro-oeste, e que se destina, nesta categoria, a pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade turística, tais como meios de hospedagem, acampamento turístico, restaurante, agência de turismo e organizadores de eventos. A instituição financeira responsável por esses créditos é o Banco do Brasil, que os disponibiliza com longo prazo de pagamento e baixas taxas de juros.

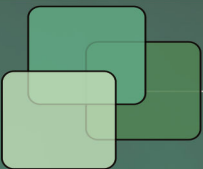
Gráfico 3 – Contratações e Operações do FCO Turismo, por ano



Fonte: IPTUR

⁸ Ministério do Turismo.

⁹ Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.



O gráfico 3 evidencia que, no período de 2006 a 2009, houve um substancial incremento de 1.019,04% no volume de empréstimos do fundo FCO destinado especificamente a empresas do setor turístico. Essa acentuada evolução ascendente permite supor que mais empresas (hotéis, bares, restaurantes, etc.) têm se interessado em investir ou mesmo em ingressar no mercado turístico goiano, com expectativas de auferir elevada lucratividade futura.

Tais números sinalizam a existência de uma tendência promissora de crescimento no setor turístico, passível de ser explorado pelos agentes do sistema econômico que tenham interesse em investimentos e desenvolvimento.

2 – Turismo em Goiânia

Goiânia é um grande polo receptivo de turistas de negócios e eventos, o que tem grande significado num país que ocupa a 7ª posição no *ranking* mundial de eventos internacionais. Em definição estabelecida pelo Ministério do Turismo, na modalidade estão incluídas reuniões, visitas técnicas, exposições, feiras, congressos, convenções, simpósios, mostras, entre outros de características comerciais e/ou científicas.

Esse tipo de turismo, conforme Ferreira, Silva e Miranda (2010), apresenta rentabilidade duas vezes mais alta do que o turismo de lazer, por se tratar de uma modalidade que não se restringe às condições climáticas e/ou períodos de férias. Outros fatores, também mencionados na obra, seriam a exigência de profissionalização e de serviços e equipamentos de alta qualidade, além do fato de a maioria dos visitantes à capital ter como local de origem a região Sudeste do país – onde é elevada a renda per capita.

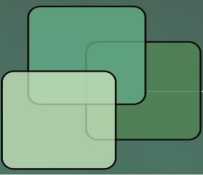
Para se ter uma idéia quanto ao perfil dos passageiros, de acordo com o Boletim Dados do Turismo em Goiás, uma pesquisa realizada pela INFRAERO, em novembro

de 2007, constatou que para 65% dos passageiros que desembarcaram no aeroporto de Goiânia naquele período o interesse era trabalho ou negócios, e 25% tinha como motivo de viagem passeio ou lazer. A pesquisa também constatou que Goiânia estava em terceiro lugar no número de viagens/ano por passageiros entre os 35 principais aeroportos do Brasil. Também de acordo com o mesmo boletim, o volume de embarques e desembarques no aeroporto de Goiânia, em 2009, foi o dobro em relação a 2002, e o triplo da capacidade operacional do aeroporto, sendo urgente a sua ampliação.

Contudo, a despeito de números tão robustos, a atratividade e a demanda seriam pouco exploradas pelos agentes turísticos, constatação evidenciada pela estadia média inferior ao esperado perante os atrativos disponíveis. Conforme o estimado na obra de Silva (2008), 72% dos turistas não visitou nenhum atrativo turístico da localidade.

Ora, Goiânia é uma bela cidade, a primeira mais arborizada do país (a segunda do mundo), bem equipada para a oferta de lazer – possui cerca de 1200 bares e restaurantes, que dispõem das mais variadas opções – desde a culinária tradicional à internacional –, apresenta o 2º maior acervo arquitetônico do estilo Art Déco do mundo, além de muitas atrações noturnas. Qual seria, então, o motivo de um aproveitamento aquém do que seria possível pelo apresentado potencial?

Segundo Ferreira, Silva e Miranda (2010, p.19), o motivo seria “a ausência de informação turística, junto à falta de tempo do turista, na medida em que o mesmo não se programa para permanecer um dia a mais na capital, de modo a desfrutar das opções disponíveis”. Seria necessário uma atuação conjunta do governo, da iniciativa privada e dos promotores de eventos no sentido de corrigir a deficiência na divulgação dos atrativos da cidade, que constitui entrave à ampliação da demanda para o local.



Em última instância, caberia aos órgãos oficiais de turismo – SEMTUR¹⁰, COMTUR¹¹, GOIÁS TURISMO -, entidades de classe (ABRASEL¹², ABIH¹³), organizadores de eventos (GC&VB¹⁴, ABEOC¹⁵), guias de turismo e agências receptivas o papel de disseminar informações entre os visitantes hospedados na cidade.

Conhecer os perfis dos visitantes, os motivos de suas viagens, bem como números e estatísticas que esclareçam fatos é de grande importância para a criação de expectativas que encorajem decisões de investimento por parte dos agentes privados. Cabe ao Estado o papel fundamental de fomentar e incentivar estudos em instituições de pesquisa, autarquias e, preferencialmente em universidades, através de projetos de pesquisa que, além de gerarem novas informações, habilitem profissionais a constituir importante fator de produção de empresas turísticas.

Uma parceria entre Goiás Turismo e a FAPEG¹⁶ proporcionou, em outubro de 2008, o lançamento da primeira chamada pública do Estado de Goiás para financiar pesquisas e estudos em turismo, investindo R\$ 450.000,00 em recursos do tesouro estadual. Foram selecionados 16 projetos de pesquisas de várias redes goianas de pesquisas credenciadas junto à FAPEG. As pesquisas foram iniciadas em 2009, com previsão de conclusão até o final de 2010.

3 – Caminho das Águas

Dois importantes polos receptivos da demanda turística, cujo interesse predominante é o lazer, são as cidades de Caldas Novas e Rio Quente. De acordo com dados do Ministério do Turismo (2010), essas cidades concentram

a maior fonte de águas termais do mundo (ricas em propriedades terapêuticas) e abrigam o maior complexo hoteleiro de Goiás, com quase 100 mil leitos ofertados. Em números, elas recebem mais de 3 milhões de visitantes por ano, e têm no público da melhor idade a demanda estratégica para minimizar os efeitos da baixa temporada.

Os meios de transportes, sobretudo o rodoviário e aeroviário, são de grande importância para o fluxo turístico nessa região. Atualmente, Caldas Novas recebe em torno de 40 vôos fretados por mês, com um fluxo mensal de 8 mil pessoas. Como observado por Gomes (2010, p.31), “o aeroporto de Caldas Novas passa por uma reestruturação para que os vôos diários possam ser ampliados, enquanto o transporte rodoviário “liga” a cidade aos maiores centros urbanos do país e permite, assim, maior mobilidade de pessoas e mercadorias”.

Contudo, a autora também destaca problemas no trânsito relacionados, ou à infraestrutura, ou ao acúmulo de pessoas decorrente da sazonalidade de fluxos. É importante ressaltar que a maior incidência de turistas que visitam a cidade regularmente provém especialmente de Goiânia, Brasília e Uberlândia, os quais utilizam as rodovias como vias de acesso. Faz-se necessário, segundo a autora, “a elaboração de um Plano Diretor de Trânsito com seriedade e o envolvimento de todos os segmentos interessados no assunto” Gomes (2010, p.35).

Outro problema de sazonalidade diz respeito à oferta de serviços, devido às pessoas que não residem em Caldas Novas, mas que a visitam com muita frequência, muitas vezes possuindo residência na cidade. Um aspecto resultante do último fato é que essas pessoas ocupam

¹⁰ Secretaria Municipal de Turismo

¹¹ Conselho Municipal de Turismo

¹² Associação Brasileira de Bares e Restaurantes

¹³ Associação Brasileira da Indústria de Hotéis.

¹⁴ Goiânia *Convention&Visitors Bureau*.

¹⁵ Associação Brasileira de Empresas Organizadoras de Eventos.

¹⁶ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

imóveis que poderiam ser destinados à oferta de produto turístico.

Ainda que o trânsito constitua um fator que emperre a evolução da atividade turística em Caldas Novas, esta não deixa de ser a capital do turismo em Goiás. Tal característica contribui preponderantemente para que a cidade figure na 8ª posição em termos de competitividade no estado (SEPLAN¹⁷, 2010). Atualmente, a cidade recebe 1,5 milhões de turistas por ano, tanto brasileiros como estrangeiros.

Segundo dados da EMBRATUR¹⁸ (2010), somente Porto Seguro recebe mais turistas no Brasil. Tal dinâmica permite que outros setores produtivos do município se fortaleçam: o comércio, que tem perto de 1000 estabelecimentos; a indústria, com 122 empresas, que se diversifica e começa a explorar segmentos da cadeia produtiva do turismo; e o setor de construção civil, que recebe os impulsos de novos empreendimentos.

De acordo com dados do Ministério do Turismo, tal como citado por Oliveira (2010), no ano de 2005 a região do Centro-Oeste atraiu apenas 6,5% dos turistas domésticos, sensivelmente abaixo do campeão turístico, o estado de São Paulo, que recebeu 27,7% do total. O estado apresenta baixa atratividade, perdendo ainda para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia entre outros, conforme esclarece a autora.

Mas, ainda de acordo com Oliveira (2010), a grande exceção no estado de Goiás fica por conta de Rio Quente e Caldas Novas (duas das três cidades tratadas neste estudo) as quais atraem entre um e meio (1,5) a dois (2) milhões de visitantes. O volume de turistas é considerável, principalmente se contrastado com os dados da EMBRATUR (2009), citados por Oliveira (2010), os quais indicam para a cidade do Rio de Janeiro um contingente de 766.083 turistas estrangeiros ao ano.

A despeito da fragilidade da fonte, tais dados sobre o número de turistas recebidos pelas cidades de Rio Quente e Caldas Novas são indícios da força do Caminho das Águas em Goiás. A relevância desses dados contrasta com a carência de dados sobre a atividade turística, e expressa a relevância de estudos sobre o setor no estado de Goiás. Isto justifica a importância de trabalhos, como o presente estudo, que, por meio de pesquisa de campo busquem elucidar a realidade da atividade turística em Goiás.

Este trabalho objetiva uma primeira radiografia sobre o turismo de negócios em Goiânia e sobre o Caminho das Águas. O foco consiste na apreensão do perfil do empregado do setor de turismo, buscando especificamente identificar fatores que expliquem a renda auferida nesta atividade.

4 – Banco de Dados e Metodologia

A base de dados é uma pesquisa efetuada pelo NEPEC¹⁹ do curso de Ciências Econômicas da UFG, no primeiro semestre de 2011, que entrevistou empregados do setor de turismo de 66 hotéis localizados nas cidades de Goiânia, Caldas Novas, Rio Quente, Goiás, Pirenópolis, Aruanã e Alto Paraíso. Várias foram as perguntas que compuseram esta pesquisa, contudo, as perguntas foco deste estudo são as seguintes²⁰:

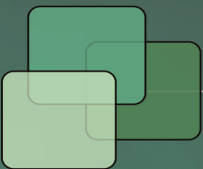
- 1) Número de funcionários, para avaliação de porte;
- 2) Sexo;
- 3) Idade;
- 4) Se os empregados falam língua estrangeira;
- 5) O tempo de escolarização (escolaridade);
- 6) Faixa de salário (renda);
- 7) Se o empregado fez algum tipo de qualificação específica no setor de turismo (qualif);

¹⁷ Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

¹⁸ Autarquia do Ministério do Turismo

¹⁹ NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Econômicas, da Universidade Federal de Goiás – UFG.

²⁰ Retratadas no estudo por variáveis indicadas a frente de cada item.



O levantamento das cidades de Pirenópolis, Alto Paraíso, Aruanã e Goiás, cujos dados serão utilizados em conjunto com os das cidades de Caldas Novas, Goiânia e Rio Quente, servirão para que considerações mais abrangentes sobre o empregado do setor de turismo e sua renda possam ser utilizadas para as demais cidades turísticas de Goiás. Em seguida, serão apresentados os resultados exclusivos para as cidades de Goiânia, Caldas Novas e Rio Quente.

O estudo consiste em uma análise descritiva dos dados levantados na pesquisa de campo, com o intuito de descrever o perfil do empregado do setor de Turismo, em especial, o de hotelaria. Além disso, objetiva-se avaliar a renda gerada no setor frente a fatores que possam indicar a sua explicação.

5 – Resultados Goiás

Os resultados referem-se a todas as cidades que tomaram parte da pesquisa de campo, com as quais contrastaremos mais adiante, no texto, as cidades foco deste estudo. A primeira análise foi a categorização do porte dos hotéis.

Uma empresa pode ser classificada pelo seu tamanho, de acordo com o número de empregados. Segundo o Sebrae (2011), para o setor de serviços, uma microempresa possui até 9 funcionários; uma pequena empresa de 10 a 49 funcionários; uma empresa de porte médio possui de 50 a 99; e, a partir de 100 funcionários, tem-se uma empresa grande.

Verifique na tabela abaixo o porte dos estabelecimentos hoteleiros entrevistados segundo o número de empregados (variável nfunc):

Tabela 1 – Número de funcionários por hotel entrevistado – Porte Empresa

Porte	Freq	Emp./min	Emp./max
Micro	46	1	9
Pequeno	10	11	32
Médio	5	58	94
Grande	1	282	282

Fonte: Pesquisa de Campo, Setor Turístico Goiás, Economia/UFG, 2011

Com base nessa categorização de porte utilizada pelo SEBRAE, a pesquisa revela que aproximadamente 75% dos empreendimentos hoteleiros possui até 10 funcionários, constituindo, portanto, prestação de serviços de porte muito pequeno, sendo classificadas como Microempresas. Apenas 1% dos hotéis entrevistados apresenta um número de funcionários maior do que cem (100), sendo, portanto, de grande porte.

A localização dos hotéis - por porte - revela que empreendimentos de pequeno porte estão presentes nas

cidades de: Alto Paraíso de Goiás, Caldas Novas, Goiânia, Rio Quente e Pirenópolis. Enquanto somente Caldas Novas e Goiânia apresentaram hotéis de porte médio e grande.

Sobre a qualificação das pessoas no setor de turismo, um dos quesitos levantados foi o domínio de língua estrangeira. A pesquisa apresentou que menos de 30% indicaram que possuem algum domínio, conforme podemos verificar na tabela 2.

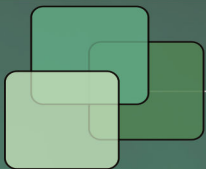


Tabela 2 – Domínio de Idioma Estrangeiro

Idioma Estrangeiro	Freq	%
Falam	19	28.79
Não Falam	47	71.21

Fonte: Pesquisa de Campo, Setor Turístico Goiás, Economia/UFG, 2011

Os resultados permitiram mapear a idade dos trabalhadores no setor de turismo de Goiás, com a seguinte configuração: 36% dos entrevistados possuem menos de 32 anos, sendo que quase 74% têm menos de

40 anos. Portanto, o perfil dos empregados do setor de turismo é jovem, com apenas 11% com idade acima de 50 anos.

Tabela 3 – Idade dos Empregados de Turismo

Idade	Freq	%
< 30 anos	22	36%
< 40 anos	45	73.70%

Fonte: Pesquisa de Campo, Setor Turístico Goiás, Economia/UFG, 2011

Outro fato relevante foi a verificação da presença feminina entre os empregados do setor de turismo, que consistiu na maioria dos empregados entrevistados, quase 55%. Em termos de renda, 75% das mulheres

recebem até três (03) salários mínimos, em contraste com 53% dos empregados do sexo masculino, sugerindo que os homens auferem renda maior do que as mulheres no segmento hoteleiro do turismo.

Tabela 4 – Empregados por gênero

Sexo	Freq	%
Masculino	30	45.45
Feminino	36	54.55

Fonte: Pesquisa de Campo, Setor Turístico Goiás, Economia/UFG, 2011

Buscando compreender a relação escolaridade x renda, foram confrontados os grupos de renda com os anos de estudo. Os resultados indicam que os empregados que recebem menos de um salário mínimo possuem acima de 9 anos de estudo e representam mais de 10% dos

empregados entrevistados, o que chama a atenção para a baixa remuneração do setor, a despeito de uma escolaridade que indica pelo menos mais do que o ensino fundamental.

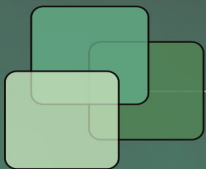


Tabela 5 – Relação Renda X Escolaridade

Renda	Escolaridade					
	Sem Instrução	Até 4	5 a 8	9 a 11	12 a 17	> 18
<1 Sal.Min.	1	.	.	3	2	1
1 a 3 Sal. Min.	.	2	2	8	20	4
4 a 5 Sal. Min.	.	.	.	1	3	3
6 a 8 Sal. Min.	3	2
9 a 10 Sal. Min.	1
11 a 15 Sal. Min.	1
> 16 Sal. Min.	1	2

Fonte: Pesquisa de Campo, Setor Turístico Goiás, Economia/UFG, 2011

A tabela 5 mostra os números de empregados com suas respectivas rendas e escolaridade. Mais da metade dos entrevistados recebe entre 1 e 3 salários mínimos, ou seja, 59%. Sendo que, dos 36 funcionários que recebem essa faixa salarial, 24 pessoas apresentam níveis altos de escolaridade, entre 12 e 17 anos de estudo, ou seja, 67% dos entrevistados. Isto indica que eles possuem, além do ensino médio, algum grau de ensino superior, que não parece impactar de forma positiva ou definida na renda auferida.

Empregados com mais de 18 anos de estudo, ou seja, com o mais alto grau de escolaridade, recebem os mais diferentes salários, como podemos verificar na última

coluna da tabela 5. Isto indica que outros fatores, que não o estudo formal, determinam o salário no segmento de turismo. Além disso, a maior parte trata-se de um grupo com boa formação educacional, sendo que 73% dos funcionários possuem mais de 12 anos de estudo.

Confrontando os empregados jovens com a renda, encontramos um resultado interessante. Apesar da boa formação educacional do grupo, indicando pelo menos algum acesso ao ensino superior, estes recebem em sua maioria até 3 salários mínimos. Este dado aponta uma baixa valorização da escolaridade para a remuneração dos empregados do setor de turismo.

Tabela 6 – Renda X Qualificação na área específica de turismo

Renda	Qualificação Turismo		
	Sim	Não	Total
<1 Sal.Min.	3	4	7
1 a 3 Sal. Min.	21	15	36
4 a 5 Sal. Min.	5	2	7
6 a 8 Sal. Min.	4	2	6
9 a 10 Sal. Min.	1	0	1
11 a 15 Sal. Min.	1	0	1
> 16 Sal. Min.	3	0	3

Fonte: Pesquisa de Campo, Setor Turístico Goiás, Economia/UFG, 2011

Comparando a renda com a qualificação específica na área de turismo, conforme tabela 6, conclui-se que a grande maioria busca conhecimentos específicos para esse tipo de prestação de serviços, ou seja, qualificação no setor de turismo. É interessante investigar se isso implica uma renda mais elevada.

Contudo, os resultados apontam que não é possível associar melhora no nível de renda com a qualificação específica, uma vez que na grande maioria, ou seja, 66% dos empregados que fizeram algum tipo de qualificação ligada ao turismo encontra-se na faixa de renda de até 3 salários mínimos. Entretanto, importante ressaltar que os

maiores salários estão ligados a empregados que possuem qualificação específica.

6 – Resultados para Goiânia, Caldas Novas e Rio Quente

Para as cidades de Rio Quente, Caldas Novas e Goiânia, foram entrevistados 27 hotéis. A classificação de porte identificou que 48% dos hotéis se enquadram como Microempresas, e, somente 24% são empresas de porte Médio e Grande. Isso pode ser verificado na tabela 7.

Tabela 7 - Número de funcionários por hotel entrevistado – Porte Empresa

Porte	Freq	Min	Max
Micro	12	1	8
Pequena	7	12	32
Média	5	58	94
Grande	1	282	282

Fonte: Pesquisa de Campo, Setor Turístico Goiás, Economia/UFG, 2011

Quanto à qualificação dos empregados em relação ao domínio de língua estrangeira, a pesquisa apresentou que menos de 30% indicaram que possuem algum domínio,

confirmando os resultados apresentados para o grupo de 62²¹ empresas, conforme pode-se verificar na tabela 8.

Tabela 8 - Domínio de Idioma Estrangeiro

Idioma Estrangeiro	Freq.	%
Falam	8	29.63
Não Falam	19	70.37

Fonte: Pesquisa de Campo, Setor Turístico Goiás, Economia/UFG, 2011

Com relação à idade dos empregados, os resultados apontam que quase 33% dos entrevistados têm menos de 30 anos, sendo que aproximadamente 75% deles possuem menos de 40 anos. Portanto, o perfil dos

empregados do setor, na região de turismo de negócios de Goiânia e do Caminho das Águas, é tão jovem quanto quando comparado à amostra maior.

²¹ A despeito de terem sido entrevistadas 66 empresas, somente 62 foram consideradas para a análise deste estudo, devido à disponibilidade de dados sobre renda.

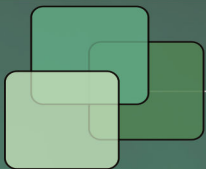


Tabela 9 - Idade dos Empregados de Turismo

Idade	Freq.	Min	Max
< 30 anos	6	17	29
< 40 anos	17	17	38

Fonte: Pesquisa de Campo, Setor Turístico Goiás, Economia/UFG, 2011

Quanto à composição de gênero dos empregados, os resultados apontam uma preponderância da presença do sexo masculino, em contraposição aos dados da amostra mais abrangente. Estes dados oferecem indícios de que

nas regiões do Caminho das Águas e do Turismo de Negócios a presença da mulher é mais tímida, conforme podemos constatar na tabela 9.

Tabela 10 - Empregados por gênero

Sexo	Percent	Cum.
Masculino	17	62.96
Feminino	10	37.04
Total	27	100

Fonte: Pesquisa de Campo, Setor Turístico Goiás, Economia/UFG, 2011

Quanto à relação escolaridade x renda, ao confrontar os grupos de renda com os anos de estudo, os resultados apontaram que 51% dos empregados recebem até 3 salários mínimos e que 57% destes possuem entre 9 e

mais de 18 anos de estudo. Esses dados novamente atestam a baixa remuneração do setor e o baixo impacto da escolaridade sobre a renda auferida.

Tabela 11 - Relação Renda X Escolaridade

Renda	Escolaridade						Total
	Sem Instrução	Até 4	5 a 8	9 a 11	12 a 17	> 18	
<1 Sal.Min.	1	0	0	2	1	0	4
1 a 3 Sal. Min.	0	1	1	3	3	2	10
4 a 5 Sal. Min.	0	0	0	1	2	3	6
6 a 8 Sal. Min.	0	0	0	0	2	2	4
9 a 10 Sal. Min.	0	0	0	0	0	1	1
11 a 15 Sal. Min.	0	0	0	0	0	1	1
> 16 Sal. Min.	0	0	0	0	0	1	1
Total	1	1	1	6	8	10	27

Fonte: Pesquisa de Campo, Setor Turístico Goiás, Economia/UFG, 2011

Dos empregados que recebem menos de um salário mínimo, 75% possuem acima de 9 anos de estudo, sendo que estes representam mais de 14% dos entrevistados,

confirmando a baixa remuneração já identificada nos resultados da amostra maior.

Considerações Finais

Existe grande carência de informações sobre o setor de turismo nacional e, em especial, sobre o segmento no estado de Goiás, sobre o qual pouco se sabe. Por isso, trabalhos, como o presente estudo, podem contribuir para as políticas públicas ao permitir melhor compreensão do segmento e, em especial, ao fornecer dados referentes à geração de renda e as variáveis que a explicam.

Os resultados apontam que, para as cidades de Goiânia, Caldas Novas e Rio Quente, o perfil do empregado do setor de turismo é jovem, na sua maioria do sexo masculino, e com remuneração²² de até três (03) salários mínimos.

Trata-se de uma mão de obra relativamente qualificada, inclusive com qualificação específica em Turismo, que, contudo, auferir uma renda que não expressa essa qualificação. Pode-se afirmar que, para os trabalhadores do setor de serviços, possuir maior escolaridade não significa ter maior remuneração. Nesse contexto, com certeza chama a atenção a necessidade de políticas públicas específicas para o setor.

O presente trabalho aponta ainda a necessidade de vários outros estudos que venham a complementar a presente análise, inclusive estudos econométricos que permitam melhor avaliação dos fatores que explicam a renda.

Referências Bibliográficas

BARRETTO M., **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**, 17ª Edição. Campinas: Papyrus, 2008. (Coleção Turismo).

BOLETIM DADOS DO TURISMO DE GOIÁS. Goiânia: Iptur, nº 01, 2010.

CARVALHO, G.L. **Ecoturismo nos Cerrados Goianos: Do Enfrentamento do Discurso ao Desafio da Prática**. Goiânia, 2007. <www.iesa.ufg.br/observatoriogeogoiias/page.php?site_id=214>

CORIOLOANO, L. N. M.; LIMA, L. C. **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. 1 ed. Ceará: EDUECE, 2003.

FERREIRA, A.R; SILVA, C.A.; MIRANDA, R.S. Goiânia mais um dia: possibilidades para aumentar a permanência dos turistas de negócios e eventos. In: MINISTÉRIO DO TURISMO. **Segmentação do Turismo: Experiências, Tendências e Inovações - Artigos Acadêmicos**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. p. 15-34.

GOMES, N.G.U. **Trânsito e o Turismo na Cidade de Caldas Novas – GO. Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.13, nº 33, p. 27-39, mar. 2010.

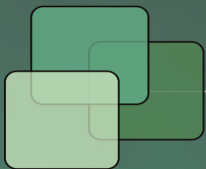
OLIVEIRA, I.J. **Turismo no Cerrado**. Revista UFG, Goiânia, ano XXI, nº9, p. 49-56, dez. 2010

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Marcos Conceituais**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 02 set. 2011.

NOGUEIRA, M.F.M. **Turismo e Cultura em Goiás**. Comunicação & Informação, Goiânia, v.11, nº 1, p. 138-144, jan./jun. 2008.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Indicadores das mpe**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial>>. Acesso em: 06 set. 2011.

²² Para 52% dos entrevistados.

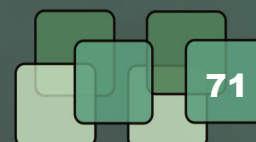


SILVA, C.A. **Análise do Perfil do Turista que visita a cidade de Goiânia: uma contribuição ao planejamento local.** Relatório Final da Pesquisa. Programa de Iniciação Científica – PIBIC do CEFET-GO, Goiânia, 2008.

SILVA, K.T.P.; RAMIRO, R.; TEIXEIRA, B.S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do ministério do turismo. **Turismo de Base Comunitária: diversidade**

de olhares e experiências brasileiras. *Letra & Imagem*, Rio de Janeiro, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Núcleo de Estudos e Pesquisas Econômicas (Nepec). **Entrevistas aos empregados do setor de turismo de 66 hotéis localizados nas cidades de Goiânia, Caldas Novas, Rio Quente, Goiás, Pirenópolis, Aruanã e Alto Paraíso.** Goiânia: Nepec, 2011.





Análise da Gestão no APL Moveleiro da região Metropolitana de Goiânia

Daiane Gonçalves Ribeiro¹
Julimária dos Santos Souza²
Dr^a Eliane Moreira de Sá³

Resumo: O setor moveleiro no Estado de Goiás tem alcançado determinada relevância no agronegócio local, embora ainda não esteja consolidado dentro do Complexo Agroindustrial goiano de madeira. Este estudo visa caracterizar os aspectos de gestão no setor moveleiro goiano, perpassando por aspectos como a produção, as vendas, o gerenciamento, os recursos humanos e os recursos financeiros. Sob a perspectiva da gestão, há a necessidade de que as organizações pertencentes ao Arranjo Produtivo Local moveleiro goiano se estruturam e estabeleçam parâmetros para uma gestão mais uniforme, de modo a integralizar as instituições do ramo local, para que juntas consigam aumentar sua competitividade e se estabelecerem de modo perene no mercado.

Palavras-chave: APL, moveleiro, gestão, goiano.

Introdução

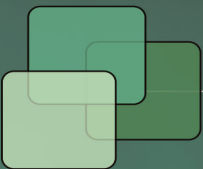
Com o crescimento da indústria moveleira no Brasil e a ampliação de sua respectiva participação na economia, o estado de Goiás seguiu o mesmo caminho. De acordo com dados da Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás, SEPLAN-GO (2004), este setor é predominantemente representado por pequenas e médias indústrias, com registros oficiais no estado de 600 empresas formais, a maior parte (34%) se concentra em Goiânia, 13% em Aparecida de Goiânia e 8% em Anápolis. Goiânia e Aparecida de Goiânia apresentam a maior aglomeração de disponibilidade de vagas de trabalho de todo o estado, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (Caged, 2010), o que se verifica também no setor moveleiro.

Segundo informações da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás - SEPLAN - (SEPLAN, 2004), o APL Moveleiro Goiano é composto por uma maioria de empresas que ainda não são regularizadas, no entanto, atualmente uma parte delas se une através do Sindicato das Indústrias do Mobiliário – Sindmóveis, e atua em parceria com instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás - FIEG, a Confederação Nacional das Indústrias - CNI e o Programa de Apoio às Micro e Pequenas Indústrias – PROCOMPI. Este último é resultado de uma parceria entre a CNI e o SEBRAE, para desenvolver e estruturar condições de permanência das empresas no mercado e oferecer produtos que satisfaçam, principalmente, o mercado consumidor de móveis planejados de madeira. Este trabalho objetivou caracterizar os aspectos de Gestão das organizações do setor moveleiro da região metropolitana de Goiânia, especificamente nas cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Coadunando com o objetivo principal, essa pesquisa analisou o estágio em que se encontram estas organizações no que se refere ao processo administrativo. Para isso, foram verificadas as práticas de processos de planejamento, a eficácia de processos de controle, direção e organização nas mesmas. Este estudo ainda se propôs a identificar o perfil das empresas do APL moveleiro goiano, principalmente

¹ Mestranda em Agronegócio - UFG – GO. daianeribeiro2@yahoo.com.br

² Mestranda em Agronegócio - UFG – GO. julimariasousa@gmail.com

³ Docente na Universidade Federal de Goiás. eliane.mss@hotmail.com



no que tange à quantidade de funcionários e às certificações obtidas e ao mesmo tempo verificar as principais fragilidades e potencialidades no processo de gestão das empresas do setor moveleiro goiano.

1 – Metodologia

No aspecto metodológico, este trabalho se estruturou em uma pesquisa exploratória, formulando um estudo de caso e também um estudo exploratório sobre o setor moveleiro. As pesquisas bibliográficas e documentais forneceram bases científicas para a formulação deste artigo. A metodologia usada para a obtenção de dados se baseou em aplicação de questionários através de entrevistas agendadas com uma amostra dos representantes das empresas do setor moveleiro da região metropolitana de Goiânia. A amostragem foi feita por conveniência, onde 10 empresas foram selecionadas pelo valor de seu capital social e pela quantidade de funcionários. A quantidade de funcionários das empresas selecionadas oscilava entre 25 e 120 e o valor do capital social se posicionava entre R\$20.000,00 e um pouco mais de R\$4.600.000,00.

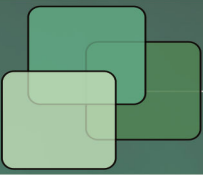
Assim, o presente estudo analisou os aspectos de gestão das organizações do setor moveleiro da região metropolitana de Goiânia, tomando como base o APL do setor nessa região. A realização deste estudo auxilia na proposição de novos instrumentos de trabalho, além de melhorar o gerenciamento das empresas e garantir a permanência das empresas do setor moveleiro goiano no mercado.

Por ser composto, em grande parte, por micro e pequenas empresas - MPE's - o setor moveleiro ainda não é uma cadeia muito representativa no Agronegócio goiano. No entanto, o setor apresenta significativa relevância na distribuição de renda para a população, tendo em vista que as micro e pequenas empresas são as maiores geradoras de emprego e renda no país e representam cerca de 99% do total de empresas no Brasil (FECOMÉRCIO, 2011).

2 – Referencial Teórico

A busca pela qualidade nas organizações, em geral, é impulsionada pela demanda dos consumidores, que ao longo dos anos foram se tornando cada vez mais exigentes. Para atender essa demanda e se tornarem mais eficientes e, sobretudo, mais competitivas em relação à concorrência, as empresas realizam mudanças estruturais em sua organização. Essas mudanças estão quase sempre relacionadas às formas de gestão adotadas para garantir sua sobrevivência no mercado e proporcionar maiores lucros. Para operar nesses novos modelos de gestão é necessário implementar uma cultura de mudanças que utilize métodos e processos que garantam melhores resultados às empresas (ARAUJO, 2001).

No contexto operacional e tático da empresa, existem aspectos importantes que devem ser considerados. Entre eles, o planejamento a ser realizado pela empresa possui papel fundamental e pode se apresentar como um dos primeiros passos a serem dados no papel da administração. O planejamento possibilita organizar os recursos e as pessoas em uma empresa e dar o direcionamento sobre o que é necessário trabalhar. As organizações utilizam dois tipos principais de planejamento: um é o planejamento estratégico, que é projetado pelos administradores e busca cumprir os objetivos mais amplos da organização; o outro é o planejamento operacional, que diz respeito à maneira como o planejamento estratégico será implementado nas atividades diárias da empresa (STONER e FREEMAN, 1999). O planejamento estratégico é mais abrangente e amplo, e inclui questões referentes a quase todas as atividades da organização, ao contrário dos planos operacionais, que são mais limitados por seu caráter e foco específicos. Os planos estratégicos são complexos, em função da diversidade de objetivos que podem contemplar. Ainda de acordo com Stoner e Freeman (1999), a importância de uma administração estratégica é reconhecida a partir da percepção das mudanças que

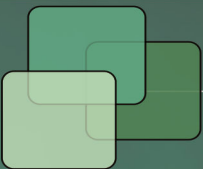


vêm ocorrendo na sociedade. Os fatores ambientais apresentam grandes influências sobre as organizações. A interdependência entre as organizações e o ambiente onde elas estão inseridas traz consigo muitas exigências no que diz respeito à urgência de respostas advindas da administração e às demandas que surgem cada vez mais intensamente dentro das empresas. Ao mesmo tempo, o aumento de proporção, tamanho e complexidade das atividades desenvolvidas pelas empresas contribuem para a necessidade de utilizar a administração estratégica nos processos de gestão empresarial. Ao longo dos anos, as empresas e fábricas deixaram de possuir apenas uma área de atuação ou tipo de produto. Os campos de atuação se ampliam e elas passam a atuar nos mais diversos ramos de negócios. Nesse novo ambiente, é essencial que sejam traçados objetivos básicos a serem alcançados em longo prazo e ainda a adoção de linhas e planos de ações que permitam a alocação dos recursos necessários para conseguir os objetivos determinados (MEYER-STAMER, 2001).

A gestão estratégica de uma empresa pode abranger diferentes unidades funcionais. As áreas mais comuns são: *marketing*, finanças, produção, recursos humanos e pesquisa e desenvolvimento – P&D. As estratégias definidas nesses níveis são mais detalhadas e abrangem um período de tempo mais curto, o que facilita o controle e execução das ações. No entanto, para que o plano alcance os objetivos definidos, é necessário que haja uma coordenação das estratégias traçadas. Essa postura permite que sejam minimizados os possíveis conflitos entre as unidades funcionais e que as chances de alcançar níveis satisfatórios de desempenho para a empresa sejam maiores (STONER e FREEMAN, 1999). A realização desse tipo de gestão é importante, pois permite que a organização seja mais competitiva à medida que melhora sua produtividade, e zela pela saúde financeira da empresa e pelo bom desempenho de seu papel ao atender as demandas de seus clientes com produtos e serviços de qualidade.

As organizações agroindustriais, no âmbito do planejamento, possuem diversas opções de estratégia, que podem ser combinadas ou adotadas de maneira isolada. A especialização de atividades, a diversificação de produtos ou mercados, fusões e aquisições, desenvolvimento de inovações tecnológicas, integração vertical, integração horizontal entre firmas ou até mesmo reduções de custos e cortes de despesas em casos de crises financeiras são exemplos de ações estratégicas que podem ser adotadas. O planejamento deve ter caráter permanente e envolver grande volume de informações, monitoramento e dedicação de tempo na elaboração do projeto e na sua execução. Uma única organização pode utilizar várias estratégias organizacionais em seu ambiente interno. Da mesma forma, um grupo de diferentes empresas pode se organizar em determinado local ou região e coordenar ou integrar suas atividades, promovendo ações de cooperação. A cooperação entre as empresas, seja no âmbito técnico, seja no âmbito de mercado, pode ser de grande valia para a gestão dos negócios. Em relação à cooperação técnica, aspectos importantes do processo produtivo podem ser melhorados (BATALHA, 2001).

Uma das formas de cooperação praticada é o *cluster* industrial, que pode ser traduzido como “aglomerado”. Este é um conceito da década de 1990, que se refere a uma forma de organização onde há a especialização setorial de atividades e concentração territorial. Para ilustrar, pode-se destacar a execução conjunta de determinadas fases do processo de produção e a capacitação conjunta de sua mão-de-obra, que são aspectos de cooperação técnica (AMARAL *et al*, 2005). Nos *clusters*, é possível também a cooperação em relação às operações mercadológicas que busquem fortalecer as posições das empresas no mercado, seja como consumidoras ou vendedoras (CIFUENTES, 2004). No entanto, para garantir uma rede de cooperação entre as empresas, é necessário que haja certo nível de confiança entre os agentes envolvidos. A importância desta relação de confiança é inerente ao gerenciamento



dos riscos próprios às ações e operações que são realizadas em conjunto. Os riscos poderiam ser gerenciados por meio de sanções legais, previstas em contratos, ou através da confiança entre os agentes. Os instrumentos legais são importantes para impedir comportamentos oportunistas de alguns agentes que poderiam inviabilizar as formas de cooperação (HUMPHREY e SHMITZ 2002 *apud* CIFUENTES, 2004).

As experiências com base na aglomeração de empresas como instrumento de gestão são fato visível em quase todos os segmentos empresariais, e servem como importante ponto de partida para análise de alguns pólos empresariais. A indústria moveleira no país se caracteriza por estabelecimentos produtores de pequeno e médio porte, alguns inclusive de caráter familiar. Grande parte dos estabelecimentos tem sua produção focada em atender às demandas por móveis residenciais de madeira (LORENZO; STIPP, 2004). De acordo com Cifuentes (2004), os primeiros pólos moveleiros no Brasil surgiram nas décadas de 1960 e 1970, na grande São Paulo e em Bento Gonçalves – Rio Grande do Sul. O surgimento desses empreendimentos pode ser atribuído, em parte, à presença de imigrantes europeus com pequenas marcenarias de caráter familiar nessas regiões.

No setor moveleiro goiano identifica-se o Arranjo Produtivo Local (APL). O APL se aproxima do *cluster* por ser capaz de aglutinar micro e pequenas empresas e estimular práticas de desenvolvimento integrado. Assim, segundo o decreto do governo de Goiás Nº 5.990, de 12 de agosto de 2004,

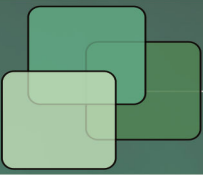
consideram-se Arranjos Produtivos Locais os aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo espaço territorial, que apresentem, real ou potencialmente, vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem para a inovação tecnológica.

Esses arranjos institucionais se baseiam em esforços de harmonização e cooperação das dinâmicas de competição para garantir a competitividade sistêmica (SACHS, 2003 *apud* SAMPAIO et al., 2005). Tais

agrupamentos são caracterizados como um espaço com interações políticas, econômicas e sociais onde se desencadeia uma dinâmica entre a cooperação e a competição de um conjunto de micro e pequenas empresas de uma mesma atividade econômica. Já nas regiões com interação de grandes empresas com grande sucesso em determinado setor econômico, os agrupamentos se caracterizam pela presença de *clusters* (PORTER, 1998 *apud* SAMPAIO et al., 2005). A diferença básica entre o APL e o *cluster* é a intensidade das interações entre os agentes: no APL os agentes estão geograficamente próximos, mas podem não ser muito articulados; já no *cluster* a relação entre os indivíduos é próxima e a busca de interesses comuns sobrepuja, na maior parte das vezes, os interesses individuais.

A partir dessas definições, o APL pode ser considerado como um estágio anterior ao *cluster*, no qual seriam reconhecidos os sistemas produtivos e inovativos locais. Esses sistemas seriam os arranjos produtivos, cuja interdependência e articulação resultariam em cooperação, interação e aprendizagem com grande potencial de geração endógena de inovações, aumento da competitividade e desenvolvimento local (LASTRES; CASSIOLATO, 2003 *apud* SAMPAIO et al., 2005). No entanto, de acordo com Silva e Santos (2005), apesar das evidências dos benefícios da integração horizontal para as empresas, as experiências de aglomeração ainda são pouco difundidas. As empresas do setor moveleiro apresentam elevada verticalização e problemas de gerenciamento e aplicação de recursos. Assim, o processo de fabricação de móveis convive com uma grande defasagem e disparidade tecnológica entre as empresas, com máquinas e equipamentos diversificados que vão desde equipamentos muito obsoletos a muito modernos.

Verificou-se que grande parte da produção de móveis era retilínea, com formas simples, sem detalhes ou torneamentos no acabamento das peças. O estilo tradicional prevalecia na maioria das empresas, não havendo grande diversificação ou diferenciação da



produção com novos conceitos de *design*, o que possivelmente permitiria uma maior agregação de valor aos produtos. Observou-se, ainda, que as estratégias de gestão nas micro e pequenas empresas do setor moveleiro se baseavam apenas nas tomadas de decisões que visam a resolução de questões de curto prazo, com a finalidade de garantir a sobrevivência da empresa no mercado no tempo presente. A gestão estratégica de produção se apoiava apenas na estratégia competitiva de menor custo. A gestão dos recursos humanos, com base apenas no baixo custo da folha de pagamento, impedia a capacitação e atualização técnica adequada dos funcionários e enfraquecia a capacidade competitiva das empresas (SILVA e SANTOS, 2005). De acordo com Santos (2006), com relação às práticas de gestão empresarial, boa parte das empresas não possui nenhum tipo de instrumento de gestão financeira. Um exemplo que pode ser citado são as microempresas do setor moveleiro em Campos dos Goyatacazes – RJ, que não possuem nenhum tipo de planejamento estratégico ou plano de negócios que aborde a análise de sua situação financeira, da concorrência ou do mercado. No que diz respeito à gestão ambiental, mais de 70% dos empresários do setor que foram entrevistados conhecem a legislação ambiental pertinente à sua atividade e atendem às suas exigências. No entanto, 90% afirmaram não possuir nenhum Plano de Gestão Ambiental.

As análises relacionadas às práticas de produção e evoluções do desempenho da empresa devem abordar questões tais como o suprimento de matérias-primas, qualidade dos produtos, planejamento e controle da produção e outros para determinar quais são as melhores práticas de gestão para as empresas em questão. Essa análise poderia contribuir para o alto desempenho das empresas (HAYES et al, 1984; VOSS, 1995 apud SILVA; SANTOS et al., 2010). Dado que essas práticas não são universais, seria necessário considerar o contexto em que as empresas estão implantadas, com análises profundas a seu respeito (DAVIES; KOCHHAR, 2002; KETOKIVI; SCHROEDER, 2004 apud SILVA; SANTOS et al., 2010).

Outro aspecto importante para a gestão das empresas é o controle gerencial, que pode ser visto como o processo de garantir que as atividades realizadas correspondam às atividades descritas no planejamento e permite que os administradores realizem o seu monitoramento. Além disso, facilita a tomada de decisões corretivas quando necessárias e torna possível a percepção de mudanças ambientais e de seus efeitos, uma vez que podem afetar o progresso da organização (STONER; FREEMAN, 1999).

De acordo com Robbins (2000), a grande maioria dos esforços da área gerencial das empresas é destinada ao controle do comportamento humano, das finanças e das operações ou informações. Com base nessa afirmação, o autor descreve a importância do controle do comportamento dos funcionários, já que as metas gerenciais dependem do trabalho de outras pessoas, além do trabalho dos gerentes. Assim como a gerência depende do trabalho dos funcionários, também é responsável por prestar conta dos resultados, alcançados ou não. Ainda sob responsabilidade da gerência das organizações, o controle financeiro é outro fator que merece ser ressaltado. Com a utilização dos instrumentos de controle, as organizações buscam eficiência na administração de custos, visando a sobrevivência da empresa no mercado e também os lucros. O controle financeiro inclui orçamentos, auditorias e aplicação de índices financeiros (ROBBINS, 2000).

Assim como as outras áreas sob responsabilidade da gerência, a comercialização, que envolve questões de suprimento e *marketing*, é essencial para o bom desenvolvimento da empresa e aumento dos lucros. Para uma organização obter o necessário para executar suas atividades, a comercialização assume vários aspectos de suma importância, como, por exemplo, a análise de mercado, a divulgação e promoção, a efetivação das vendas, a distribuição e avaliação dos produtos da empresa, o cadastro de fornecedores, a coleta de preços e a negociação com os consumidores e fornecedores (LACOMBE; HEILBORN, 2008).

3 – Histórico e Panorama do Setor Moveleiro Goiano

Com a formação do D1 industrial, o qual pode ser entendido como a indústria de base que fornece bens de capital e insumos para a indústria produtora de bens de consumo (KAGEYAMA *et al*, 1987), a indústria nacional tem demonstrado grande potencial para desenvolvimento ao longo dos anos, principalmente através da mudança no perfil das empresas, que cada vez se apresentam mais estruturadas. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (2007), na grande maioria das vezes, o desenvolvimento industrial passa por quatro fases:

- A primeira é a formação de unidades de processamento direto de produtos agrícolas, voltadas para o mercado intra-região e originam os chamados enclaves de desenvolvimento, que podem ser entendidos como a formação de áreas desenvolvidas em meio a regiões subdesenvolvidas, muito comuns em países em desenvolvimento.
- Na segunda parte do processo de industrialização de uma área surgem as indústrias denominadas tradicionais (serrarias, movelarias, têxteis, confecções, entre outros) e as indústrias extrativas, voltadas para o suprimento de matérias primas.
- A terceira fase do processo de transformação é caracterizada pela instalação de indústrias de bens duráveis, geralmente orientadas para o mercado interno, e que tendem a reforçar o crescimento urbano.
- Por fim, na última etapa do processo de desenvolvimento industrial surgem as indústrias de bens de capital, nas quais as indivisibilidades e a economia de escala revestem-se de grande importância, e por si mesmas, tendem a padrões locais concentrados.

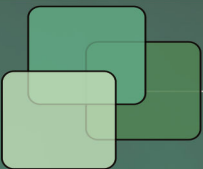
Ainda de acordo com o MDIC (2007), o estado de Goiás vive as duas primeiras fases do processo de

desenvolvimento industrial. E o APL moveleiro da região metropolitana de Goiânia se insere nesse processo.

O setor moveleiro da região metropolitana de Goiânia tem se consolidado nos últimos trinta anos como uma significativa atividade produtiva da região, formando o APL moveleiro. Esse setor é composto por um significativo número de organizações, formais e informais, que fornecem seus produtos basicamente para o mercado local, geralmente trabalhando sob encomenda. Características comuns do setor são a falta de integração entre as organizações, deficiência de mão de obra, tanto operacional quanto gerencial, em grande parte essas empresas têm sua gestão familiar e, de praxe, na maior parte das organizações não há busca por capacitação e atualização dos gestores, ainda há a escassez de capital de giro próprio, baixo nível tecnológico, dentre outros aspectos que formam gargalos que comprometem o desenvolvimento do APL em todas as vertentes (MDIC, 2007).

Esses gargalos limitam a competitividade das empresas locais, que, além de concorrerem entre si, concorrem desigualmente com produtos provenientes de outros estados que aqui são comercializados. O baixo nível de interação entre as instituições locais faz com que cada organização busque individualmente formas de se manter competitiva, tentando inovar, ou ao menos copiar aspectos bem sucedidos em outras organizações, por vezes até sendo desleal com empresas locais que são consideradas concorrentes (MDIC, 2007). Outro fator que dificulta ainda mais a interação dessas organizações é a falta de apoio governamental. Até a formulação, pelo MDIC, do plano de desenvolvimento do APL moveleiro de Goiânia e região metropolitana, em 2007, havia maior dificuldade em acessar organismos estatais de apoio técnico e financeiro. Mas, atualmente, graças a ações como essa, há maior possibilidade de as organizações acessarem apoio e incentivo governamental, o que facilita a interação entre os membros do APL.

Portanto, diante do panorama diagnosticado pelo MDIC (2007), identifica-se que o fortalecimento do APL de



móveis poderá determinar uma dinâmica interativa entre as organizações que dele fazem parte. Além de criar maior poder de barganha frente às instituições governamentais e empresas fornecedoras, abre a possibilidade para a melhoria e capacitação da gestão de processos e aumento da competitividade. Aspectos que condicionariam o setor para o desenvolvimento e para geração de emprego e renda, tendo em vista que as pequenas empresas, que representam maioria nesse APL, são responsáveis pela maior parte da oferta de empregos no país. Assim, faz-se necessário avaliar o desempenho do setor moveleiro local e, através da ciência, abrir possibilidades para a estruturação do setor de forma articulada, para que essas organizações possam produzir riquezas, gerar emprego e renda e contribuir para a redução dos problemas sociais.

4 – Análise e Discussão dos Resultados

Para a obtenção de dados das empresas, esta pesquisa realizou a aplicação de questionários, através de entrevistas, em uma amostra de 10 empresas do setor moveleiro. O questionário, composto por 26 questões, abordou seis aspectos da organização: setor de produção, vendas, gerência, financeiro, recursos humanos e certificação. O desempenho das empresas em cada um desses aspectos foi classificado em muito fraco, fraco, regular, bom ou excelente. No caso de algumas questões nas quais foi verificada a necessidade de maiores esclarecimentos, foram acrescentados dados adicionais, com o objetivo de detalhar as respostas.

No que diz respeito à gestão da produção da empresa, foi possível verificar que das 10 empresas visitadas, 4 consideravam os investimentos na modernização de máquinas e equipamentos excelente, 4 consideravam bom, e apenas 2 empresas consideravam os investimentos regulares. Tal fato evidencia a preocupação das empresas em se manterem atualizadas, absorvendo a modernização tecnológica que vem sendo desenvolvida.

Considerando que grande parte das empresas trabalha com móveis planejados e sob encomenda, o aproveitamento de matéria-prima é considerado excelente por 7 das empresas visitadas e bom pelas outras 3. Esse fato pode ser explicado pela compra de matéria-prima de acordo com as encomendas que forem realizadas, ação que facilita a administração da quantidade adequada de matéria-prima. Os resíduos gerados pelo processo produtivo e seu descarte ambientalmente responsável foi considerado bom por 5 empresas e excelente por 3, e apenas 2 consideraram o descarte de resíduos regular. Algumas empresas pagam para efetuar o descarte de seus resíduos, mas, no geral, as empresas do setor moveleiro goiano doam ou revendem suas sobras de produção para demais empresas ou pessoas físicas, que reutilizam esses materiais em outras atividades produtivas. Ainda com respeito à produção, o controle de qualidade realizado pelas empresas também foi bem avaliado. Os conceitos de bom e excelente receberam 4 referências cada um, e o regular recebeu referência de 2 empresas. A postura da empresa com relação à supervisão do processo de montagem dos móveis é classificada como boa por 5 empresários, e excelente pelos 5 outros entrevistados.

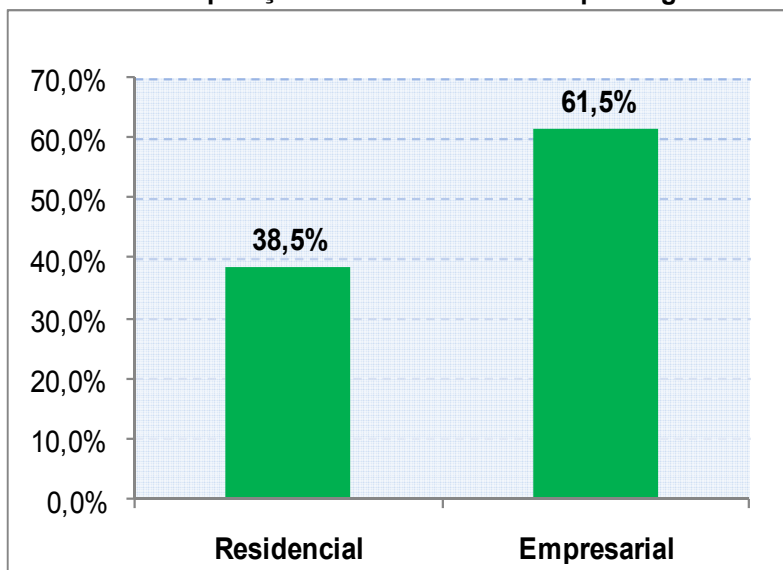
No que diz respeito ao setor de vendas das organizações, a primeira questão abordada é relativa à avaliação da satisfação do cliente no pós-venda, dada a importância desse relacionamento com o cliente para a fidelização e a criação de novas oportunidades de negócios futuros, além de proporcionar boas referências no mercado. A maioria das organizações avaliadas possui uma postura voltada para garantir a prestação de bons serviços, com o mínimo de erros possíveis, 5 delas consideram excelente o processo de controle de satisfação do cliente, enquanto as outras 4 definiram como bom e apenas uma como muito fraco. Outro fator importante considerado no tópico de vendas foi a flexibilidade para a negociação dos pagamentos. A metade das empresas consultadas afirma que a flexibilidade para definir diferentes formas de pagamento é excelente, 4 delas consideraram boa e 1

afirmou que há pouca flexibilidade e se considera fraca nesse quesito. A existência de parcerias com instituições financiadoras foi verificada em 6 empresas. Nelas, as parcerias mais frequentes são com bancos públicos e privados, entre eles o Banco do Brasil S.A, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Itaú S.A.

Do total das vendas realizadas pelas empresas, 62,7% são destinadas a consumidores empresariais ou

escritórios e apenas 37,3% para o segmento residencial. Com base em declarações realizadas pelos empresários da amostra selecionada, grande parte dos móveis residenciais fabricados é revendida às lojas, que realizam a revenda das mercadorias. Por isso, o segmento empresarial se destaca na aquisição dos produtos. O gráfico 1 abaixo ilustra a composição das vendas por segmentos de destino.

Gráfico 1: Composição das vendas do setor por segmento



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa.

Apesar de algumas empresas utilizarem ferramentas de propaganda, o setor ainda investe pouco nessa área. Nenhuma das empresas avaliadas considerou ações de *marketing* no nível de excelência. Do total, 4 afirmaram ter desempenho regular, 2 bom, 3 fraco e 1 muito fraco. Ainda assim, as empresas que realizam ações de *marketing* relataram que os meios utilizados para promover a imagem da empresa são: folders, faixas, anúncios em listas telefônicas, anúncios na internet e, em menor ocorrência, a participação em mostras de produtos e revistas específicas da área.

Os aspectos relacionados às características da gerência da organização foram abordados levando em consideração o nível de participação dos colaboradores

nos processos decisórios e a constância da avaliação de desempenho dos funcionários por parte da chefia. Em relação ao primeiro ponto, verificou-se que na maioria das empresas, 5 delas, a participação dos funcionários foi considerada boa, em 3, excelente e, em 2, regular e fraco. Com relação à frequência das avaliações de desempenho, a avaliação foi classificada como boa pela maioria das empresas. Em alguns casos, o desempenho dos colaboradores é avaliado a partir do alcance de metas de produção estabelecidas com base nas encomendas feitas à empresa por seus clientes.

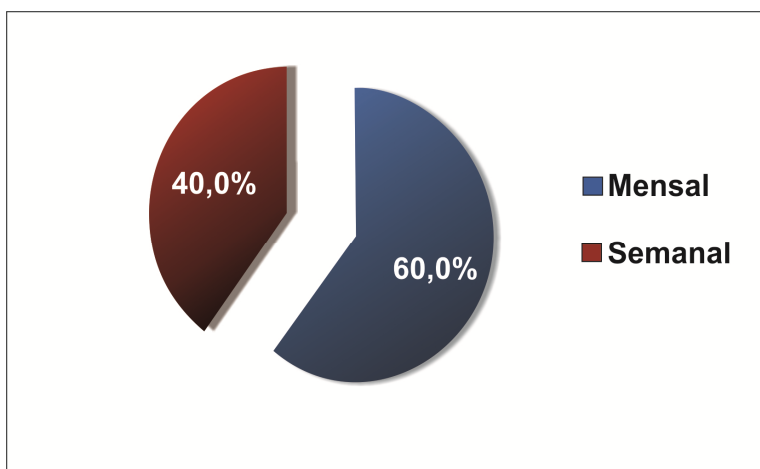
Com relação à área financeira, um dos objetivos das questões do questionário foi verificar se a empresa realizava planejamento financeiro e, a partir daí, relatar como a empresa o considerava.

Nesse quesito, 6 do total de empresas consultadas declararam considerar excelente o planejamento financeiro realizado. No entanto, 2 declararam considerar o planejamento fraco e as outras 2, bom.

O controle financeiro nas empresas se distribuiu igualmente em 50% para classificações de excelente e bom. Complementando a avaliação do controle financeiro,

foi acrescentada uma questão relacionada à periodicidade da realização desse controle. Com base nela, foi possível verificar que o controle financeiro é realizado com maior frequência em intervalos mensais, 6 empresas, e em menor escala com periodicidade semanal, apenas 4 empresas. Tal fato está demonstrado no gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2: Frequência da realização do controle financeiro



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa.

O setor de recursos humanos das empresas estudadas, de maneira geral, apresenta questões por vezes problemáticas no que diz respeito à gestão. No entanto, não se verifica grande insatisfação quanto à capacitação de gestores, de seus conhecimentos teóricos e técnicos. Com capacitação regular aparecem 40% do total das empresas avaliadas, 30% com conhecimentos considerados excelentes, 20% bom e 10% considerados muito fracos. O apoio oferecido por instituições tais como o SEBRAE e SESI foi, em alguns casos, citado pelos

empresários. A adoção de mão de obra terceirizada é vista como muito fraca numa grande parcela das empresas avaliadas. No quadro de funcionários próprios, as empresas abordadas na amostra possuem, em média, 61 funcionários, e os colaboradores terceirizados são, em média, apenas 2 por empresa. No conjunto total de colaboradores, a faixa etária mais representativa é a que varia entre 26 e 40 anos. O gráfico 3 demonstra o quanto a presença de pessoas entre 26 e 40 anos é mais representativa nas empresas consultadas.

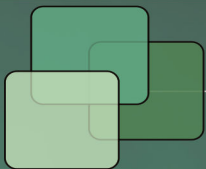
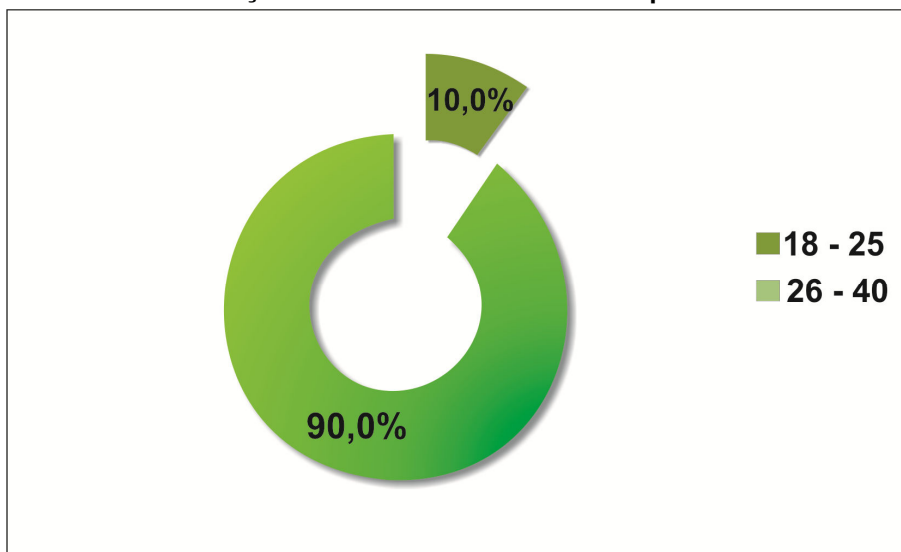


Gráfico 3: Distribuição da mão-de-obra contratada por intervalos de idade



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa.

Destas, as funções desempenhadas com maior frequência são as de marceneiro, montador, acabador e as funções administrativas. Do total de empresas verificadas, 4 possuem também a função de *designer*, sendo que em alguns casos ele aparece como prestador de serviços para a empresa e não como funcionário próprio.

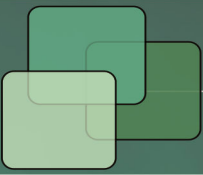
Com base em questões relacionadas aos recursos humanos, no que se refere às partes do questionário direcionadas aos colaboradores, buscou-se identificar qual era a percepção do trabalhador com relação ao seu relacionamento com a empresa. Primeiramente foi questionada a possibilidade de ascensão profissional dentro da empresa. Dentre os 10 colaboradores consultados, 6 consideraram boas as possibilidades de crescimento profissional, 2 como regular e 2 como excelente.

No que diz respeito à permanência dos colaboradores na empresa e a capacidade de retenção de mão de obra por parte da organização, as avaliações estão distribuídas entre regular (4), bom (4) e excelente (2). Nas empresas que possuem administração com caráter familiar, o tempo de permanência dos trabalhadores é maior, ficando no intervalo entre 10 e 20 anos. Já nas outras empresas, foi relatado que o tempo médio de permanência é de 3 a 5

anos. Faz-se necessário destacar que as organizações visitadas estão no mercado em média há 23 anos. Quando separadas por intervalos de tempo, verifica-se que das 10 empresas trabalhadas, 7 estão no mercado por períodos que podem ser compreendidos entre 16 a 29 anos. Do total, 1 está no mercado a menos de 15 anos, e apenas 2 estão atuando há mais de 30 anos.

As ações de capacitação desenvolvidas ou promovidas pela empresa foram bem avaliadas por parte dos colaboradores. Dos funcionários entrevistados, 6 entre 10 consideraram boas as atividades de capacitação oferecidas pelas empresas. As empresas são bem avaliadas ainda no que diz respeito à sua atuação em relação à distribuição, treinamento e motivação, e ao uso de equipamentos de proteção individual. Suas ações, em 50% dos casos, foram consideradas como sendo boas, e em 50%, como excelente. No entanto, os colaboradores relataram que apesar da insistência da administração para o uso de equipamentos de segurança, parte deles não os utiliza.

A motivação dos trabalhadores para o desenvolvimento das suas atividades pode ser tomada como um índice de satisfação com relação ao trabalho e funções desenvolvidas. Os trabalhadores que classificaram as motivações para o desempenho de suas funções como



boas representam 60% do total, e com excelente motivação estão 30%. Os outros 10% consideram sua motivação para o trabalho desempenhado como regular. Um fato importante para a determinação do ambiente de motivação para o trabalho pode ser a realização das consultas de satisfação junto aos funcionários. Nesse aspecto, 70% das empresas analisadas foram avaliadas como muito fracas e apenas uma delas recebeu uma avaliação excelente. As formas utilizadas pelas empresas para verificar a satisfação dos colaboradores normalmente consistem em reuniões da chefia com os subordinados, e em menor proporção avaliações de desempenho a partir de questionários.

No tópico de análise sobre certificação, a constatação foi que ainda poucas empresas possuem algum tipo de certificação. Do total de 10 empresas, apenas 2 possuem certificações. As certificações obtidas por elas são na área de meio ambiente e qualidade baseadas nas normas da ABNT ISO 9001 - Sistema de Gestão da Qualidade e ABNT ISO 14001- Sistema de Gestão Ambiental. No processo para a obtenção das certificações, as empresas declararam ter utilizado consultoria externa. Os objetivos das empresas com as certificações eram, de maneira geral, melhorar a imagem de suas organizações no mercado para que isso permitisse um aumento das vendas. A melhoria da organização interna também foi destacada como um dos objetivos importantes a serem alcançadas com a certificação e normatização dos seus processos.

Portanto, os aspectos que foram abordados pelo questionário aplicado para as empresas que participaram das entrevistas se embasaram na teoria administrativa, que ressalta estes aspectos como fatores relevantes para a administração de sucesso nas organizações. De maneira sucinta, a gerência é responsável por todo o processo de controle, que engloba os recursos humanos, os financeiros, as vendas e a produção. E a certificação ocorre geralmente quando a organização já possui um nível elevado de controle e almeja atender exigências governamentais, alcançar novos mercados ou atender

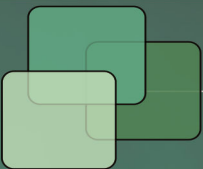
exigências dos mercados onde já se encontra consolidada.

Considerações Finais

O setor moveleiro no estado de Goiás tem se expandido e fortalecido ao longo dos anos. No entanto, pode-se denotar que há ainda uma grande dificuldade de interação e integração das organizações nele presentes. Tal aspecto ficou evidente no decorrer da pesquisa de campo devido à resistência das empresas em agendarem horários e participarem do preenchimento dos questionários para contribuir com o estudo. Quando disponibilizavam um horário e um gestor, ainda se mostravam resistentes ao fornecimento de informações.

A amostra selecionada apresentou parte do panorama do APL moveleiro goiano, pelo qual foi possível notar um maior nível de organização nas empresas que foram analisadas, muito embora ainda seja possível diagnosticar relativa dificuldade de integração, mesmo para as empresas mais estruturadas. As empresas relacionadas à pesquisa, em sua maioria, primam pela qualidade de seus produtos e buscam ser competitivas em todas as vertentes. Atender seus clientes de modo eficiente e eficaz faz parte do incessante processo de se manter no mercado. Embora o *marketing* ainda não seja utilizado de modo estratégico para alavancar as vendas, como declara a maioria, as empresas afirmam que as ferramentas de gestão são parte integrante da grande gama do processo de produção, de modo que asseguram sua sobrevivência e também determinada margem de lucro.

Usando como referência os objetivos propostos, este estudo conseguiu delinear um novo panorama para o setor moveleiro da microrregião metropolitana de Goiânia, especificamente para as cidades de Aparecida de Goiânia e Goiânia. O que se diagnosticou na amostra selecionada foram empresas em estágio regular de organização interna, que conseguem sobreviver no mercado e que possuem determinado grau de planejamento. Além disso, conseguem capacitar de modo satisfatório a área



gerencial e aplicar, em determinado nível, os processos de controle e direção. A grande maioria das organizações do setor moveleiro goiano não possui muitos funcionários, apenas 1 das 10 empresas entrevistadas possuía mais de 100 funcionários. A certificação ainda não se tornou algo comum entre as organizações do setor em Goiás. Da amostra selecionada, apenas 2 empresas possuíam certificações reconhecidas nacionalmente e internacionalmente. Algumas, talvez por falta de informações, apresentaram nos questionários a utilização de normas como se fossem certificações.

Tendo como base o projeto do MDIC, que analisou o *status* das empresas em 2007, um aspecto que não sofreu alterações na amostra selecionada foi a falta de integração no setor, que ainda persiste, já que as empresas estão em uma condição de auto-manutenção, não conseguem visualizar o amplo horizonte de possibilidades que pode advir do processo de compartilhamento de experiências e união de interesses. Esses aspectos demonstram a validade da justificativa dessa pesquisa, pois ainda se faz necessário o aprimoramento na gestão e no controle das organizações do setor moveleiro goiano. Mesmo dentro da amostra selecionada, que embora as empresas apresentem um nível regular de organização interna, elas ainda não conseguem prospectar um futuro para o APL moveleiro goiano. Aperfeiçoar o gerenciamento das empresas fará com que os gestores dessas organizações percebam as benesses da atuação em grupo e, quem sabe, futuramente, elevem o padrão e integração do APL moveleiro goiano, abrindo possibilidades para a formação de um *cluster*.

Dessa forma, verifica-se que para se consolidar o APL de Goiás, e especificamente da região metropolitana de Goiânia, faz-se necessário uma maior integração entre as organizações desse setor, de modo que as informações disponíveis ao grupo se tornem ferramentas para alavancarem todo o setor e não meios de suprimir as organizações locais que são julgadas concorrentes. A

associação com instituições estatais que forneçam o apoio técnico necessário se torna importante na medida em que essas instituições possam ser vistas, além de uma forma de apoio, também como mediadoras do processo de integração dos indivíduos do APL moveleiro goiano. Nessa perspectiva, cabe aos gestores dessas organizações abrirem as portas de suas empresas para os processos inovativos que o mercado oferece, como meio de não sucumbirem à concorrência nacional.

Referências Bibliográficas

AMARAL, H.F.; COUTINHO, E.S.; LANA-PEIXOTO, F.V.; RIBEIRO FILHO, P.Z. **De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior**. Revista de Gestão da USP, V.12, n.4, p.101-113, São Paulo: out./dez. 2005.

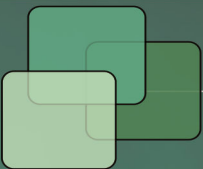
ARAUJO, V. C. **Gestão empresarial do século XXI: a mudança necessária**. Administração em Revista. V.1, n.1, p.89-96, jan./jun. 2001.

BATALHA, M.O. **Gestão Agroindustrial: GEPAL: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CIFUENTES, R. **Políticas de desenvolvimento setorial: o pólo moveleiro de Votuporanga**. São Paulo – SP: Instituto Polis, n. 46, p.47-59, 2004.

KAGEYAMA, A. (coord.). **O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas, 1987.

LACOMBE, F.J.M.; HEILBORN, G. **Administração: princípios e tendências**. 2º Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.



LORENZO, H.C.;STIPP,M.S.M. **Interação entre micro, pequenas e médias empresas como estratégia decrescimento e capacitação: o pólo moveleiro de Votuporanga – SP.** Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 6, n.9, p. 35-42, set. 2004.

MEYER-STAMER, J. **Estratégias de desenvolvimento: local e regional: clusters, política de localização e competitividade sistêmica.** Policy Paper. n. 28, set.2001. São Paulo: Frederich Ebert Stiftung-Ildes.

ROBBINS, S.P. **Administração: mudanças e perspectivas.** 1º Ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

SAMPAIO, C.A.; JUNIOR, O. M.; PELLIN, V.; **Arranjo produtivo local como estratégia que promove o ecodesenvolvimento: análises das experiências de Bonito (MS), Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba) (SC), e Santa Rosa de Lima (SC).** Turismo-visão e ação. Ed. Univali, Vol. 7, n.1 p.69-9. Jan/abr 2005.

SANTOS, A. C. C. **Notas preliminares sobre o arranjo produtivo local moveleiro em Campos dos Goyatacazes.** Vértices, V.8, n. 1, jan/dez. 2006.

SILVA, E.M.; SANTOS, F.C.A. **Análise do alinhamento da estratégia de produção com a estratégia competitiva na indústria moveleira.** Revista Produção, V.15, n.2, p.286-299. Maio/Ago. 2005.

SILVA, E.M; SANTOS, F.C.A.; CASTRO, M. **Os efeitos diretos e indiretos das práticas de produção sobre o desempenho: survey em firmas moveleiras no Brasil.** RAE- Eletrônica, V.9, n.2, Art.9, jul/dez.2010.

STONER, J.A.F.; FREEMAN, R.E. **Administração.** 5º Ed. Rio de Janeiro: LTC,1999.

Web sites

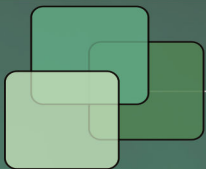
perfildomunicipio.caged.gov.br. Acessado em 18 de Agosto de 2011.

procompi.cni.org.br/portal/main.jsp?lumPagelId=4028FBE D21EF0C0D0121EF5440FC0D20&lumItemId=FF808081 249D5E9A0124DEF8FDCC2CBB. Acessado em 20 de Julho de 2011.

www.fecomercio.com.br/?option=com_eventos&view=interna&Itemid=20&id=3697. Acessado em 19 de Junho de 2011.

www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1248268821.pdf. Acessado em 19 de Junho de 2001.

www.seplan.go.gov.br/sep/sep/pub/GoDados/2004/dados/04-furnishing_industry.htm. Acessado em 18 de Junho de 2011.



Financiamento agrícola: particularidades da Agricultura familiar sob a perspectiva dos produtores beneficiários e não beneficiários do PRONAF no município de Itapuranga – Goiás

Waltuir Batista Machado¹
Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida²
Odilon José de Oliveira Neto³

Resumo: O artigo tem por objetivo analisar as particularidades da agricultura familiar no município de Itapuranga - Goiás, sob a ótica dos beneficiários e não beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para tanto, foi aplicada a técnica de análise de comparação de grupos e averiguação de frequências sobre a renda agrícola, o financiamento, a proteção social e, em especial, sobre a segurança alimentar. A amostra foi constituída por 70 produtores, com cálculo amostral definido pelo grau de confiança de 90% e erro amostral de 7%. Os resultados permitiram avaliar as diferenças e particularidades do financiamento da agricultura familiar, com base na perspectiva dos agricultores familiares, tendo como recorte comparativo o acesso ao PRONAF.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Financiamento Agrícola, Políticas Públicas, PRONAF, Segurança alimentar.

Introdução

As políticas públicas voltadas para a área rural tendem a privilegiar os setores mais capitalizados, assim como o processo de modernização da agricultura brasileira tem passado à margem da pequena propriedade e da produção familiar, não atendendo as demandas necessárias à sua sustentabilidade (MATEI, 2006).

Com a finalidade de fortalecer as atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo ao agronegócio, proporcionando-lhe aumento de renda e agregação de valor à sua produção, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Segundo Guanziroli (2007), embora o montante de crédito disponibilizado pelo Governo Federal, através do PRONAF, e a quantidade de famílias beneficiadas tenham aumentado, não existe consenso a respeito da relação entre o programa e a melhoria de vida dos agricultores.

Assim sendo, este trabalho tem por objetivo analisar as particularidades do financiamento da agricultura familiar no município de Itapuranga, no estado de Goiás, sob a perspectiva dos produtores beneficiários e não beneficiários do PRONAF, e sua relação com a segurança alimentar (fome) e seus elementos, como renda agrícola e proteção social.

Com base no objetivo, levanta-se a seguinte questão: Existe relação entre o PRONAF e a segurança alimentar dos agricultores familiares?

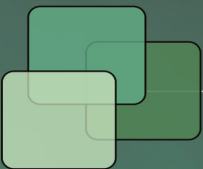
O universo empírico de pesquisa são os produtores familiares do município de Itapuranga – GO, onde, segundo o Censo Agropecuário - IBGE 2006, a representatividade da agricultura familiar é superior a 80% dos estabelecimentos rurais.

Os resultados alcançados, diante da proposição apresentada, visam contribuir para a avaliação do PRONAF, no que diz respeito à sua relação com a segurança alimentar, e também a outras perspectivas, como a geração de conhecimento acadêmico, científico e o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para o financiamento agrícola da produção familiar.

¹ Mestre em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Professor de Finanças do curso de Administração da Faculdade Alfredo Nasser e Pesquisador do Grupo de Pesquisa: Inteligência em Finanças e Mercados da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). waltuir@unifan.edu.br

² Dr. em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Professor e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Agronegócio (Mestrado) da Universidade Federal de Goiás (UFG). (email: manoel77@yahoo.com.br)

³ Doutorando em Administração pela Fundação Getulio Vargas (EAESP/FGV), Professor de Finanças do Curso de Administração da Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU) e Coordenador do Grupo de Pesquisa: Inteligência em Finanças e Mercados da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). (email: odilonoliveira@pontal.ufu.br)



Nesse sentido, o estudo está dividido em três seções, além da parte introdutória e da conclusiva. Na seção 1, apresenta-se a discussão sobre o PRONAF, a agricultura familiar e a segurança alimentar; na seção 2 é apontada a metodologia utilizada; na seção 3 faz-se a exposição dos dados e análise dos resultados alcançados.

1 – Revisão da Literatura

1.1 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1995, por resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição ao Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). Sua regulamentação se deu em 1996, através do Decreto Lei nº. 1946. O PRONAF tem como uma das principais atribuições o apoio financeiramente às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas por produtor rural mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família (BACEN, 2009).

Sobre o PRONAF, é importante definir que ele tem por objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo ao agronegócio, proporcionando-lhe aumento da renda e agregação de valor à produção e à propriedade rural, mediante a modernização do sistema produtivo, a valorização e a profissionalização dos produtores familiares.

Assim sendo, um dos pontos de destaque do PRONAF refere-se à sua característica de financiamento de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Em teoria, são beneficiados pelo PRONAF os agricultores familiares que exploram parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, assim como os que residem na propriedade, ou em local próximo, e não dispõem de qualquer título de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor. Além disso, estes precisam obter no mínimo 80% da renda familiar por meio da exploração

agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. O trabalho familiar deve ser predominante na exploração do estabelecimento, podendo utilizar apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária (BACEN, 2009).

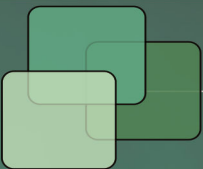
Segundo informações colhidas na agência local do Banco do Brasil, não existe no município de Itapuranga financiamentos aos agricultores pertencentes aos grupos do PRONAF, A e B. Isso indica que os agricultores familiares de Itapuranga não estão inseridos na parte menos favorecida da agricultura familiar, o que sugere menor necessidade de proteção social e um nível maior de segurança alimentar.

Analisando o município de Itapuranga, fica evidente o crescimento dos recursos do PRONAF, aplicados desde a safra 1999/2000, com R\$ 214.592; safra 2007/2008, com R\$ 9.014.043; e safra 2008/2009, quando teve grande retração, sendo aplicado o valor de R\$ 6.656.001. Ainda, segundo dados da Secretaria da Agricultura Familiar (2011), Itapuranga conta com mais de 2,8% do montante dos recursos aplicados em Goiás, cuja grande participação pode ser atribuída à forte organização dos agricultores familiares da região (BRASIL, 2011).

1.2 – Agricultura Familiar

Na perspectiva de compreender a evolução da agricultura familiar (AF), percebe-se que, em sua concepção, esta foi fortemente marcada pelas origens coloniais da sociedade brasileira, com três fortes características: a grande propriedade, as monoculturas de exploração e a escravatura. Pode-se afirmar que a agricultura camponesa nasceu no Brasil de forma bastante precária, principalmente em relação ao uso da terra e das técnicas de produção (LAMARCHE, 1993).

Várias definições são dadas aos agricultores familiares, conforme o tipo de exploração da propriedade e sua respectiva finalidade, podendo ser a reprodução familiar (modelo familiar), a sobrevivência da família (modelo subsistência) e os que têm a formação de uma exploração agrícola organizada sobre a base do trabalho



assalariado para a obtenção de um retorno de capital maximizado (modelo empreendimento agrícola). Tem-se então o conceito geral, no qual agricultura familiar é o segmento que abarca as famílias, e estas, ao mesmo tempo em que trabalham, são proprietárias dos meios de produção (LAMARCHE, 1993).

Nesse sentido, pode-se compreender que as propriedades familiares são unidades de produção agrícola nas quais a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família. Entretanto, quando se trata de modalidades de acesso à propriedade, essas são definidas como herança ou compra, que geralmente são combinadas em uma mesma exploração (LAMARCHE, 1997).

Sobre a delimitação do universo dos agricultores familiares, percebe-se que tem sido objeto de muita polêmica. Fundamentado nisso, a escolha de um conceito para definir os agricultores familiares, ou de critérios para separar os estabelecimentos familiares dos patronais, tem sido muito difícil, até porque o conceito e os critérios com as informações disponíveis no Censo Agropecuário do IBGE não são elaborados especificamente para este fim. Assim sendo, vale ressaltar que nenhum critério ou metodologia é definitivo (GUANZIROLI, *et al.*, 2001).

No entanto, apesar das dificuldades de demarcação, Abramovay (1997, p.3) entendeu a necessidade de situar uma definição conceitual e objetiva: “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. Assim sendo, a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma estabelecida com finalidades estatísticas de um estudo científico. Porém, três atributos básicos são importantes: a gestão, a propriedade e o trabalho familiar (ABRAMOVAY, 1997).

Diante disso, destaca-se que a agricultura familiar pode ser considerada como aquela em que prevalece o trabalho dos componentes da família nas diversas atividades produtivas na propriedade rural e que não seja maior do que 4 módulos fiscais.

Em 2006, dos 5.175.489 estabelecimentos rurais brasileiros, 4.367.902 foram identificados como sendo da agricultura familiar, o que representa 84,4% do total, com ocupação de apenas 24,3% (80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2009).

Nota-se a importância da agricultura familiar, pois mesmo cultivando uma área menor, ou seja, apenas um quarto do total da área, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar no país, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros (IBGE, 2009).

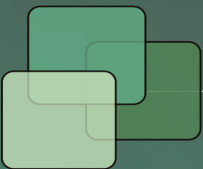
Segundo Graziano e Del Grossi (1997), as atividades agropecuárias têm se constituído numa atividade de tempo parcial para um contingente expressivo de agricultores em nosso país. Isso não ocorre apenas porque as atividades agrícolas não demandam todo o tempo disponível das famílias rurais, é também porque as atividades agrícolas não geram renda suficiente para todas as pessoas nela ocupadas em tempo integral, o que gera a necessidade de os agricultores complementarem a renda familiar.

Diante da situação exposta, busca-se a confrontação entre os benefícios do PRONAF e a melhoria de vida dos agricultores familiares na região pesquisada, no tocante à renda agrícola, proteção social e, principalmente, segurança alimentar.

1.3 – Segurança Alimentar

A Lei 11.318 de 5 de julho de 2006 define como desafio da segurança alimentar “combater a fome visando a sua erradicação e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo o caráter de inserção e cidadania”, pois, segundo a referida lei, “a fome que subsiste no País é, essencialmente, uma questão de limitação no acesso aos alimentos, decorrentes das dificuldades de acesso a terra, ao trabalho e ao emprego”.

A situação crítica referente à fome acalorou o apoio popular e a adesão das empresas e organizações não



governamentais ao Programa Fome Zero (PFZ), lançado em 2003. Apesar dos problemas de gestão da administração pública e de articulação entre setores de governo, o PFZ representou um avanço em relação às ações isoladas de combate à fome, que se encontravam desordenadas e sem qualquer tipo de avaliação (BELIK, 2003).

Belik (2003) ainda destaca, em sua análise da segurança alimentar, que no caso brasileiro o problema está na falta de poder aquisitivo da população, pois quase um terço do povo brasileiro tem dificuldades de subsistência em termos de acesso ao alimento. Ou seja, os alimentos podem estar disponíveis, mas as camadas populares com menor poder aquisitivo não têm acesso aos mesmos, seja por problemas ligados à renda ou por outros fatores específicos.

Portanto, o objetivo das políticas de segurança alimentar implica também no ajuste das ações assistenciais e compensatórias frente às questões emergenciais, como a fome, a garantia de acesso aos alimentos sem afetar a renda familiar e a disponibilidade de alimentos com qualidade mínima necessária à nutrição e saúde humana (MALUF ET AL., 1995).

Embora existam vários estudos no sentido de avaliar o PRONAF, ainda assim eles deixam de lado a relação de seus efeitos na segurança alimentar dos produtores familiares. Além da relação do PRONAF com a segurança alimentar, este trabalho agrega a sua relação com a renda agrícola e a proteção social.

2 – Metodologia

As proposições analisadas neste estudo baseiam-se na teoria e tem sua fundamentação em importantes publicações científicas relacionadas à agricultura familiar e à segurança alimentar. Em seguida, realizou-se uma pesquisa de campo com intuito de verificar a relação entre o PRONAF e a segurança alimentar dos agricultores da região pesquisada.

A pesquisa de campo é “utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um

problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar.” (LAKATOS; MARCONI, 2005, p. 127).

A pesquisa de campo foi realizada no Município de Itapuranga, localizado no Estado de Goiás, entre os meses de janeiro a março de 2011. Participaram da amostra os agricultores familiares beneficiários e não beneficiários do PRONAF, para identificar os produtores familiares foi utilizado o cadastro do Sindicato Rural. As entrevistas foram realizadas *in loco* e a definição do domicílio a ser pesquisado foi aleatória, ou seja, por sorteio.

Para a análise das particularidades dos agricultores beneficiários ou não do PRONAF e sua relação com as variáveis analisadas foi utilizado o questionário da Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA).

A EBIA é um método constituído para mensurar o nível de segurança alimentar dos agricultores familiares, que objetiva a captação de distintas dimensões da Insegurança Alimentar (IA), desde o receio de sofrer a privação alimentar no futuro, passando pelo comprometimento da qualidade da dieta, limitação da qualidade de alimentos consumidos, até o nível mais grave de fome já atingido. Em especial, a EBIA é aplicada com base em um questionário objetivo (questões fechadas) e justaposto diretamente a uma pessoa da família, qualificada como principal responsável pela colocação dos alimentos no domicílio (SEGALL-CORRÊA *et al*, 2008).

A estrutura da EBIA consta de 15 perguntas, constituída de parâmetros que permitem avaliar a segurança alimentar e classificar os domicílios em quatro níveis: com Segurança Alimentar, quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro; com Insegurança Alimentar Leve, quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos, portanto, risco para a sustentabilidade e, ainda, comprometimento da qualidade da dieta; com Insegurança Alimentar Moderada, quando aparecem restrições quantitativas especialmente

relevantes entre pessoas adultas; e com Insegurança Alimentar Grave, quando há redução importante da quantidade de alimentos disponíveis, tanto para a alimentação de adultos, como das crianças.

Na tabela 1 são apresentados os intervalos de pontuação para classificação dos domicílios nas categorias de

segurança alimentar com os respectivos pontos de corte a serem observados. Ressalta-se que as pontuações para domicílios com crianças são diferentes das usadas para classificar os domicílios onde residem somente adultos (SEGALL-CORREA e MARIN-LEON, 2009).

Tabela 1 - Pontuação para classificação dos domicílios nas categorias de segurança alimentar

CATEGORIA	NÚMERO DE PONTOS	
	Famílias com menores de 18 anos	Famílias sem menores de 18 anos
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Alimentar Leve	1 a 5	1 a 3
Insegurança Alimentar Moderada	6 a 10	4 a 6
Insegurança Alimentar Grave	11 a 15	7 a 8

Fonte: Segall-Correa e Salles-Costa (2008).

Nesta pesquisa, a amostra dos produtores que acessaram e não acessaram regularmente o PRONAF foi definida com base na equação da proporção populacional, a seguir:

$$n = \frac{[Z\alpha/2]^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{E^2}$$

Onde, n é o número de valores de uma amostra; $Z\alpha/2$ é o escore Z crítico com base no nível de confiança desejado, conforme a tabela 2; p é a proporção

populacional de indivíduos que pertence à categoria que interessa estudar; $q = (1 - p)$ é a proporção populacional de indivíduos que não pertence à categoria que interessa estudar; E corresponde ao erro máximo da estimativa.

Em seguida, a Tabela 2 expõe particularidades sobre o grau de confiança da amostra e seus respectivos valores críticos.

Tabela 2 - Valores críticos associados ao grau de confiança na amostra

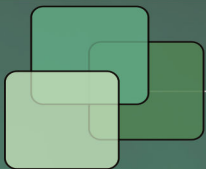
Nível de Confiança	Nível de Significância (α)	Valor Crítico ($Z\alpha/2$)
90%	0,10	1,645
95%	0,05	1,96
99%	0,01	2,575

Fonte: Triola (2008).

O cálculo amostral foi efetuado com valor determinado no grau de confiança de 90% (Tabela 2), o erro amostral de 7%, e $p = 0,85$ e $q = 0,15$. Assim, obteve-se uma amostra de 70 famílias.

Para diagnosticar a relação entre o PRONAF e a segurança alimentar dos beneficiários e não beneficiários foi utilizada a técnica de análise de comparação de

grupos e averiguação de frequências, na qual foi verificado o nível de (in)segurança alimentar nos grupos analisados, com base nos dados coletados e considerando várias variáveis do Quadro 1. Os dados foram classificados em tabelas *Microsoft Excel* do pacote *Office* e analisados a partir do uso do *Software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS).



Quadro 1 - Categorias e variáveis de análise a serem confrontadas

Investigação	Classificação	Categorias/Variáveis de análise
Segurança Alimentar Insegurança Alimentar	Beneficiários Não beneficiários	a) Renda agrícola b) Segurança alimentar c) Proteção social

Fonte: Elaborado pelo autor, 2010.

A comparação entre grupos com segurança alimentar e insegurança alimentar foi avaliada a partir da categorização em beneficiários e não beneficiários do PRONAF, seguido da análise das variáveis renda agrícola, segurança alimentar e proteção social, permitindo, assim, uma discussão mais aprofundada dos efeitos do benefício (PRONAF) nas condições de segurança alimentar (fome) e suas respectivas características relacionadas às variáveis de análise expostas no quadro 1.

3 – Análise dos Resultados

Os agricultores familiares (AF's) de Itapuranga (GO) foram distribuídos segundo o acesso ou não ao PRONAF e caracterizados segundo as variáveis: a) segurança alimentar, b) inserção social, c) renda agrícola e d) financiamento.

Os dados apresentados originam da aplicação de questionários apropriados de uma amostra de agricultores de 70 propriedades rurais, distribuídos em 48 famílias de Beneficiários do PRONAF (*BPs*) e 22 famílias de Não Beneficiários do PRONAF (*NBPs*), obtidos de maneira

aleatória. Foram extraídas informações sobre as variáveis, e analisadas comparando os grupos de *BPs* com os *NBPs* para a verificação dos efeitos do PRONAF.

Os agricultores familiares de Itapuranga estão distribuídos na figura 1 como *BPs* e *NBPs*. Conforme os dados apresentados na figura 1, nota-se que 69% dos agricultores familiares de Itapuranga são *BPs*, enquanto 31% são *NBPs*. Mas, levando em consideração que no município predominam as pequenas propriedades, o percentual de agricultores que não estão inseridos no PRONAF é elevado, pois, de acordo com os dados do Censo Agropecuário - IBGE 2006, o município de Itapuranga (GO) possui 1.459 propriedades familiares, das quais 85% são de agricultores familiares.

A falta de divulgação eficiente por parte dos órgãos envolvidos com as atividades rurais, o rigor quanto à aprovação do crédito pelos agentes financeiros, as deficiências nas assistências, tanto técnicas quanto creditícias e, principalmente a falta de informação dos produtores quanto aos critérios utilizados para a liberação do crédito induzem uma parcela significativa a desistir da procura pela linha de crédito PRONAF.

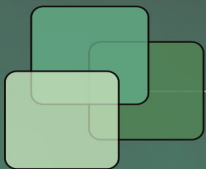
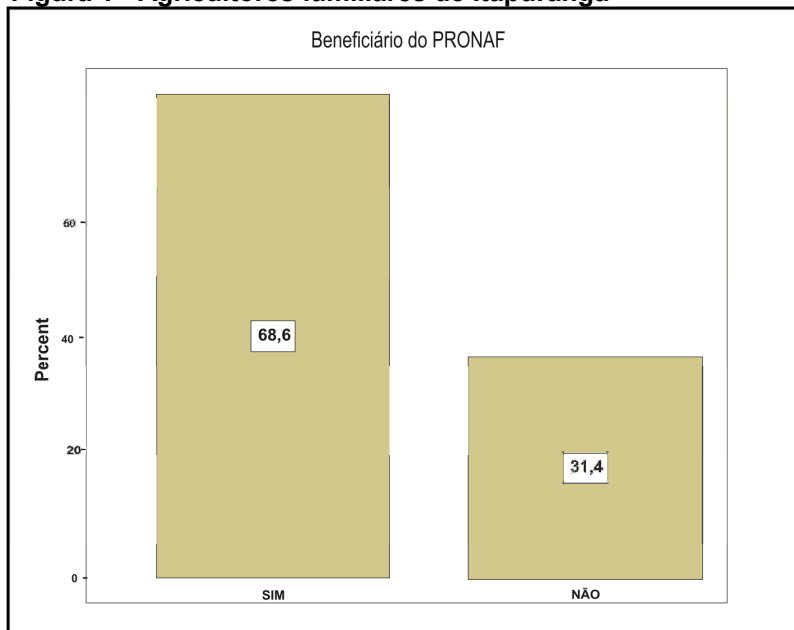


Figura 1 - Agricultores familiares de Itapuranga

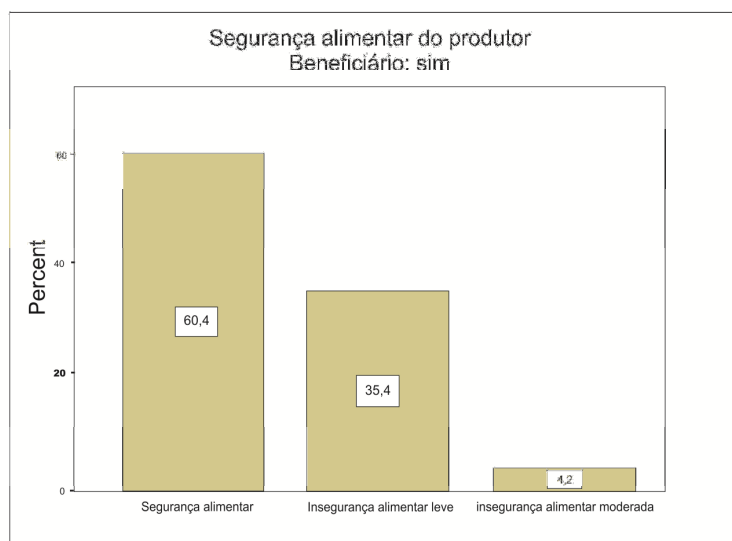
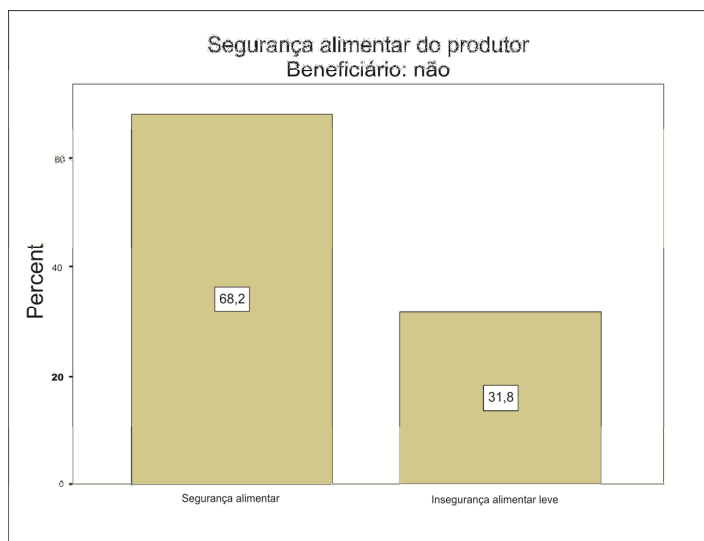


Fonte: Dados da pesquisa

a) Análise dos AF quanto à segurança alimentar

A situação dos AF's quando comparados os grupos de *BPs* e *NBPs* em relação à segurança alimentar (fome) é apresentada na figura 2.

Figura 2 - Segurança alimentar do produtor



Fonte: Dados da pesquisa

Conforme evidenciado na figura 2, a conjuntura das famílias dos agricultores pesquisados, tanto dos *BPs* quanto dos *NBPs*, está em situação de segurança alimentar. Um dado importante verificado na pesquisa é que não foi encontrada nenhuma família em situação de insegurança alimentar grave, e apenas 4,17% dos *BPs*

estão em situação de insegurança moderada, não sendo detectada, dentre os *NBPs*, nenhuma família nesta situação.

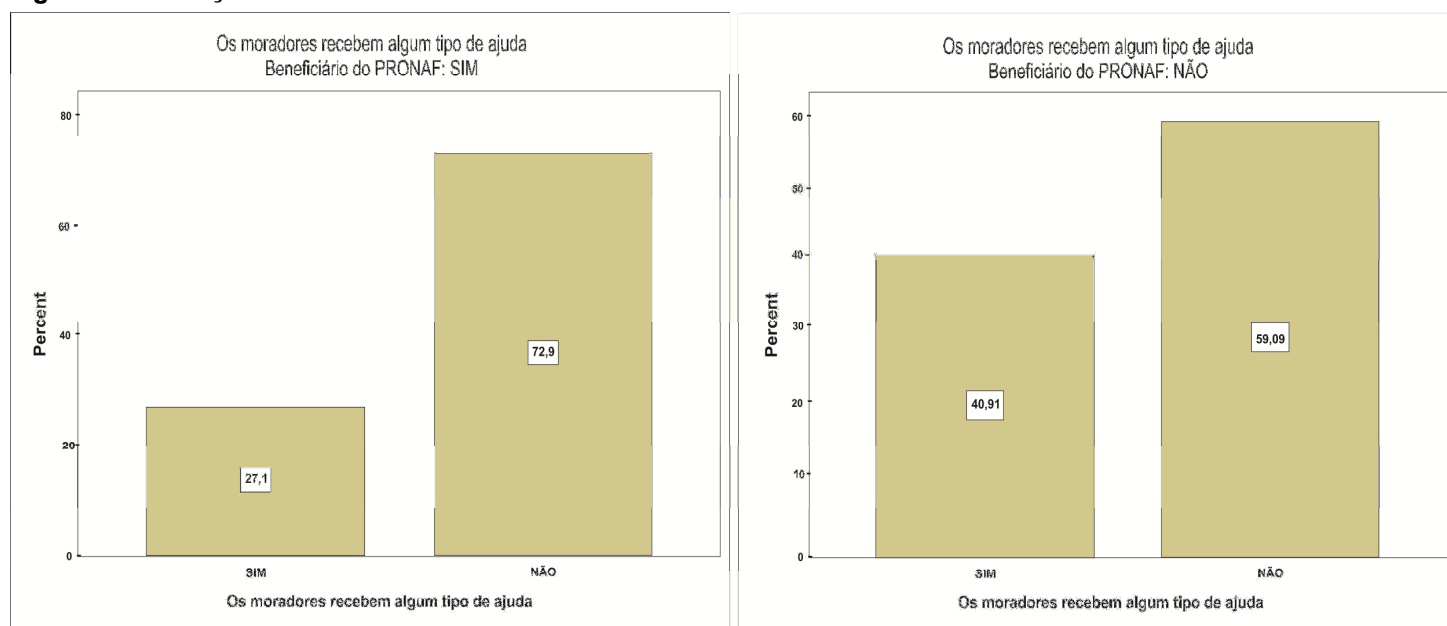
Ainda de acordo com a figura 2, no grupo dos *NBPs*, 68% encontra-se em situação de segurança alimentar; enquanto nos *BPs*, dentre os agricultores com segurança

alimentar o percentual é de 60%. Além disso, notadamente no caso de incidência de maior presença de segurança alimentar entre os *NBPs* (figura 2), os dados sugerem que não há indícios de impacto do PRONAF na agricultura familiar da região pesquisada.

b) Análise do AF quanto a proteção social

A figura 3 expõe os dados sobre a proteção social recebida pelas famílias dos entrevistados, sob a forma de bolsa família.

Figura 3 – Proteção social



Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se, diante dos dados constantes na figura 3, que os agricultores familiares *NBPs* têm maior participação no programa bolsa família (40,91%) quando comparados aos *BPs* (27,1%). Neste caso, os dados sugerem menor necessidade deste benefício por parte dos *BPs*, o que indica uma relação entre o PRONAF e a proteção social das famílias pesquisadas.

c) Análise dos AF quanto à renda agrícola

A figura 4 expressa a distribuição da renda agrícola dos *BPs* e dos *NBPs*. Nos estabelecimentos familiares

pesquisados, verifica-se que, dentre os *BPs*, 60,5% estão inseridos no limite de renda de até R\$ 1.000,00, contra 77,3% dos *NBPs*. Destaca-se que apenas os *BPs* estão inseridos no limite de renda de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00. Por outro lado, percebe-se que não existe diferença significativa entre os agricultores *BPs* ou *NBPs* quanto ao limite de R\$ 2.000,00 acima. Assim sendo, não se verificou indícios da relação entre PRONAF e renda agrícola dos produtores pesquisados.

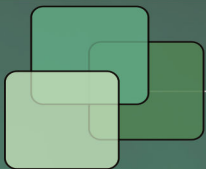
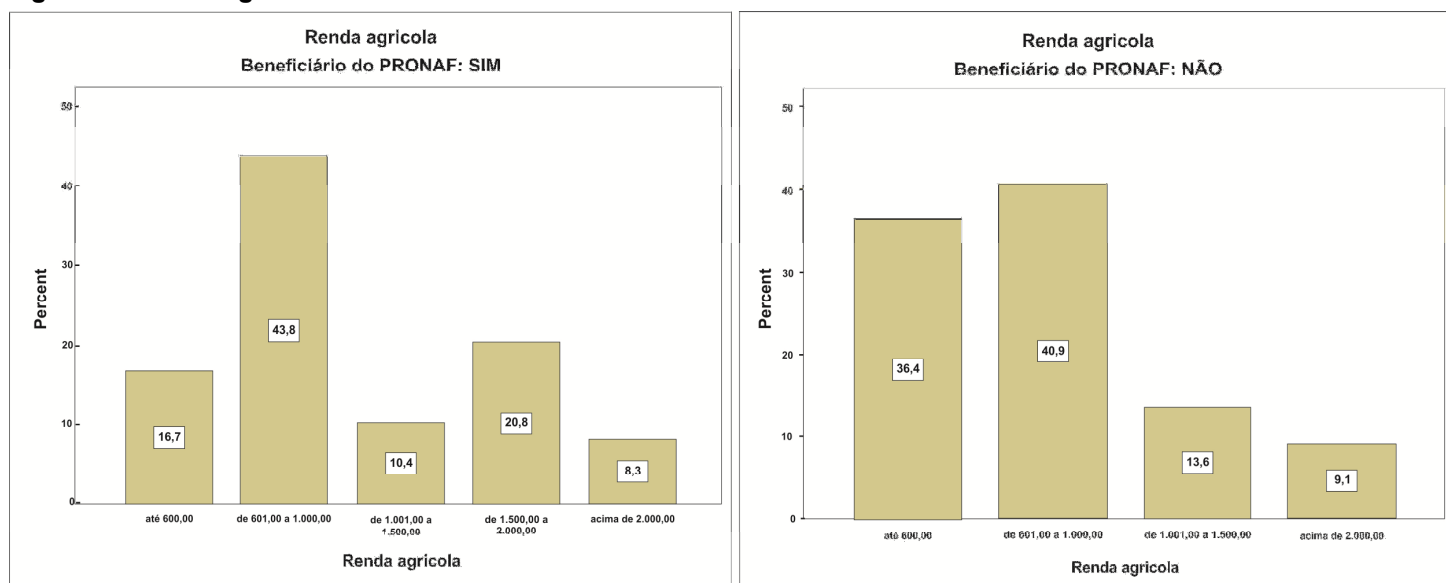


Figura 4 - Renda agrícola



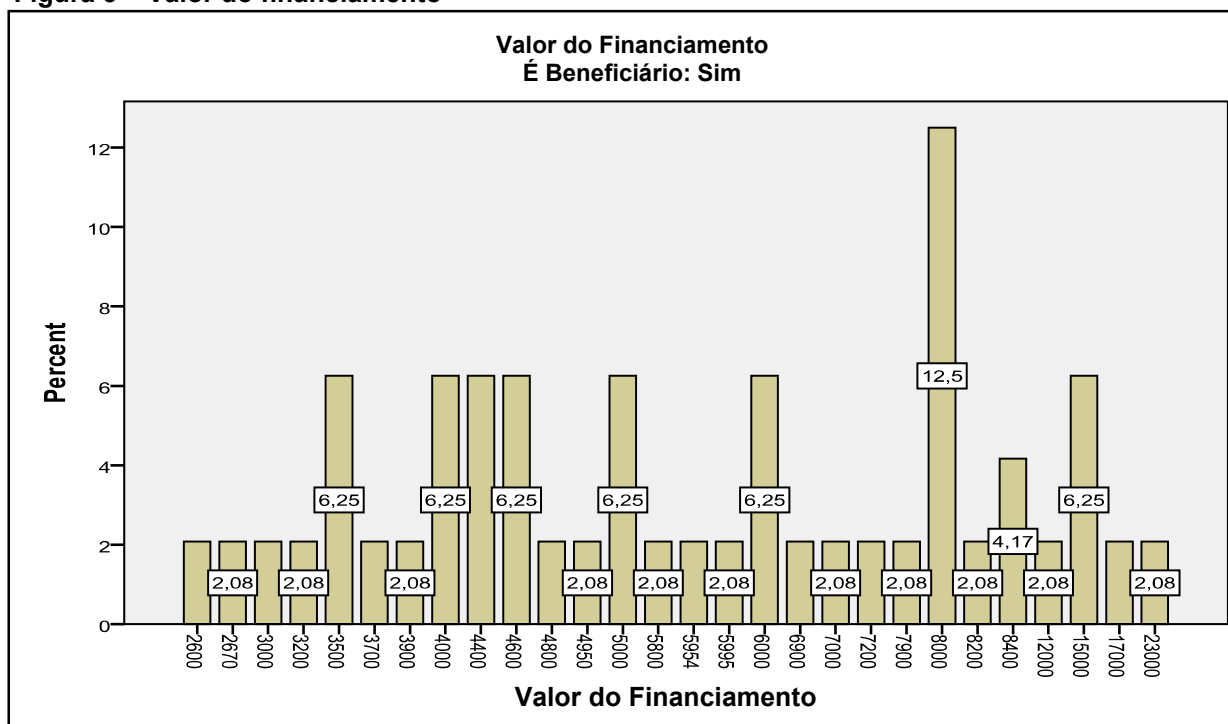
Fonte: Dados da pesquisa

d) Análise dos AF quanto ao financiamento

Segundo as avaliações da conjuntura do programa, foram analisados dados quanti-qualitativos dos *BP* quanto ao

motivo da não inclusão no programa por parte dos *NBPs*. Na figura 5 estão distribuídos os valores dos financiamentos e suas respectivas porcentagens.

Figura 5 – Valor do financiamento



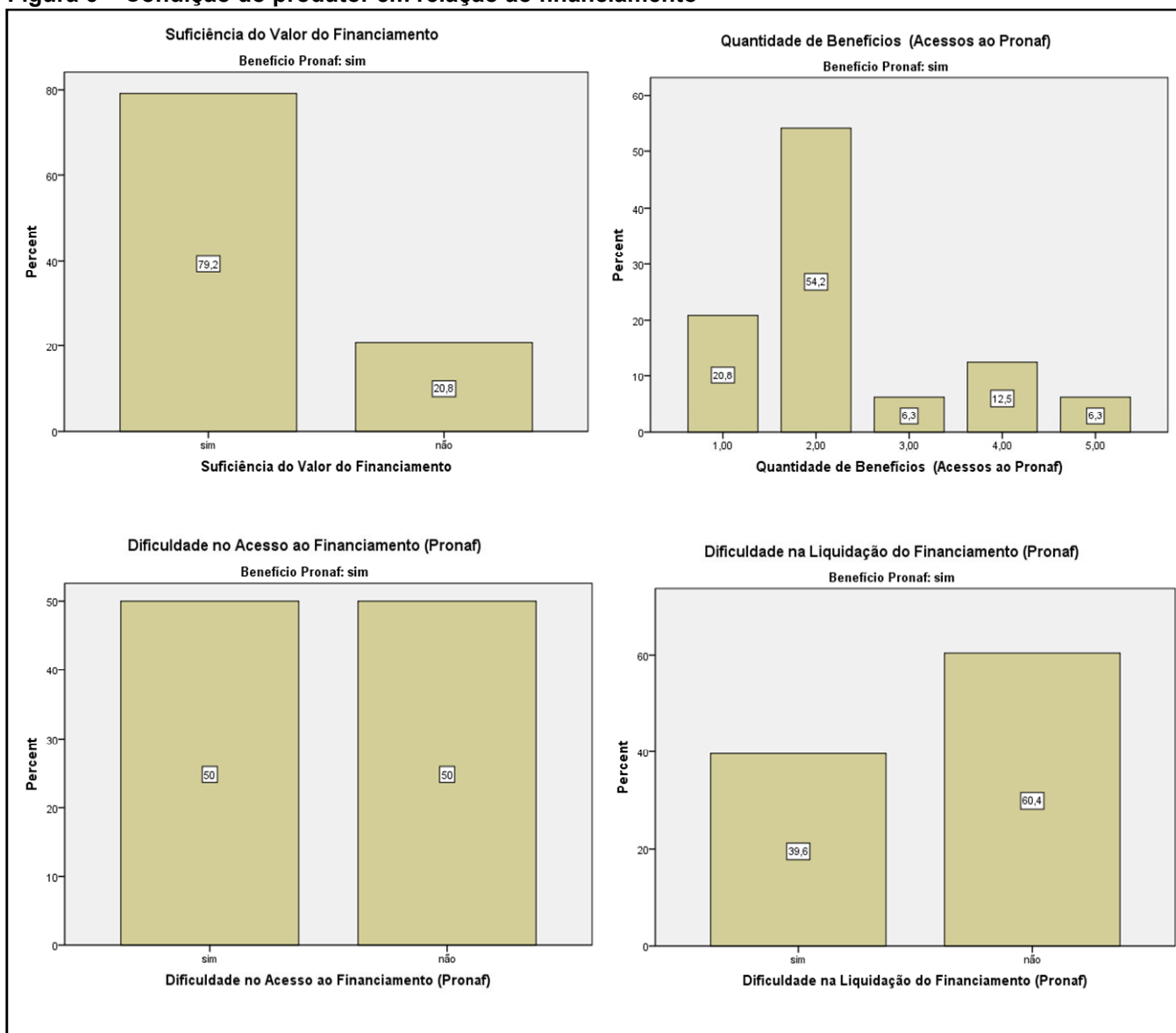
Fonte: Dados da pesquisa

Do ponto de vista do montante financiado, nota-se que este está bem distribuído entre as diversas faixas de valores, sendo que o menor valor encontrado entre os BPs pesquisados foi de R\$ 2.600,00, e o maior foi de R\$ 23.000,00. O valor do financiamento com maior incidência foi R\$ 8.000, com um percentual de 12,5% dos agricultores BPs. De modo geral, os valores liberados nos

financiamentos foram adequados aos anseios dos agricultores.

Na figura 6 foram analisados os seguintes quesitos: O valor do financiamento foi suficiente? Houve uma abundante quantidade de acessos ao financiamento? Houve dificuldade no acesso ao financiamento? E, por fim, houve dificuldade na liquidação do financiamento?

Figura 6 – Condição do produtor em relação ao financiamento



Fonte: Dados da pesquisa

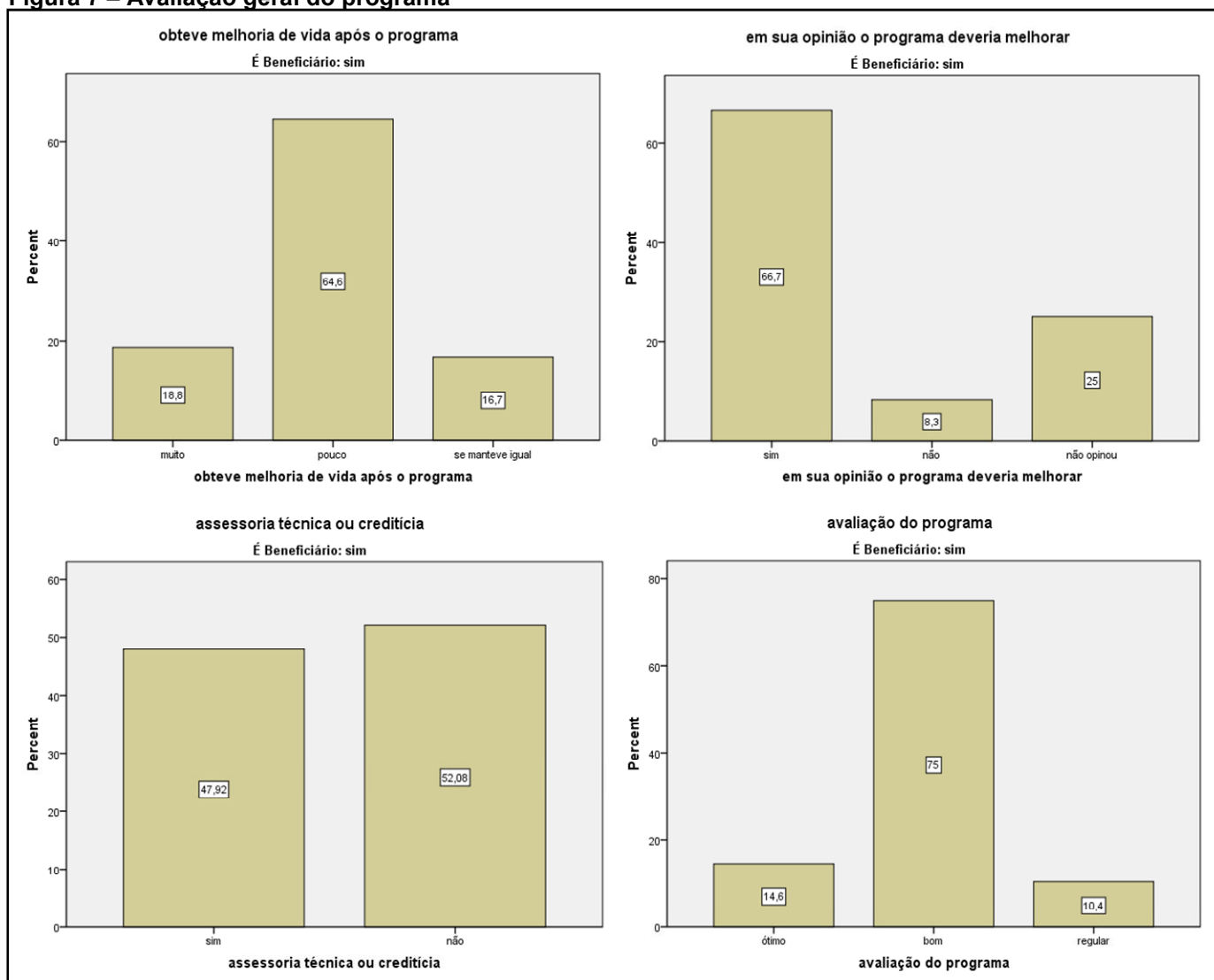
Quanto ao valor do financiamento, 79,2% dos entrevistados consideraram que foi suficiente; a maioria, 54,2%, já utilizou o financiamento por 2 vezes. Com

relação às dificuldades para obter o empréstimo, aproximadamente a metade teve dificuldade, e 60,4% declarou não ter encontrado dificuldade para a liquidação

do financiamento. Diante dos dados apresentados, verifica-se que os produtores se sentem atendidos em suas pretensões.

A figura 7 mostra as opiniões dos produtores sobre as condições do PRONAF: se obtiveram melhorias após a inserção ao programa, se o programa deveria melhorar e se houve assistência técnica, bem como a opinião sobre o programa.

Figura 7 – Avaliação geral do programa



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao valor do financiamento, 79,2% consideraram que foi suficiente, a maioria, 54,2%, já utilizaram do financiamento por 2 vezes. Com relação as dificuldades para obter o empréstimo, aproximadamente, a metade teve dificuldade e 60,4% não tiveram dificuldades para a liquidação do financiamento. Diante dos dados

apresentados, verifica-se que os produtores se sentem atendidos em suas pretensões.

A figura 7 mostra as opiniões dos produtores sobre as condições do PRONAF: se obteve melhorias após a inserção ao programa? se o programa deveria melhorar? se houve assistência técnica? e a opinião sobre o programa.

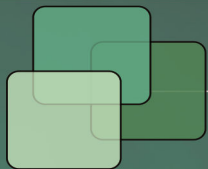
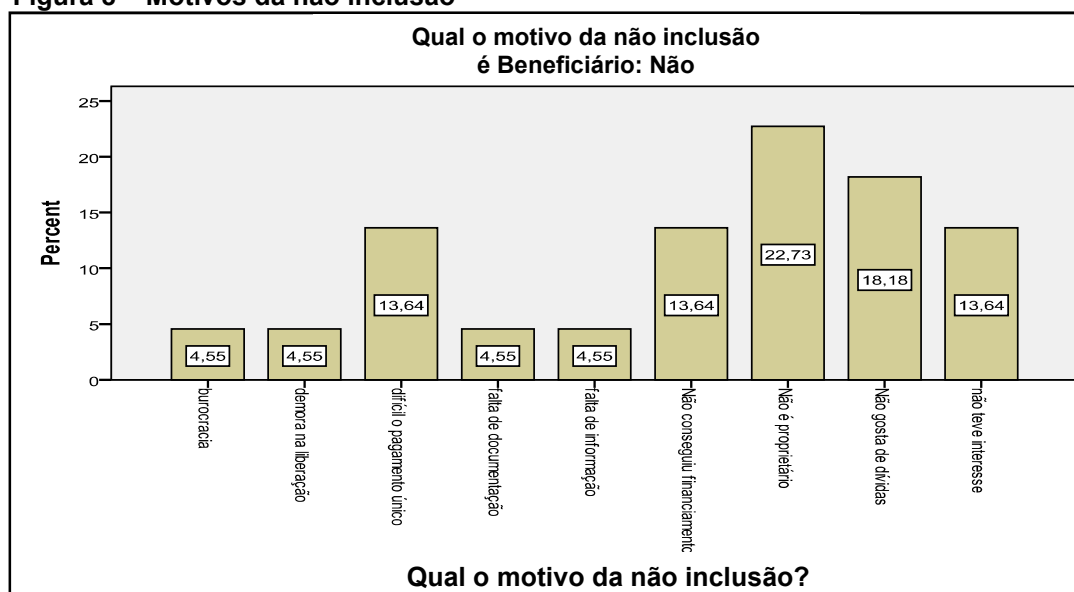


Figura 8 – Motivos da não inclusão



Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que os motivos citados para a não inclusão foram obtidos através de uma pergunta aberta e tabulados de acordo com as respostas obtidas.

Averigua-se, também, que o maior motivo da não inclusão refere-se ao fato de os agricultores não serem os proprietários, além da divulgação ineficiente por parte dos órgãos envolvidos com as atividades rurais, já que o fato de não serem proprietários não impede o acesso ao PRONAF.

Considerações Finais

Este trabalho foi desenvolvido com base na percepção sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, tendo sido realizada uma comparação entre os beneficiários e os não beneficiários em elementos como segurança alimentar, renda agrícola, proteção social e condições do programa.

No início deste trabalho, foi levantada a seguinte proposição: Existe relação entre o PRONAF e os elementos de segurança alimentar dos agricultores familiares?

Dentre os itens analisados, apenas a proteção social apresentou resultado significativo em termos

comparativos entre *BPs* e *NBPs*, indicando a existência de relação entre o PRONAF e a necessidade de proteção social por parte dos AF's. Por outro lado, quanto à renda agrícola e a segurança alimentar dos AF's, os dados sugerem a não existência de influência do PRONAF.

Segundo as avaliações da conjuntura do programa, verifica-se que os produtores se sentem atendidos em suas pretensões. Vale notar que, segundo opinião dos produtores entrevistados, mais de 80% obteve melhorias de vida após a aquisição do financiamento. Ainda assim, quase 70% dos produtores consideram que o PRONAF necessita de melhorias e mais de 85% considera o programa ótimo ou bom. Nota-se, também, a necessidade de uma divulgação eficiente por parte dos órgãos inseridos com as atividades rurais, pois existe, por parte de alguns agricultores familiares, o desconhecimento sobre as regras de acesso ao PRONAF.

Conclui-se, conforme os resultados da pesquisa, que o estudo obteve êxito quanto ao objetivo de analisar as particularidades da agricultura familiar em Itapuranga – Goiás, sob a perspectiva dos produtores beneficiários e não beneficiários do PRONAF.



Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Uma nova extensão para agricultura familiar**. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1997, Brasília. Anais do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: PNUD, 1997.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do crédito Rural**. 2009. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

BELIK, W. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan-jun. 2003.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1946, de 28 de junho de 1996**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Poder Executivo, Brasília, DF, 1996.

_____. MDA/SAF. **Evolução do Pronaf**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2011.

GRAZIANO, J. S.; DEL GROSSI, M. E. In: XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, **Anais**. Natal, Sober, 1997. p.759-785.

GUANZIROLI, C. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento**

rural. Revista de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro, v. 45 n. 2 p. 301-328, abr-jun. 2007.

GUANZIROLI, C. E. *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 jun. 2011.

LEITE, S. **Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil**. In: LEITE, S. (Org.). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

_____. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1997.

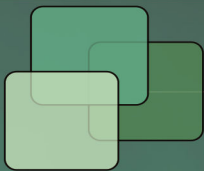
MALUF, R. S.; MENEZES F.; VALENTE, F. **Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: Ágora/Redecapa/Riad, 1995.

MATTEI, L. **PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Série Estudos 12 NEAD. MDA, Brasília, 2006.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

SEGAL-CORREA, A. M.; MARIN-LEON, L. **A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009**. Segurança Alimentar e Nutricional. 2009.

SEGAL-CORREA, A. M.; SALLES-COSTA, R. **Novas possibilidades de alimentação a caminho?** Democracia Viva, n. 39 p. 68-73, jun. 2008.



Normas para publicação de artigos

O Boletim Conjuntura Econômica Goiana, editado pela Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN), aceita colaborações, em português, sob a forma de artigos versando sobre aspectos econômicos e sociais de Goiás.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Arial, tamanho 10, máximo de 15 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, e-mail e telefone;
- Arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à IMB, ou cópia magnética enviada para o e-mail: conjuntura@segplan.go.gov.br;
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR.10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Segplan-GO.





GOVERNO DE
GOIÁS
NOSSO ESTADO CRESCE, VOCÊ CRESCE JUNTO

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO
